

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

MARCONES IVO BRAZ

**ESPAÇO AGROECOLÓGICO E COMERCIALIZAÇÃO: a construção de
mercados na perspectiva dos circuitos alimentares de proximidade**

**Recife
2018**

MARCONES IVO BRAZ

ESPAÇO AGROECOLÓGICO E COMERCIALIZAÇÃO: a construção de mercados na perspectiva dos circuitos alimentares de proximidade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Linha de pesquisa: Espaço agrário, movimentos sociais e políticas públicas.

Orientadora: Prof.^a Dra. Mônica Cox de Britto Pereira

Recife
2018

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

B827e Braz, Marcones Ivo.
Espaço agroecológico e comercialização : a construção de mercados na perspectiva dos circuitos alimentares de proximidade / Marcones Ivo Braz. – 2018.

189 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mônica Cox de Britto Pereira.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-graduação em Geografia, Recife, 2018.

Inclui referências.

1. Geografia. 2. Ecologia agrícola – Aspectos sociais. 3. Ecologia agrícola – Aspectos econômicos. 4. Ecologia agrícola - Comercialização. I. Pereira, Mônica Cox de Britto (Orientador). II. Título

918 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2019-003)

MARCONES IVO BRAZ

**ESPAÇO AGROECOLÓGICO E COMERCIALIZAÇÃO: a construção de mercados
na perspectiva dos circuitos alimentares de proximidade**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovada em: 19/04/2018.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Mônica Cox de Britto Pereira (Orientadora – Examinadora Interna)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Cláudio Ubiratan Gonçalves (Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Claudia Job Schmitt (Examinadora Externa)

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano (Examinador Externo)

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

AGRADECIMENTOS

Muitos agradecimentos por estar com tantas pessoas maravilhosas que me inspiraram, motivaram e apoiaram, de diversas formas, para a concretização dessa pesquisa que com certeza não é só minha, é nossa.

Agradeço aos agricultores, que abriram suas casas e seus agroecossistemas, pelos anos de amizade com tantas pessoas boas que fazem ou fizeram parte da feira, na qual tive a honra de ter uma convivência de quase uma década. Agradeço também a todas as pessoas que concederam entrevista e fizeram, de alguma forma, parte da pesquisa.

À minha família por estar sempre ao meu lado, por me incentivar a estudar e a acreditar em um futuro melhor. Aos meus pais, Ivonete Ivo e Rafael Justino, que possibilitaram estar aqui, que cederam muito do tempo, que sempre me incentivaram e acreditaram na minha capacidade.

Aos meus amigos Jeferson Alves e Filipe Domingos, que muito me ajudaram nos momentos de dificuldade durante a minha trajetória, sendo exemplos vivos de conduta e de perseverança. Ao meu amigo Pedro Coimbra, que se dispôs a dar sua parcela de contribuição, cuidando da parte gráfica deste trabalho.

À minha orientadora, Mônica Cox, primeiro pela sensibilidade e compreensão com as minhas dificuldades. Obrigado pelo carinho, pelas conversas sempre cordiais e pela humildade, que me fez ter além de uma orientadora, uma amiga pessoal. Obrigado pela presença em tantos momentos de construção desta pesquisa, não conseguiria sem você.

Ao professor Bertrand Cozic, integrante da banca da minha qualificação, que além de professor durante a trajetória do mestrado, é um estimado amigo.

Ao Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá pela inestimável ajuda, sobretudo nas pessoas de Davi Lucas, Alexandre Pires, Lau e Carlos Magno, que disponibilizaram tempo e ideias, que também fazem parte da história do Espaço Agroecológico. Sem o Sabiá, o Espaço Agroecológico sequer existiria. Obrigado por tudo.

Aos colegas do NEPPAG-Ayni e meus amigos da turma 2016.1 do PPGEIO da Universidade Federal de Pernambuco, por estarem tão perto, pela força e espírito de companheirismo que inspiram. Peço desculpas por não estar mais presente e por não ajudar tanto.

RESUMO

Os Circuitos Alimentares de proximidade são relações comerciais localizadas geograficamente, que permitem apenas um intermediário entre o produtor e o consumidor. Assim, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a feira do Espaço agroecológico do bairro das Graças, no Recife, à luz da teoria dos Circuitos Alimentares de Proximidade, identificando as implicações sociais econômicas envolvidas e relacionando geograficamente o processo de produção e comercialização. Se buscou identificar as estratégias de comercialização utilizadas pelos agricultores no âmbito deste Circuito Alimentar de Proximidade, contextualizando historicamente o processo desenvolvimento agroecológico que culmina na etapa de Comercialização neste Circuito Alimentar. Também houve a delimitação espacial da zona de influência do Circuito de comercialização através do mapeamento. E por último, identificar as particularidades do Circuitos Alimentar de Proximidade da feira das Graças. Os resultados forneceram evidências que o Circuito Alimentar do Espaço Agroecológico do bairro das Graças é uma construção de agricultores camponeses, e representa não apenas uma estratégia de comercialização, visando atender à um nicho específico de mercado, mas representa uma das etapas de um processo muito mais amplo, que se inicia desde a produção, na construção dos Sistemas Agroflorestais, culminando na comercialização através da venda direta em uma feira, o que permite a aproximação social e geográfica de produtores e consumidores, possibilita o barateamento dos alimentos ao mesmo tempo que proporciona aos produtores acesso a um mercado justo.

Palavras-chave: Agroecologia. Comercialização. Circuitos Alimentares de Proximidade

ABSTRACT

The proximity Food Circuits are geographically located commercial relationships that allow only one intermediary between the producer and the consumer. Thus, the present research has as general objective to analyze the fair of the Espaço Agroecológico of the neighborhood of the Graças, in Recife, in the light of the theory of the Proximity Food Circuits, identifying the economic social implications involved and geographically relating the production and marketing process. It was sought to identify the commercialization strategies used by farmers within the scope of this Proximity Food Circuit, contextualizing the agroecological development process that culminates in the commercialization stage in this Food Circuit. Also, the spatial delimitation of the zone of influence of the Proximity Circuit was made through the mapping. And finally, identify the particularities of the Food Circuits Proximity of the fair of the Graças. The results provided evidence that the Espaço Agroecológico Food Circuit in the Graça's neighborhood is a peasant building and represents not only a marketing strategy aimed at serving a specific niche market, but represents one of the stages of much larger construction of the Agroforestry Systems, which culminated in the commercialization through the direct sale in a fair, which allows the social and geographical approximation of the producers and consumers, allows the lowering of the food while it is accessible to a fair market.

Keywords: Agroecology. Commercialization. Proximity Food Circuits.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Farmers Markets nos Estado Unidos	34
Figura 2- Feira de produtos locais em Nebraska, EUA.....	34
Figura 3- Esquema de Venda direta, que caracteriza um Circuito Alimentar Curto.....	37
Figura 4- Logotipos dos mercados regionais de Cantons-de-l’Est e de Montérégie em Québec, Canadá	45
Figura 5- Plantação de morangos de David Vinas, agricultor de Cantons-de-l’Est, em Québec, Canadá.....	46
Figura 6- Quiosque no festival Canard en fête, Lac-Brome em Québec, Canadá.....	46
Figura 7- Mapeamento dos mercados “la ruche qui dit oui” em 2014.....	53
Figura 8- Infográfico sobre o crescimento do número Colmeias (Ruches) na Europa	54
Figura 9- Feira de gado no município de João Alfredo - PE	66
Figura 10- Feira livre da quarta-feira em Bom Jardim - PE.....	66
Figura 11- As feiras como conexão entre produtores e consumidores	69
Figura 12- Pedro Custódio, Agricultor pioneiro na Agroecologia em Pernambuco.....	78
Figura 13- Agrofloresta no Sítio Feijão, Bom Jardim - uma das primeiras experiências agroflorestais de Pernambuco.....	79
Figura 14- Agrofloresta no Sítio Pindobinha, Bom Jardim. Uma das primeiras experiências agroflorestais de Pernambuco.....	82
Figura 15- Antônio Florêncio, agricultor pioneiro na Agroecologia em Pernambuco e fundador do Espaço Agroecológico	82
Figura 16- Lourdes Negromonte, agricultora fundadora do Espaço Agroecológico.....	84
Figura 17- Rafael Justino, agricultor Agroecológico fundador do Espaço Agroecológico cuidando das Abelhas Uruçú – maio de 2016.....	86
Figura 18- Cláudio e Teresa Oliveira, Agricultores fundadores do Espaço Agroecológico – agosto de 2017.....	88
Figura 19- Cláudio e Teresa Oliveira no Espaço Agroecológico – Maio de 1998	88
Figura 20- Localização do Sítio Inhamã, Abreu e Lima.....	93
Figura 21- Jones e Lenir atendendo clientes no Espaço Agroecológico	93
Figura 22- Feira de produtos orgânicos de Gravatá.....	97

Figura 23- Marcelino Bezerra, técnico agrícola que desenvolveu trabalhos pioneiros em Chã Grande	97
Figura 24- Primeira feira do Espaço Agroecológico. Praça da Jaqueira - Recife	103
Figura 25- Primeira feira do Espaço Agroecológico. Praça da Jaqueira - Recife	104
Figura 26- Espaço agroecológico sendo realizado na Praça Padre Marcelino Champagnat, após expulsão da praça da Jaqueira	107
Figura 27- Curso de beneficiamento em Olinda – PE. Janeiro de 1998.....	108
Figura 28- Assembleia do Espaço Agroecológico em Abreu e Lima, novembro de 1999	109
Figura 29- Espaço Agroecológico das Graças, já fixado na Rua Souza de Andrade - março de 1998.....	111
Figura 30- Espaço agroecológico em agosto de 1998.....	111
Figura 31- Aniversário de sete anos do Espaço Agroecológico – outubro de 2004.....	113
Figura 32- Espaço Agroecológico em Setembro de 2017	117
Figura 33- Cará-de-rama ou Cará não-me-toque, espécie ancestral da região do Agreste setentrional – Sítio Feijão/Bom Jardim	122
Figura 34- Semente crioula de Cará São Tomé – Sítio Feijão/Bom Jardim.....	122
Figura 35- Selo do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânico.....	127
Figura 36- Adeildo Barbosa, coordenador do Espaço Agroecológico do bairro das Graças – Evento do projeto Ecoforte, 2017.....	127
Figura 37- Declaração de cadastro de vínculo do agricultor com a Organização de controle Social.....	129
Figura 38- A declaração de cadastro das OCS deve estar exposta nas barracas, como na foto.....	129
Figura 39- João e Luzia Custódio, agricultores membros do Espaço Agroecológico do Bairro das Graças.....	131
Figura 40- Severino José (Biu Sanfoneiro), agricultor membro do Espaço Agroecológico desde o ano 2000.	132
Figura 41- Reunião quinzenal nos fins da feira – abril de 2017.....	133
Figura 42- Assembleia do Espaço Agroecológico - Dezembro de 2017.....	136
Figura 43- Adeildo Fernandes, ex-coordenador de comercialização do Centro Sabiá.....	141
Figura 44- Logomarca do Centro Sabiá	141

Figura 45- Davi Fantuzzi, atual coordenador de comercialização do Centro Sabiá.....	141
Figura 46- Mulheres do Espaço Agroecológico comercializando produtos beneficiados – Teresa Oliveira e sua filha Carla Oliveira. Março de 2016.....	144
Figura 47- Antônio Pedro, conhecido como Catonho, comercializando legumes - Maio de 2016	154
Figura 48- Os jipes toyota bandeirante são o meio de transporte dos produtos e dos agricultores vindos de Bom Jardim – na foto, descarga dos produtos na Feira	156
Figura 49- Jipe toyota bandeirante que transporta agricultores e produtos de Bom Jardim – na foto, carro estacionado no fim da feira	157
Figura 50- Sebastião Luiz, um dos agricultores que possuem outras estratégias de comercialização	164
Figura 51- Rafael Justino respondendo perguntas de crianças – Maio de 2016.....	170
Figura 52- Rua Souza de Andrade, durante a semana. Foto tirada quarta feira, dia 14 de dezembro de 2016.....	172
Figura 53- Rua Souza de Andrade, durante a a feira. Foto tirada nos mesmo lugar da imagem 52, sábado, dia 17 de dezembro de 2016.....	173
Figura 54- Típico forró depois da feira.....	174
Figura 55- Forró do final da feira	174

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- As características dos Circuitos Alimentares de Proximidade, segundo Mundler	40
Gráfico 2- Tipologia dos Circuitos Alimentares de Proximidade no Brasil (Br) e na França (Fr)	41
Gráfico 3- Repartição dos dados sobre venda direta em 2015	47
Gráfico 4- Percentual de participação dos executores do PAA nas compras de produtos Agroecológicos e Orgânicos em 2012	58
Gráfico 5- Evolução do número de famílias diretamente participantes do Espaço Agroecológico do bairro das Graças	116

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Mapa das rotas do circuito de comercialização da Ecovida.....	50
Mapa 2- Agreste Setentrional de Pernambuco	75
Mapa 3- Município de Bom Jardim - PE.....	76
Mapa 4- Localização das primeiras experiências agroecológicas de Bom Jardim - PE.....	89
Mapa 5- Município de Abreu e Lima - PE	91
Mapa 6- Região metropolitana do Recife.....	91
Mapa 7- Locais de produção e comercialização – Feira Agroecológica de Umari	101
Mapa 8- Mapa da zona de influência do Circuito Alimentar do Espaço Agroecológico do Bairro das Graças.....	159
Mapa 9- Mapa das feiras de produtos Orgânicos/Agroecológicos do Recife	161
Mapa 10- Mapa do Bairro das Graças, Recife - PE.....	167
Mapa 11- Mapeamento dos bairros de origem dos consumidores do Espaço Agroecológico do bairro das Graças	168

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Restaurantes coletivos no contexto europeu	55
Quadro 2- Composição do Espaço Agroecológico em 1997	110
Quadro 3- Composição do Espaço Agroecológico em 2004	112
Quadro 4- Composição do Espaço Agroecológico em 2007	114
Quadro 5- Composição do Espaço Agroecológico em 2012	115
Quadro 6- Agricultores que acessam programas governamentais de venda direta	130
Quadro 7- Caracterização das famílias que participam da feira do Espaço Agroecológico ...	147
Quadro 8- Feiras de produtos orgânicos/agroecológicos no Recife	161

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Localidades e agricultores fundadores entrevistados em pesquisa de campo	21
Tabela 2- Pessoas entrevistadas em pesquisa de campo	23
Tabela 3- Exportações agrícolas por países selecionados.....	29
Tabela 4- Distribuição das AMAP's no território francês	43
Tabela 5- Produtos que sofreram maior reajuste entre 2011 e 2017.....	138
Tabela 6- Escolaridade dos agricultores do Espaço Agroecológico do bairro das Graças	144
Tabela 7- Distribuição etária dos agricultores participantes da feira.....	145
Tabela 8- Estrutura fundiária dos agricultores participantes da feira.	146
Tabela 9- Características dos transportes.....	158
Tabela 10- Estratégias de comercialização utilizadas pelos agricultores do Espaço Agroecológico do bairro das Graças.	165
Tabela 11- Distribuição etária dos consumidores da feira.	165
Tabela 12- Escolaridade dos consumidores do Espaço Agroecológico do bairro das Graças.	166
Tabela 13- Média de consumo em Reais (R\$).....	168

LISTA DE SIGLAS

AGENCE	L'Agence française pour le développement et la promotion de
BIO	l'agriculture biologique
AGF	Aquisições do Governo Federal
AMA- GRAVATÁ	Amigos do Meio Ambiente - Gravatá
AMAP	Associations pour le Maintien d'une Agriculture Paysanne
AMAS	Associação Menonita de Assistência Social
AMA-terra	Associação dos Agricultores Agroecológicos do sítio S. Severino
ASSIM	A Associação dos Produtores Agroecológicos do Imbé e Marrecos
CC	Circuitos Curtos
CCA	Circuito Curto Agroalimentar
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CEASA	Central Estaduais de Abastecimento
CONAB	Conselho Nacional de Abastecimento
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CTC	Capacidade de Troca Catiônica
E.A.	Espaço Agroecológico
ECOVIDA	Rede Agroecológica Ecovida
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GEVPAL	Grupo de Estratégia para a Valorização da Produção Agrícola Local
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IDEC	Instituto de Defesa do Consumidor
MAMAOT	Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MAPAQ	Ministère de l'Agriculture, des Pêcheries et de l'Alimentation du Québec

MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MMA	Ministério do Meio Ambiente
OCS	Organização de Controle Social
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PGPM	A Política de Garantia de Preços Mínimos
PGPM-BIO	Política de Garantia do Preço Mínimo para a Sociobiodiversidade
PNAE	Movimento dos Atingidos por Barragens
PROCAB	Programa de Racionalização da Produção de Alimentos Básicos
PTA	Projeto Tecnológico alternativo
SABIÁ	Centro de desenvolvimento Agroecológico Sabiá
SAF	Sistema Agroflorestal
SISORG	Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	CIRCUITOS ALIMENTARES DE PROXIMIDADE: CONCEITOS, DEFINIÇÕES E PRÁTICAS	26
2.1	O MERCADO MUNDIAL E A TERRITORIALIZAÇÃO DOS CIRCUITOS ALIMENTARES	28
2.2	AS ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO EM CIRCUITOS ALIMENTARES DE PROXIMIDADE	41
2.2.1	Estratégias de venda direta	41
2.2.2	Estratégias de venda indireta	51
2.2.3	Os Mercados governamentais no contexto brasileiro	56
2.3	UM OLHAR SOBRE AS FEIRAS E SUA CENTRALIDADE NOS CIRCUITOS ALIMENTARES DE PROXIMIDADE	61
2.3.1	Breve história das Feiras	61
2.3.2	As feiras como elemento cultural do Nordeste	64
2.3.3	As feiras como canal de escoamento de produtos agroecológicos	68
3	CONTEXTUALIZANDO O CIRCUITO ALIMENTAR DA FEIRA DO ESPAÇO AGROECOLÓGICO DO BAIRRO DAS GRAÇAS (RECIFE): HISTÓRICO E ORIGENS	70
3.1	AS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS AGROECOLÓGICAS EM PERNAMBUCO	72
3.1.1	Os casos de Bom Jardim (Agreste Setentrional)	74
3.1.2	O caso de Abreu e Lima (Região Metropolitana do Recife)	90
3.1.3	As primeiras experiências agroecológicas em Gravatá e Chã Grande	95
3.1.4	A primeira experiência com a com a comercialização – A semente do Espaço Agroecológico	99
3.2	DIA MUNDIAL DA ALIMENTAÇÃO – CRIAÇÃO DO ESPAÇO AGROECOLÓGICO	101
3.3	EVOLUÇÃO E METAMORFOSE DA FEIRA (1997-2017)	108
4	DISSECANDO A FEIRA DO CIRCUITO ALIMENTAR DE PROXIMIDADE DO ESPAÇO AGROECOLÓGICO DO BAIRRO DAS GRAÇAS	118
4.1	A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA	120
4.2	CONTROLE PARTICIPATIVO DOS PRODUTOS AGROECOLÓGICOS E OS MERCADOS INSTITUCIONAIS	123

4.3	A ORGANIZAÇÃO INTERNA DO ESPAÇO AGROECOLÓGICO	132
4.4	A ASSESSORIA TÉCNICA DO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ.....	139
4.5	CARACTERIZAÇÃO DOS AGRICULTORES VINCULADOS À VENDA DIRETA	143
4.6	MOBILIDADE E TRANSPORTE	154
4.7	ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO	160
4.8	CONSUMIDORES DA FEIRA DO ESPAÇO AGROECOLÓGICO DO BAIRRO DAS GRAÇAS.....	165
4.9	RELAÇÃO PRODUTOR/CONSUMIDOR E A RECONEXÃO ENTRE O RURAL E O URBANO.....	169
4.10	ESPAÇO AGROECOLÓGICO – LUGAR E CULTURA.....	171
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	175
	REFERÊNCIAS	177

1 INTRODUÇÃO

O atual modelo de produção e de comércio de alimentos tem se tornado objeto de intenso debate. De acordo com Ploeg (2008), a agricultura moderna se baseia preponderantemente na especialização no processo agroindustrial, que vincula a produção ao mercado alimentar mundial. Estes sistemas de mercado, que são organizados em escala global, fazem com que os alimentos percorram grandes distâncias e passem por intrincadas teias de relações comerciais.

Esse panorama foi tornado possível através do acelerado processo de modernização da agricultura mundial, baseado na agricultura intensiva e no uso de pacotes tecnológicos, geralmente sementes geneticamente modificadas e a utilização de agrotóxicos. Essa intensificação, de acordo com Poulain (2006), possibilitou um considerável aumento da produtividade em um momento de progressiva unificação do mercado global. Portanto, as relações comerciais constituem fase preponderante neste modelo industrial de agricultura, sendo possibilitadas, entre outros fatores, através da modernização dos meios de transporte e dos meios de conservação dos alimentos nesse traslado (containers refrigerados).

Este processo de industrialização alimentar pós-revolução verde tem passado por algumas fases de reestruturação, que de acordo com Redin e Silveira (2010), caracteriza-se em três etapas: (1) a reestruturação e aumento da produção agrícola, impulsionadas pela propagação e utilização de pacotes tecnológicos como fertilizantes químicos e sementes geneticamente modificadas; (2) a remodelação do setor atacadista para atender o mercado de massa em crescimento com o processo de urbanização nos países em desenvolvimento; e (3) a reestruturação do setor de distribuição caracterizada pela expansão das grandes redes de supermercados.

Durante a segunda metade do século XX, se observou um intenso processo de urbanização e êxodo rural das populações em todo o mundo, tendo as grandes cidades sofrido uma significativa expansão e reconfiguração. Assim, o comércio em larga escala, centrado nas grandes redes de supermercados, aliado aos hábitos considerados “modernos” (fast food e o “comer fora de casa”), criou um modelo de produção-distribuição-consumo concentrado em circuitos alimentares de longa distância, que fazem com que os alimentos percorram longas distâncias e passem por intrincadas teias de intermediários que revendem os produtos, fazendo com que esses produtos sejam destituídos de identidade afastando cada vez mais produtores e consumidores.

É neste contexto, que surge um vasto número de autores com o objetivo de resgatar a identidade alimentar e fomentar territorialização dos alimentos, preocupando-se com os circuitos alimentares, culminando numa multiplicidade de conceitos. Desta maneira é possível encontrar na literatura termos como “Foodshed”, (KLOPENBURG et al. 1996), remetendo para a unidade entre o local, as pessoas, a natureza e a sociedade, a “Civic Agriculture”. Por sua vez, Murdoch fala em “cadeias alimentares alternativas” (alternative supply chains) ou cadeias curtas de comércio e Muchnik (2007) desenvolveu o conceito de sistemas agroalimentares localizados (localized agri-food system) ou ainda os “Sistemas Alimentares Locais” que é definido por Feenstra (2006) como “um esforço colaborativo para construir economias alimentares autossustentadas e baseadas no local, em que a produção, transformação, distribuição e consumo são integrados de forma a melhorar a economia, o ambiente e a saúde social de um lugar específico”.

Na tentativa de sistematizar algumas destas ideias e estabelecer algum consenso em torno de uma linguagem comum, foi criado pelo governo português o Grupo de Trabalho (GEVPAL) criado no âmbito do Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território (MAMAOT), com o objetivo de elaborar a “Estratégia para a valorização da produção agrícola local” (MAMAOT, 2013). Assim é formulado o conceito de Sistema alimentar local (SAL), como sendo um conjunto de atividades interligadas, em que a produção, a transformação, a distribuição e o consumo de produtos alimentares visam promover a utilização sustentável dos recursos ambientais, econômicos, sociais e nutricionais de um território.

O conceito ganha uma de suas primeiras sistematizações no contexto francês, com o intuito de enquadrar este tipo de relação de proximidade social entre produtor e consumidor, e o caráter cultural dos alimentos, o conceito de circuitos curtos agroalimentares. Conceito este, a princípio fundamentado na realidade francesa, foi desenvolvido por Chaffotte e Chiffolleau (2007) e é caracterizado pela relação direta entre produtor e consumidor, ou por no máximo um intermediário entre os dois e pela curta distância geográfica entre os locais de produção e comercialização, conferindo rastreabilidade para os alimentos e criando um vínculo cultural entre os produtos e o território.

Também no Brasil¹, tem surgido numerosas iniciativas de mercado que tem como características justamente a reaproximação entre o produtores e consumidores e a agricultura

¹ País que teve um acelerado programa de modernização agrícola nas últimas décadas, tornando-se o país de maior consumo de agrotóxicos, segundo Londres (2011), apesar de ser um dos maiores produtores de commodities do mundo e um dos maiores exportadores de grãos (sobretudo milho e soja) e de carne bovina

sustentável. De acordo com pesquisa do IDEC (2012) existem 140 feiras de produtos orgânicos no Brasil, onde são os próprios agricultores que comercializam os produtos. Dezoito dessas feiras são localizadas na cidade do Recife, onde há destaque para a feira do Espaço Agroecológico do bairro das Graças, a mais antiga feira de produtos orgânicos de Pernambuco.

Neste trabalho, será adotada a abordagem de “Circuitos Alimentares” (de produção, circulação e consumo de mercadorias) – como método de análise espacial da dinâmica do sistema alimentar, no que diz respeito à *forma* e ao *conteúdo*. Os Circuitos apresentam, de acordo com Scarabelot e Schneider (2012, p.2)

“Quanto à forma, uma configuração, um desenho posto sobre uma determinada escala geográfica (local, regional, nacional, internacional) que inclui os vários pontos de conexão (lugares) e suas relações mútuas por meio dos fluxos (de capital, tecnologia, informação, produtos) necessários ao cumprimento de todas as etapas do sistema. E quanto ao conteúdo, porque os lugares se articulam de acordo com as relações de poder que repartem o social e o territorial dos valores envolvidos.”.

Também será mostrado, no decurso da dissertação, que a feira do Espaço Agroecológico do bairro das Graças representa uma “porta de entrada”, para um universo muito maior de conexões, e relações econômicas, onde cada agricultor representa em cada um dos seus SAF’s, dadas as estratégias de comercialização, um circuito de comercialização, que tem como ponto de encontro justamente a feira no Recife.

Desta maneira, o presente trabalho visa responder à questão: Quais são as implicações socioeconômicas e como se organizam espacialmente as relações de comercialização em Circuitos Alimentares de proximidade no caso da feira do Espaço Agroecológico do bairro das Graças no Recife?

Em face dessa problemática, a pesquisa tem como objetivo geral analisar o Espaço Agroecológico das Graças, no Recife, à luz da teoria dos Circuitos Alimentares de Proximidade, identificando as implicações sociais e econômicas envolvidas e relacionando geograficamente o processo de produção e comercialização.

Para tanto, se buscou, como objetivos específicos: (1) identificar as estratégias de comercialização utilizadas pelos agricultores no âmbito deste Circuito Alimentar de

(possuindo o maior rebanho do mundo), tem, de acordo com Petersen (2009), o mercado interno abastecido pela agricultura familiar, que produz 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros. De acordo com Diniz Filho (2011) grande parte da produção da agricultura familiar se utiliza de elementos da modernização agrícola e está vinculada aos circuitos longos de comercialização, abastecendo sobretudo as redes de supermercados e as centrais de abastecimento (CEASA).

Proximidade; (2) contextualizar historicamente o processo desenvolvimento que culmina na etapa de Comercialização neste Circuito Alimentar; (3) delimitar espacialmente a zona de influência do Circuito de comercialização através do mapeamento e do geoprocessamento de informações cartográficas; e (4) identificar as particularidades do Circuito Alimentar de Proximidade da feira das Graças.

Para que se pudessem atingir tais objetivos, foi necessário utilizar variados recursos metodológicos, como a pesquisa qualitativa, quando se fez necessário fazer entrevistas semiestruturadas² e visitas aos agricultores fundadores, como mostra a tabela 1, para caracterizar de forma mais fidedigna as relações produtor-consumidor, ou na obtenção de relatos orais sobre a transição do modelo de agricultura, bem como o processo de iniciação à comercialização no Recife.

Tabela 1 – Localidades e agricultores Fundadores entrevistados em Pesquisa de Campo

Município	Comunidade	Entrevistados
Bom Jardim	Sítio Feijão	3
	Sítio Oiteiro	1
	Sítio Santa Cruz	1
Abreu e Lima	Sítio São João	1
Chã Grande	Sítio Mutúns	2
Gravatá	Sítio São Severino	1
Total	6	9

Fonte: Elaboração própria, 2017.

Também se utilizou alguns aspectos da pesquisa quantitativa, na aplicação de questionários fechados, para a coleta de dados socioeconômicos gerais, de modo a traçar um perfil dos consumidores que frequentam a feira, bem como dos agricultores que nela comercializam.

² Para Triviños (1987), na entrevista semiestruturada, o informante tem a possibilidade de discorrer sobre suas experiências, a partir do foco principal proposto pelo pesquisador, ao mesmo tempo que permite respostas livres e espontâneas do informante, valorizando a atuação do entrevistado.

Também se realizou uma profunda pesquisa bibliográfica³ que desse embasamento para o conceito (ainda em construção no Brasil) de Circuitos Alimentares de proximidade, bem como sobre a existência de casos e aplicações desses conceitos em outros países/regiões, assim como as diversas estratégias e tipologias de Circuitos adotadas em seus respectivos contextos. Assim, foram usados documentos normativos, correspondentes à situação dos Circuitos Alimentares de proximidade (ou Circuitos Curtos, como são tratados nesses documentos) no contexto da França. O contato com documentos governamentais se deu através da confecção do Estado da arte do trabalho, quando, através de pesquisas relacionadas à origem epistemológica dos Circuitos alimentares de proximidade, sobressaíram autores francófonos, como Gilles Maréchal, Yuna Chiffolleau e Patrick Mundler (este último de origem quebequense). A partir destes autores, que em diversos trabalhos escreviam sobre as implicações dos Circuitos alimentares na França e em Quebec, sobretudo com conceitos de caráter mais normativo do que epistemológico, foram acessados os documentos oficiais dos governos franceses e quebequenses, com objetivo de exemplificar e aprofundar o debate a cerca das origens e utilizações do conceito de Circuitos alimentares.

Um dos elementos-chave para a compreensão da pesquisa é o envolvimento do autor - cujo pai é membro fundador da feira e também sujeito da pesquisa - com o Espaço agroecológico, dada a participação direta no processo de comercialização num período de aproximadamente 07 anos, o que ocasiona uma familiaridade com os sujeitos da pesquisa, perceptível nas transcrições e nas citações diretas das falas dos agricultores. Assim, grande parte da abordagem utilizada no trabalho possui um ponto de vista muito mais próximo dos agricultores do com o dos outros sujeitos da pesquisa, como consumidores, motoristas e etc. Isso se reflete no caráter muito mais qualitativo dos procedimentos metodológicos e do tratamento dos dados referentes aos consumidores.

Esse fato caracteriza o que Brandão (1985) chama de “pesquisa participante”, que consiste, ainda de acordo com Brandão (1985) em uma ferramenta metodológica qualitativa das ciências humanas, se situa entre as diversas práticas de investigação que primam pela presença do sujeito-pesquisador nas problematizações construídas em sua pesquisa, ressaltando as experiências e percepções dos diversos sujeitos envolvidos.

E por último, para que se fizesse a correta interpretação das formas de organização interna dos agricultores do Espaço Agroecológico, se procurou acessar documentos como o Regimento Interno, Tabela de Preços, Atas das reuniões em assembleias e visitação do acervo

³ Segundo Marconi e Lakatos (1992), consiste no levantamento da bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita.

do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá. Para tanto, foi empregado o método de pesquisa documental, que se caracteriza como o tipo de pesquisa “[...] de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (GIL, 2009, p. 45). Além disso, de acordo com Martins e Theophilo (2009) a etapa documental pode complementar a pesquisa, subsidiando dados encontrados por outras fontes, no sentido de corroborar a confiabilidade dos dados.

Foram feitas vinte e quatro visitas de campo, com o intuito de coletas de dados, sendo visitas ao Espaço Agroecológico, às propriedades de alguns agricultores, e visita aos fundadores da feira que não participam mais do processo de comercialização, onde foram entrevistados os agricultores que compõem atualmente o Espaço Agroecológico, os consumidores e os motoristas que conduzem os agricultores, visitas às Assembleias, onde foram entrevistados os agricultores que coordenam a feira e visitas aos agricultores fundadores do Espaço Agroecológico, como mostra a tabela 2.

Tabela 2 – Pessoas entrevistadas na pesquisa de campo

Pessoas entrevistadas	Número de entrevistados
Agricultores	23
Agricultores fundadores	9
Pioneiros na implantação dos SAF's	5
Coordenadores da feira (agricultores também)	2
Técnico do Centro Sabiá (atual)	1
Técnico do Centro Sabiá (fundador)	1
Representantes das associações que compõem o Espaço Agroecológico	3
Consumidores	75
Motoristas	8
Total	127

FONTE: Elaboração própria, 2017.

Desta forma, trabalho será dividido em três capítulos. Sendo o primeiro uma sistematização do conceito de “circuitos alimentares de proximidade” e sua importância no cenário que tem como plano de fundo o mercado global. Por se tratar de um objeto polissêmico, há a necessidade de definir o conceito que será utilizado ao longo da pesquisa, pois, há por um lado uma grande quantidade de autores e de iniciativas governamentais que se preocuparam com a proximidade social nos circuitos alimentares, e por outro, os que enfatizaram a questão da proximidade geográfica entre os agentes. Os circuitos alimentares nada mais são que sistemas complexos de relações comerciais, porém de alcance delimitado e territorializado, diferenciando-se, portanto de rede, que tende a tomar proporções não delimitáveis, e diferenciando-se de “cadeias de comércio”, visto que os circuitos pressupõem uma complexidade maior nas relações comerciais, relacionando-se com os seus atores de forma não linear, como pressupõe a ideia de “Cadeia”.

O segundo capítulo irá tratar da contextualização do objeto de pesquisa, no caso a feira do Espaço Agroecológico. Durante a coleta de dados, verificou-se que a comercialização é apenas uma etapa de um processo mais amplo, que começa no modo de produção agroecológica, nas formas de organização e nos métodos utilizados pelos agricultores. Para tanto, foi necessário aprofundar-se no processo histórico que levou à existência e à evolução da feira, iniciando com a metamorfose do processo de produção dos agricultores, que optaram por um modelo sustentável de agricultura. Por isso será feita uma breve contextualização sobre o que Gliessman (2000) chama de princípios agroecológicos, tendo em vista a caracterização do processo de produção que inclusive dá nome ao Espaço Agroecológico. Outro ponto de enfoque será acerca das experiências pioneiras em agroecologia em Pernambuco. Experiências estas que culminam na criação de um Circuito Alimentar autônomo, que veio a transformar-se no Espaço Agroecológico; e como foi o processo de desenvolvimento de um mercado que pudesse escoar a produção de produtos agroecológicos. Nesse capítulo, ainda trata do período de consolidação da feira, como se deu a relação entre produtores e consumidores numa experiência de comercialização pioneira e como a feira se expandiu e atravessou duas décadas. Para tanto, foram feitas entrevistas aos agricultores fundadores e a equipe atual bem como antigos técnicos de campo do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, que tiveram esse primeiro contato com os agricultores no processo de mudança da forma de agricultura.

No terceiro e último capítulo, será feita a caracterização social, econômica e geográfica do Circuito Alimentar da feira do Espaço Agroecológico. Assim, serão levantados os aspectos positivos e os entraves para o Circuito, o modo de organização interna dos agricultores, as estratégias de comercialização e a caracterização dos agentes envolvidos na produção, a

certificação orgânica dos produtos, a comercialização e o consumo. Também nesse capítulo será tratada a importância dos mercados institucionais (PAA e PNAE) como um Circuito de proximidade paralelo para parte dos agricultores que participam direta e indiretamente da feira. Para cumprir essa etapa, foi necessário acessar a documentos internos dos agricultores, como regimento interno, tabela de preços e atas de reuniões e foram feitas visitas às instituições que compõem a feira para ter acesso aos documentos referentes à certificação orgânica e aos mercados institucionais. Também foram realizadas uma série de visitas de campo às propriedades e a feira, e também participações em duas assembleias, e foram feitas entrevistas semiestruturadas e estruturadas com os agricultores, motoristas que conduzem os agricultores até a feira, coordenadores, representantes das instituições que compõem o Espaço Agroecológico, consumidores e as instituições parceiras. Foram também feitas, participações em duas assembleias dos agricultores.

Finalmente, nas considerações finais, procurou-se apontar questões fundamentais na estruturação do Circuito Alimentar de proximidade, e ressaltar que a Feira do Espaço Agroecológico do bairro das Graças é apenas um entre uma complexidade de outros circuitos que se entrecruzam (havendo no total 4 feiras) e que formam a “Rede Espaço Agroecológico”. Nesse contexto se discutirão os desafios e as perspectivas no âmbito do alargamento dos circuitos e no campo econômico e social entre produtores e consumidores.

2 CIRCUTOS ALIMENTARES DE PROXIMIDADE: CONCEITOS, DEFINIÇÃO E PRÁTICAS

A atividade comercial é inerente à vida em sociedade. É uma constante na história humana as relações de trocas de mercadorias entre os indivíduos e mesmo entre as diferentes civilizações. A produção alimentar nas sociedades agrárias, como aponta Agapio (2013), se destinava preponderantemente à auto-provisão e a comercialização dos excedentes. Assim, apesar da existência do comércio de longa distância, os sistemas alimentares dominantes tendiam a possuir uma escala regional, o que conferia aos alimentos uma identidade territorial própria.

A alimentação, muito mais que provimento de sustentação biológica, representa importante elo na relação entre homem e meio, nos dizeres de Lucci (2013) como “elemento cultural territorializado”. Para serem comidos, ou comestíveis, os alimentos, ainda de acordo com Lucci (2013), precisam ser elegíveis, preferidos, selecionados e preparados ou processados pela culinária, e é aí que a alimentação ganha contornos culturais.

Nos sistemas alimentares “fechados”⁴ (ou circuitos alimentares), esses elementos culturais são mais expressivos, afinal além da questão da seleção e preparo, há o provimento de alimentos produzidos em condições regionais específicas. Tal configuração cria no “ato de comer” um ritual próprio em cada cultura, com representações simbólicas que reforçavam ainda mais esse caráter identitário entre homem e meio geográfico.

No entanto, nas sociedades modernas se verifica uma profunda metamorfose nos hábitos alimentares. A produção alimentar em escala industrial associada a um processo de comercialização extremamente polarizado nas grandes redes de supermercados e aos hábitos de alimentação urbanizados como o “fast food” e o comer fora de casa, promovem o que Cassol (2013) chama de desconexões.

A primeira dessas desconexões é no próprio modelo de agricultura, que é industrial e intensivo e com a ampla utilização dos “pacotes tecnológicos”⁵, projetada para sistemas comerciais longos, onde a produção de determinados tipos de alimentos obedece não às relações culturais ou demandas locais, mas às demandas comerciais externas, obedecendo ao que Santos (1978) chama de longínquos centros de decisão. Outra desconexão se dá entre o rural e o

⁴ Na concepção de Muchnik, (2007), um sistema alimentar autônomo ou fechado, seria aquele que possui o mínimo de influências externas e de contato com outros sistemas alimentares.

⁵ Pacotes tecnológicos são grãos geneticamente modificados e a utilização de pesticidas e fertilizantes químicos projetados de acordo com a resistência do grão (LONDRES, 2011, P. 65).

urbano, causada pela distância geográfica entre locais de produção e consumo, ou entre produtores e consumidores, dada a distância social causadas pela teia de intermediários entre os produtores (mesmo que estes sejam agricultores familiares) e os supermercados ou centrais de abastecimento.

E sendo esse “um fenômeno global” (MASCARENHAS, 2008, p.4), diversos autores de vários países têm se preocupado com a questão socioeconômica da alimentação, fazendo surgir uma constelação de conceitos que tratam dessa proximidade social ou geográfica da alimentação. Assim surgem autores que escrevem sobre as cadeias de alimentação territorializadas (MORAES, 2013), cadeias curtas de comércio (SCARABELLOT; SCHNEIDER 2012), ou ainda os Sistemas Alimentares Locais (CRISTÓVÃO; TIBÉRIO 2009). Ou então instituições governamentais de diversos países e regiões que institucionalizaram o conceito de Circuitos Curtos⁶ para a elaboração de políticas de desenvolvimento local. Esses conceitos, que apesar de diferentes possuem uma base comum, foram enfeixados neste trabalho como “Circuitos Alimentares de Proximidade”, visando englobar os múltiplos conceitos que se tratam da proximidade social entre os atores desse mesmo circuito, no caso dos estudos sociológicos sobre as relações comerciais, como também os que se enfocam a questão da proximidade geográfica, como são os diversos governos que institucionalizaram o conceito para implementação de políticas de desenvolvimento regional. Os circuitos alimentares nada mais são que sistemas complexos de relações comerciais, porém de alcance delimitado e territorializado, diferenciando-se, portanto de rede, que tende a tomar proporções não delimitáveis, e diferenciando-se de “cadeias de comércio”, visto que os Circuitos pressupõe uma complexidade maior nas relações comerciais, relacionando-se com os seus atores de forma não linear, como pressupõe a ideia de “Cadeia”.

Neste capítulo, será tratado com maior atenção o contexto onde surgem os conceitos que tratam dos Circuitos Alimentares de Proximidade, de como se dá a articulação do mercado global aos Sistemas Longos, e como surgem (ou são revitalizadas) iniciativas de mercados baseados em escala local/regional (com incentivo governamental ou não) que reconectam produtores, consumidores e território, fenômenos que são teorizados por vários autores.

⁶ Circuitos Curtos Agroalimentares: Sistemas alimentares localizados, que põem em contato direto consumidores e produtores de gêneros alimentícios.

2.1 O MERCADO MUNDIAL E A TERRITORIALIZAÇÃO DOS CIRCUITOS ALIMENTARES

Desde a década de 1950, o geógrafo francês Pierre Monbaig (1957) alertava para a necessidade de uma geografia do capital, que investigasse o papel do capital financeiro nas atividades produtivas. As mudanças mundiais desde a década de 1990, com grande ampliação dos fluxos internacionais de capital, a potencialização de Circuitos Agroalimentares Longos, formação de sucessivas bolhas e crises financeiras trouxeram a dinâmica internacional para o centro dos debates geográficos e sobre os rumos da agricultura em particular. As mudanças espaciais ocasionadas pela dinâmica financeira na agricultura mundial são fundamentais para a análise geográfica.

O grande volume de negócios com commodities agrícolas nos mercados futuros de todo o mundo, junto à alta dos preços destas, nos anos de 2006 a 2008 reanimou os debates sobre a dinâmica dos mercados mundiais de produtos agroalimentares, sobre os fatores determinantes das mudanças de preços e sobre a influência do capital financeiro.

Uma das características fundamentais do mercado mundial nas últimas décadas foi a ampliação do volume de capital aplicado em *commodities*. Com a crise asiática em 1998 e a quebra dos investimentos em empresas de internet em 2000 (o estouro da “bolha.com”), vultosos recursos financeiros procuraram aplicações mais seguras. Além das crises, relatórios do FMI sobre a economia mundial demonstram que o período de 2002 a 2007 foi de queda das taxas de juros mundiais, levando a diminuição da lucratividade de ativos financeiros, em especial os títulos de dívidas dos Estados. Acompanhando essa queda, grande volume de recursos migrou para os mercados de *commodities*.

As commodities agrícolas, minerais e energéticas passaram a ocupar papel de destaque nos mercados financeiros, impulsionando as bolsas de mercadorias e futuros⁷. Ao lado disto, ocorreu expressiva ampliação do comércio mundial destas mesmas commodities. Em toda a década de 1990 o comércio mundial ampliou-se em 65%, enquanto apenas no período 2000-2010, aumentou em 136,5%. Os Circuitos alimentares Longos encontram-se em franca expansão, as exportações totais de produtos agrícolas crescem 31,2% entre 1990-99 e 147,4% no período 2000-2010 (sendo 92% apenas no período 2002-2007, quando os preços iniciam alta no mercado internacional).

Assim, na década de 2000 o crescimento do mercado de produtos agrícolas é maior que o crescimento total do comércio mundial, passando de 8,4% do total para 9,4% em 2009. É um

⁷ Mercado de Futuros : É a negociação de mercadorias antes mesmo de sua produção.

crescimento expressivo, uma vez que desde 1983 os produtos agrícolas decresciam como parcela do comércio mundial total³. Isto se relaciona ao fato de os países desenvolvidos, que detêm maior participação no comércio mundial, priorizarem as exportações de produtos industrializados e serviços e importarem matérias-primas e produtos agrícolas. As exportações agrícolas cresceram como proporção das exportações totais em países periféricos, como Brasil, Argentina e Chile.

Na tabela 3, observa-se o crescimento do mercado mundial de produtos agrícolas. O crescimento dos preços agropecuários e da demanda por alimentos possibilitaram grande aumento do comércio internacional de produtos agrícolas.

Todas as regiões tradicionalmente produtoras agrícolas ampliaram seus volumes comercializados, mas com aumento significativo da participação dos países da América Latina e da Ásia. Os Estados Unidos perderam em participação nas exportações totais, mas continuam ampliando seus volumes exportados e detêm ainda 10% do mercado mundial de produtos agrícolas. A União Europeia mantém sua participação em torno de 40% do mercado mundial. Tanto Europa quanto os EUA aumentaram suas importações agrícolas significativamente, o que explica a persistência do protecionismo e das políticas de incentivo.

Tabela 3 – Exportações agrícolas por países selecionados

	US\$ Milhões			Cresc. Acum.		Partic. % no total		
	1990	2000	2010	1990-2000	2000-2010	1990	2000	2010
Mundo	414.723	552.345	1.366.469	33,2	247,4	100	100	100
Argentina	7.482	11.954	34.643	59,8	289,8	1,8	2,2	2,5
Austrália	11.875	16.446	27.048	38,5	164,5	2,9	3	2,0
Brasil	9.779	15.467	68.585	58,2	443,4	2,4	2,8	5,0
Canadá	22.339	34.789	52.128	55,7	149,8	5,4	6,3	3,8
Chile	2.779	6.399	15.746	130,2	246,1	0,7	1,2	1,2
China	10.060	16.384	51.607	62,9	315,0	2,4	3	3,8
França	37.101	36.939	68.506	-0,4	185,5	8,9	6,7	5,0
Alemanha	24.621	29.275	80.275	18,9	274,2	5,9	5,3	5,9
Itália	11.858	16.357	38.627	37,9	236,1	2,9	3	2,8
Holanda	31.859	42.010	94.051	31,9	223,9	7,7	7,6	6,9
Espanha	9.368	17.466	42.089	86,4	241,0	2,3	3,2	3,1
Reino Unido	14.961	17.069	28.999	14,1	169,9	3,6	3,1	2,1
Estados	59.404	71.408	142.538	20,2	199,6	14,3	12,9	10,4

Unidos								
União								
Europa (27 países)	-	229.313	534.892	n/d	233,3	0	41,5	39,1

Fonte: OMC

O Brasil foi um dos países que ampliou mais significativamente a participação no comércio mundial de produtos agrícolas, de 2,8% em 2000 para 5,0% em 2010. Durante a década de 1990, esta participação havia se estabilizado em pouco mais de 2%. Enquanto o total das exportações agrícolas mundiais cresceu 247,4% no período 2000-2010, as exportações agrícolas brasileiras cresceram 443,4%. A Rússia também apresentou expressivo crescimento das exportações de 203% de 2000 a 2007. No mesmo período, os Estados Unidos ampliaram as exportações agrícolas em 59%, a União Europeia em 112%, a China em 137%, a Argentina em 140%, o Chile em 113%, a França em 77% e o Canadá em 40%. Os dados demonstram que o crescimento mais intenso das exportações agrícolas ocorreu nos países periféricos. Isto se relaciona diretamente ao aumento dos investimentos financeiros nos produtos agropecuários após as inúmeras crises financeiras da década de 1990.

Os países da Ásia, além do crescimento das exportações, ampliaram significativamente as importações. O crescimento econômico da região possibilitou melhoria das condições de alimentação de milhões de pessoas, levando ao aumento das importações⁴. É importante ressaltar que não se trata apenas de aumento no consumo de alimentos, mas de uma mudança qualitativa. A China, por exemplo, vem passando por mudança nos hábitos da população, semelhante ao que ocorreu no Japão nas décadas de 1960/70, com aumento do consumo de proteínas animais e de óleos vegetais e estabilização do consumo de produtos tradicionais como o arroz. Esta mudança é semelhante a que ocorreu no início do século XX nos países da Europa ocidental, como discutiu Guglielmo (1975) e em período mais recente no Brasil, como discutido em estudos de geógrafos como Carvalho (2001) e Medeiros (2009 e 2010).

China, Índia, Cingapura, Vietnã, Tailândia e Malásia, que importaram, para Medeiros (2014) em 2000 US\$ 38,7 bilhões, chegaram em 2007 ao valor de US\$ 108,2 bilhões de importações agrícolas. Adicionando a este valor as importações de países asiáticos que já importavam grandes volumes anteriormente, como Japão, Coreia do Sul, Hong Kong e Taiwan chega-se ao valor de US\$ 223,3 bilhões em 2007. Este valor apresentou um aumento de 67,3% sobre o ano 2000 para o conjunto dos países asiáticos citados, mas um aumento bem mais expressivo se tomarmos alguns casos em separado: 233,8% para a China; 142,2% para a Índia, mas apenas 10,7% para o Japão.

O aumento do consumo e das importações agrícolas, ainda de acordo com Medeiros (2014), não ocorreu somente na Ásia, mas as expectativas concentravam-se em especial nestes países, com destaque para a China que passa de 1,9% das importações mundiais em 1990, para 3,5% em 2000 e 5,8% em 2007. O aumento total das exportações agrícolas mundiais foi da ordem de 33,2% de 1990 a 2000, acelerando-se a 104,2% de 2000 a 2007.

A década de 1990 no Brasil foi marcada por profundas crises sociais e financeiras, o que trouxe uma política de cortes de recursos para a agricultura, o que levou a inúmeras situações, como escassez de recursos para financiamento agropecuário e aumento das taxas de juros; agravamento das crises dos produtores com dívidas mais antigas, levando a sucessivas renegociações; crise generalizada da agricultura, especialmente dos pequenos e médios produtores, com poucas alternativas de financiamento; busca de novas fontes de financiamento, especialmente pelos grandes produtores ligados ao setor agroindustrial ou aos mercados externos.

Nesta conjuntura ampliou-se a atuação de grandes grupos estrangeiros no agro nacional, especialmente via aquisições de empresas brasileiras, como demonstraram Benneti (2004), Aoun (2008) entre outros. A abertura ampliou a importância da BM&F e dos mecanismos de financiamento via grupos privados, especialmente as grandes *tradings* internacionais. A possibilidade de captação de recursos no mercado financeiro facilitou suas operações. Com isso, os preços internacionais passaram a ser elemento central na demanda, na realização dos investimentos, na expansão ou crise das lavouras. A crise de crédito acelerou a internalização de um esquema de financiamento que já era largamente praticado nos Estados Unidos, em que a grande *Trading* busca recursos no mercado financeiro, via bolsa de futuros, e financia o custeio do produtor agrícola dos produtos que lhe servem de matéria-prima. Como apontou Gonçalves (2005) este processo aprofundou a *financeirização da agricultura*, após a crise do tradicional Sistema Nacional de Crédito Rural-SNCR. Com este, o produtor se inseriu no sistema financeiro para viabilizar investimentos e modernização.

Junto à ampliação do comércio de mercadorias, tem-se o aumento dos fluxos internacionais de capital e dos investimentos em mercados futuros de commodities. O grande aumento do consumo de alimentos, em especial nos países asiáticos, coberto via importações, estimulou os movimentos especulativos em torno das commodities agrícolas. Assim, as expectativas em torno do aumento do consumo de produtos agrícolas, num momento de ciclo ascendente de preços, aceleraram ainda mais a elevação dos preços no mercado mundial.

Este panorama, que Banks (2003) denomina “comoditização” dos mercados de alimentos, traz significativas mudanças para a dinâmica agroalimentar, onde os alimentos

passam a ser tratados como “mercadorias”, perdendo todo e qualquer valor de identidade social, quebrando, desta maneira, o vínculo com a figura do agricultor, e também a perda da identidade regional dos alimentos, visto que eles, além de cruzar enormes distâncias geográficas, passam por intrincadas teias de relações comerciais até surgirem como produto final nas prateleiras.

Ploeg (2006) destaca que o processo de modernização agrícola, também conhecida “revolução verde”⁸, possibilitou profundas modificações na base produtiva da agricultura, com a introdução de novas sementes e seu respectivo “pacote tecnológico” de fertilizantes, herbicidas, pesticidas, crédito, obras de infraestrutura, serviços de extensão e treinamento.

O mercado de futuros, onde a produção é comercializada já antes do plantio, é um exemplo claro do uso de pacotes tecnológicos como “garantias contra imprevistos”. De acordo com Londres (2011), os agricultores de pequeno e médio poder aquisitivo só tem acesso ao crédito depois de adquiridos os pacotes tecnológicos: grãos especializados, herbicidas, fertilizantes químicos e etc.

No que se refere à América Latina, novamente Ploeg (2006) destaca que o programa de reforma agrária massiva no Peru (no período 1969-1975) promoveu tipicamente a modernização; no México, tentou-se primeiramente implementar uma revolução verde do tipo asiático e, posteriormente, o meio rural passou a ser literalmente modificado por um forte processo de “pecuarização” (Gerritsen, 2002), assim como ocorrera em vários outros países da América Central e do Sul. No Brasil, para Cabello (2004), foi especialmente a substituição dos cultivos de café pelos de soja que representou uma primeira expressão, ampla e massiva, da modernização.

Assim, podemos observar que independente de sua forma específica, ou das especificidades dos vários contextos, a modernização implicou em aumentos significativos da produtividade e um “abrupto e multifacetado processo de mercantilização” (PLOEG, 2006, p 17), vinculando a produção massiva diretamente aos mercados globais. À estas teias de relações de grande escala e que envolvem múltiplos atores, se dão o nome, para Mundler (2013) de “sistemas alimentares globais”.

Esse modelo, passou a ser alvo de intensas críticas, desde o campo socioeconômico até o ambiental, o público para Guivant (2003) tem se preocupado cada vez mais com questões ecológicas e com a qualidade daquilo que consomem, fazendo com que se generalizasse a desconfiança sobre esses produtos. Com a dissociação da produção e do processamento dos

⁸ Para mais, ver: PEREIRA. Mônica Cox de Britto. Revolução Verde. In: CALDART. Roseli Saete; PEREIRA. Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo;FRIGOTTO, Gaudêncio. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 685-691, 2012.

alimentos, os órgãos de fiscalização passaram a desenvolver um papel importante frente aos mercados, mas a opinião pública frente agropecuária passou a ser dominada por um contínuo fluxo de escândalos.

Mas desde meados da década de 1990, diante à essa massificação e ampla polarização comercial, surgem cada vez mais iniciativas que de Circuitos produtivos que se situam fora do modelo agropecuário convencional. De acordo com Becker e Cabedo (2012), diferentes atores sociais têm vindo a manifestar-se contra a crescente padronização das escolhas alimentares. Tais reações acontecem “em consequência da crise do modelo quantitativo (consumo de massas) na qual a qualidade, tanto dos produtos quanto dos processos, passa a ser o objetivo central” (Cabedo, 2010).

Observando mais de perto esses fenômenos, é possível afirmar, como Banks (2003), que essas “novas modalidades” nada mais são do que a adaptação (ou mesmo uma ação de resgate, em alguns lugares) de seculares tradições camponesas de produção para o consumo próprio e venda dos excedentes. Em determinados contextos, segundo Goodman (2004) esses novos circuitos alimentares são uma inovadora estratégia de mercado, que tem em vista a diminuição de custos através da venda direta, em outros, no entanto, são formas de resistências de um modo de vida tradicional frente às imposições da modernização agrícola, em outros ainda, a fuga para um modelo de produção-comércio alternativo.

As primeiras iniciativas em circuitos alimentares localizados, de acordo com Banks (2003), aconteceram nos Estados Unidos com os “Farmers Market” (figura 1). O país que se destaca pelo modelo industrial de produção agrícola, e pela existência das maiores redes de “fast food” do mundo. Esses movimentos são, para Cristóvão e Tibério (2009), muito fragmentados, desiguais de espaço para espaço que tendem a valorizar o estilo de vida de dada população, de distintos grupos étnicos e sociais, que buscam subsistência e valorização identitária. Um dos slogans mais representativos é “Buy Fresh, Buy Local” (Figura 2), traduzindo o incentivo ao consumo de produtos locais e o apoio à reconstrução e sustentabilidade de sistemas alimentares locais.

Para além de “local food” também se aspira a produzir “sustainable food”, a partir do modo de produção sem agrotóxicos e de outras formas naturais que excluam o uso de insumos químicos. A questão da distância geográfica, ainda segundo Cristóvão e Tibério (2009) está também no centro do debate, pois deseja-se reduzir o número de quilômetros percorridos pelos alimentos.

Os objetivos centrais desta territorialização da cadeia alimentar são, de acordo com Cristóvão e Tibério (2009, p. 9):

Figura 1- Farmers Markets nos Estado Unidos



Fonte: FOXBUSINESS, 2017.

Figura 2- Feira de produtos locais em Nebraska, EUA.



Fonte: FOXBUSINESS, 2017.

“1) a dinamização do consumo de alimentos regionais, ou seja, produzido localmente; 2) o estabelecimento de ligações entre produtores e consumidores; 3) a revitalização de estruturas tradicionais de produção, transformação e distribuição; 4) a construção de redes de relações entre produtores e governos locais, empresários, restaurantes ou lojas especializadas; e 5) a promoção da economia local e do desenvolvimento rural.”

Este tipo de movimentos, que visam reconstruir Circuitos Alimentares de Proximidade, ligando produtores e consumidores e têm se expandido por várias zonas do globo, em particular na Europa, com especial relevo para França, Itália, Bélgica, Espanha e Portugal e América Latina, sobretudo no Brasil e na Argentina. E em consonância com essas novas práticas surge um vasto número de autores que se preocupam com essa questão da proximidade entre consumidores e produtores e com os circuitos alimentares, o que culmina numa multiplicidade de conceitos muito próximos em si. Dessa forma, é possível encontrar na literatura termos como “foodshed” aludindo para a unidade entre o local, as pessoas, a natureza e a sociedade e a “Civic Agriculture” (Lyson, 2004) entendida como o sistema de produção agrícola e alimentar enraizada num local, baseada em recursos locais, servindo mercados e consumidores locais e empenhada na justiça social, sustentabilidade ecológica e relações sociais de benefício mútuo (Cristóvão e Tibério, 2009).

Por sua vez, Murdoch (2000) fala em “cadeias alimentares alternativas (alternative supply chains) e Muchnik desenvolveu o conceito de sistemas agroalimentares localizados - SIAL (localized agri-food system) (BAPTISTA et al, 2013). Importante observar que Murdoch se refere a essas práticas de mercado como “alternativas” deixando claro que essas formas de comercialização não estão vinculadas com o mercado “convencional”. Ao passo que Muchnik utiliza o termo “sistema” e não “cadeia” alimentar, para ele as relações de comercialização local envolvem uma teia de atores, um sistema, que não obedece a um padrão linear.

Muito semelhante é o termo cunhado por Feenstra (2006), denominado de “Sistema Alimentar Local”, que de acordo com Cristóvão e Tibério (2009), representa um esforço colaborativo para construir economias alimentares autossustentadas e baseadas no local, em que a produção, transformação e distribuição e consumo são integrados de forma a melhorar a economia, o ambiente e a saúde social de um lugar específico.

Para Darolt (2012), que estuda a ocorrência desse conjunto de relações comerciais na França e no Brasil, denomina esse fenômeno como “redes alimentares alternativas”, para ele, existe um vínculo estreito entre essa proximidade entre produtores e consumidores e a produção de produtos orgânicos e agroecológicos. Concomitantemente, Marechal (2008) que usa o termo “Circuitos locais” (Circuits Locaux) ou “Circuitos Curtos” (Circuits Courts), mostra que na

maioria dos casos, os Circuitos Curtos se associam à produção orgânica (bio) e com a agricultura familiar. Ao estudar a região francesa da Bretanha, observando o elevado número de produtores que comercializam em venda direta, Marechal (2008, p.59) afirma que:

“Les organisations de développement agricole qui se sont intéressées à cette question travaillent en même temps à la promotion de pratiques de production écologiquement saines (agriculture durable et biologique) et à celle des circuits courts de commercialisation” (MARECHAL, 2008).

Uma noção abrangente que enquadra este tipo de relação de proximidade social é o já mencionado conceito de Circuitos Curtos. O economista francês Louis Malassis, ainda nos anos de 1970, na sua principal obra: “Economie Agroalimentaire” (1973), utilizou o conceito de circuitos para tratar os graus progressivos de complexidade na estruturação do abastecimento alimentar com o número de agentes e a distância a ser percorrida entre o local de produção e consumo.

Para este autor, os circuitos alimentares são dotados de extensões muito variadas porque a possibilidade de que apareçam a escalas cada vez maiores não é um fato absoluto, e vai depender das condições encontradas pelo sistema alimentar, em seu processo evolutivo para estabelecer conexões entre pontos distantes no espaço, como efeito da modernização dos meios de transporte e do incremento de tecnologia ao longo das cadeias produtivas. Malassis (1973) ainda acrescenta que o sistema alimentar se estrutura de acordo com cada formação social e econômica, o que concorre para a hipótese de que o sistema agroalimentar evoluiria de forma heterogênea (entre cadeias produtivas) e desigual (entre territórios).

Mas este conceito, fundamentado na realidade francesa, e desenvolvido por um conjunto de autores, dentre eles Marechal (2008) Chaffotte e Chiffolleau (2007) e Lanciano, Saleilles (2010) ganha corpo somente no início dos anos 2000. Os Circuitos Curtos se caracterizam, de acordo com Chaffott e Chiffolleau (2013 p. 4):

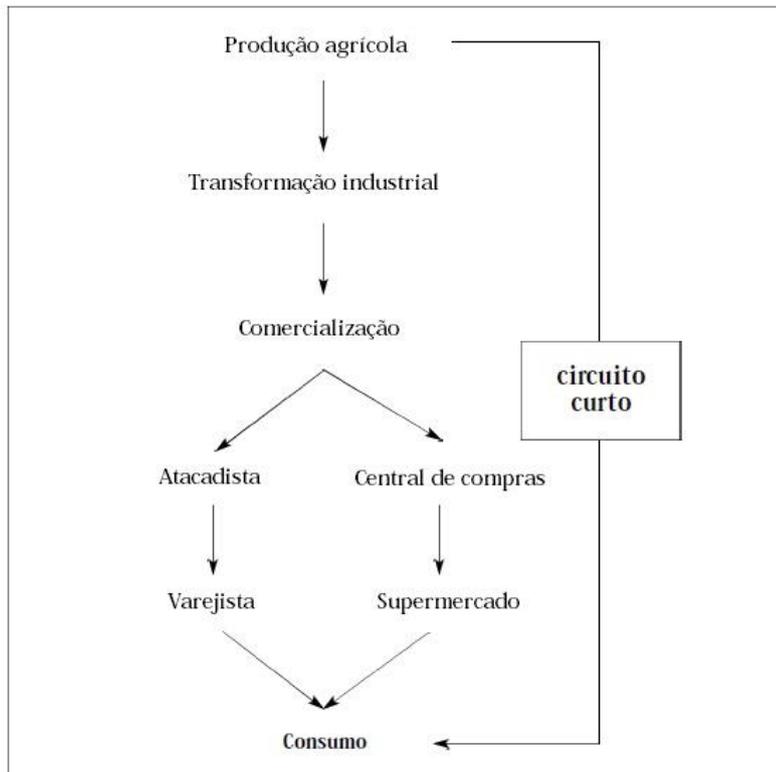
“Pela relação direta entre produtor e consumidor, ou por no máximo um intermediário entre os dois, sendo a curta distância social entre os agentes envolvidos que seria a característica principal desse Circuito comercial, o desenvolvimento local, a transparência comercial e a valorização cultural, permitindo que o agricultor utilize suas próprias relações culturais e sociais no processo de produção e venda”.

Os “Circuitos Curtos” (Circuits Courts), que é o conceito mais popularizado na França, ganha uma definição institucional do ministério da Agricultura francês:

“Um Circuito Curto é um modo de produção agrícola exercido através da venda direta do produtor ao consumidor, e através da venda indireta, com a condição de que haja no máximo um intermediário entre o produtor e o consumidor” (FRANÇA, 2014, p.1)

Paralela a esta concepção, Chiffolleau (2007) também caracteriza os chamados Circuitos alimentares longos, que possuem (1) escalas maiores de venda, revenda e distribuição, que denotam um distanciamento Geográfico entre os agentes envolvidos, 2) mas mesmo assim, há a preservação da identidade alimentar, sendo possível ao consumidor identificar o respectivo produtor e a forma que ele foi produzido, mas sem que tenha um contato direto e uma relação pessoal com o produtor (os circuitos curtos e longos são ilustrados na figura 1). Segundo Mundler (2013), os circuitos alimentares curtos não são impermeáveis, podendo então um mesmo agricultor fazer parte de diversos circuitos distintos, aumentando ainda mais a complexidade do estudo desses fenômenos. A figura 3 apresenta o esquema de circuitos curtos, em relação ao mercado convencional, de acordo com a concepção do ministério de Agricultura da França (2014).

Figura 3- Esquema de Venda direta, que caracteriza um Circuito Alimentar Curto



Fonte: Darolt, 2013.

Em 2012, o Conselho governamental da região administrativa de Pays de la Loire, na França, formalizou o conceito de Circuitos Alimentares de Proximidade, de acordo com Jacques

Auxiette, presidente do conselho regional de Pays de la Loire⁹: “A região de Pays de la Loire deseja desenvolver uma agricultura durável, plural, ancorada no território e que atenda às inspirações cidadãs. Para concretizar essa ambição, se faz necessário formalizar a noção de Circuitos Curtos Alimentares, através desta carta regional”.

Nesta carta, diferentemente das concepções anteriores, confere aos Circuitos Curtos, ou Circuitos alimentares de proximidade, a noção de extensão, pois ela delimita uma distância máxima de 80 km entre local de produção e consumo: “[...] a prioridade será dada aos projetos que garantam uma alimentação de origem regional ou em departamentos limítrofes, dentro de um limite de 80km entre o lugar de produção e de comercialização”.

Nos estudos preliminares para a implantação de políticas governamentais que envolvem Circuitos Curtos na região administrativa de Pays d’Ancenis¹⁰, também na França, essa delimitação se estende a 150 km:

“Nous avons retenu pour cette étude le vocable utilisé par l’ADEME (Agence de l’Environnement et de la Maîtrise de l’Énergie) de «**circuit alimentaire de proximité**», circuit qui répond principalement à deux critères: circuit de vente directe ou avec un (voire deux) intermédiaires (= circuit court); e distance limitée (généralement inférieure à 150 km) entre le lieu de production et le lieu de consommation”¹¹ (PAYS D’ANCENIS, 2015, p. 109).

Segundo Chaffotte e Chiffolleau (2007), o apoio governamental aos circuitos curtos na França permitiu uma aproximação entre consumidores e produtores, uma melhor remuneração do produtor, preços justos ao consumidor, incentivo à produção local, gerando empregos e dinamizando a economia local.

Essa institucionalização do conceito de Circuitos Curtos permitiu o fomento de iniciativas por parte da própria união Europeia (EUROPA, 2017 p.1):

La politique agricole commune et la politique européenne de développement rural soutiennent directement et explicitement les circuits courts; près de 800 millions € ont été affectés dans la programmation 2014 – 2020 pour le soutien d'action de coopération et de promotion dans ce domaine¹².

⁹ PAYS DE LA LOIRE. **Charte: Circuits Alimentaires de proximité et de qualité**. Nantes. 2012. 16 p.

¹⁰ PAYS D’ANCENIS. **Les circuits courts alimentaires de proximité en pays d’ancenis**. Ancenis. Jan. 2015. 109 p.

¹¹ Para este estudo, utilizamos o termo usado pela ADEME (Agência Francesa de Meio Ambiente e Energia) como um "circuito alimentar de proximidade", um circuito que atende principalmente a dois critérios: um canal de vendas diretas ou com um (ou dois) intermediários (= curto-circuito); A distância limitada (geralmente menor que 150 km) entre o local de produção e o local de consumo. (tradução própria)

¹² A política agrícola comum e a política europeia de desenvolvimento rural apoiam directa e explicitamente os curtos-circuitos; Cerca de 800 milhões de euros foram reservados para a programação de 2014-2020 para o apoio a ações de cooperação e promoção neste domínio. (tradução própria)

Também em Portugal sugeriram definições governamentais que tratam dessa aproximação produtor-consumidor e valorização dos produtos regionais. Assim, na tentativa de sistematizar algumas destas ideias e estabelecer algum consenso em torno de uma linguagem comum, foi criado o Grupo de Estratégia para a Valorização da Produção Agrícola Local (GEVPAL) no âmbito do Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento de Território (MAMAOT), com o objetivo de elaborar a “Estratégia para a valorização da produção agrícola local”. Assim, foram estabelecidos os seguintes conceitos (MAMAOT, 2013):

a) Sistema Alimentar Local (SAL): Um conjunto de atividades interligadas, em que a produção, a transformação, a distribuição e o consumo de produtos alimentares visam promover a utilização sustentável dos recursos ambientais, econômicos, sociais e nutricionais de um território. Este é definido como uma comunidade de interesses localizados, reforçando as relações entre os respetivos agentes intervenientes;

b) Circuito Curto Agroalimentar (CCA): Um modo de comercialização que se efetua ou por venda direta do produtor para o consumidor ou por venda indireta, com a condição de não haver mais de um intermediário. A ele se associa uma proximidade geográfica (conselho e conselhos limítrofes) e relacional entre produtores e consumidores.

As iniciativas em Circuitos Curtos na província canadense de Québec impulsionaram o ministério de Agricultura, Pesca e Alimentação (MAPAQ) a implementar programas de fomento aos Circuitos Curtos. Para isso, também houve uma formalização governamental do conceito para o “programme proximité”. Assim, eram admitidos que Circuitos Curtos:

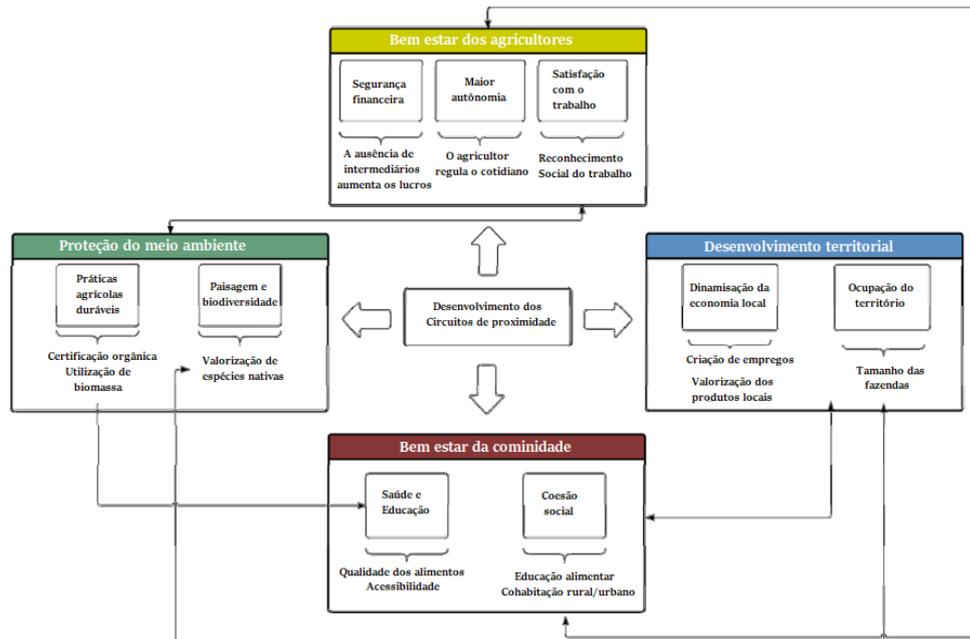
“Formas de mercado que compreendem os sistemas de comercialização que favorecem uma maior proximidade relacional e geográfica entre os agentes do setor bioalimentar e os consumidores. A proximidade relacional faz referência aos circuitos curtos de comercialização, que admitem no máximo um intermediário na distribuição entre a produção agrícola ou de transformação alimentar artesanal e o consumidor. A proximidade geográfica corresponde a comercialização no seio da própria região ou a menos de 150 km de distância entre do lugar de produção ou transformação” (MUNDLER, 2015, p. 64).

Segundo Mundler (2013), que faz detalhado estudo de caso em três regiões da província canadense de Québec (Lac-St-Jean-Est), Lotbinière e Brome-Missisquoi), os Circuitos alimentares de proximidade trazem importantes contribuições ambientais, sociais e econômicas, influenciando no bem-estar dos agricultores e da comunidade em geral (gráfico 1).

No Brasil ainda não existe uma definição do que seriam os “Circuitos alimentares” (curtos ou longos), mas os conceitos assinalam, concomitantemente, a distância Geográfica e social entre produtores e consumidores, bem como a questão da divisão social e espacial do

trabalho. Mas existe, para Schneider (2017) uma forte tradição de existência de circuitos alimentares de proximidade no Brasil, sobretudo em regiões de maior tradição camponesa, como o Nordeste e o Sul. Nessas regiões, de acordo com Idec (2012) existe um considerável aumento de feiras de produtos orgânicos possível, por exemplo, encontrar alguns trabalhos mais

Gráfico 1- As características dos Circuitos Alimentares de Proximidade, segundo Mundler.



FONTE: Patrick Mundler, 2015.

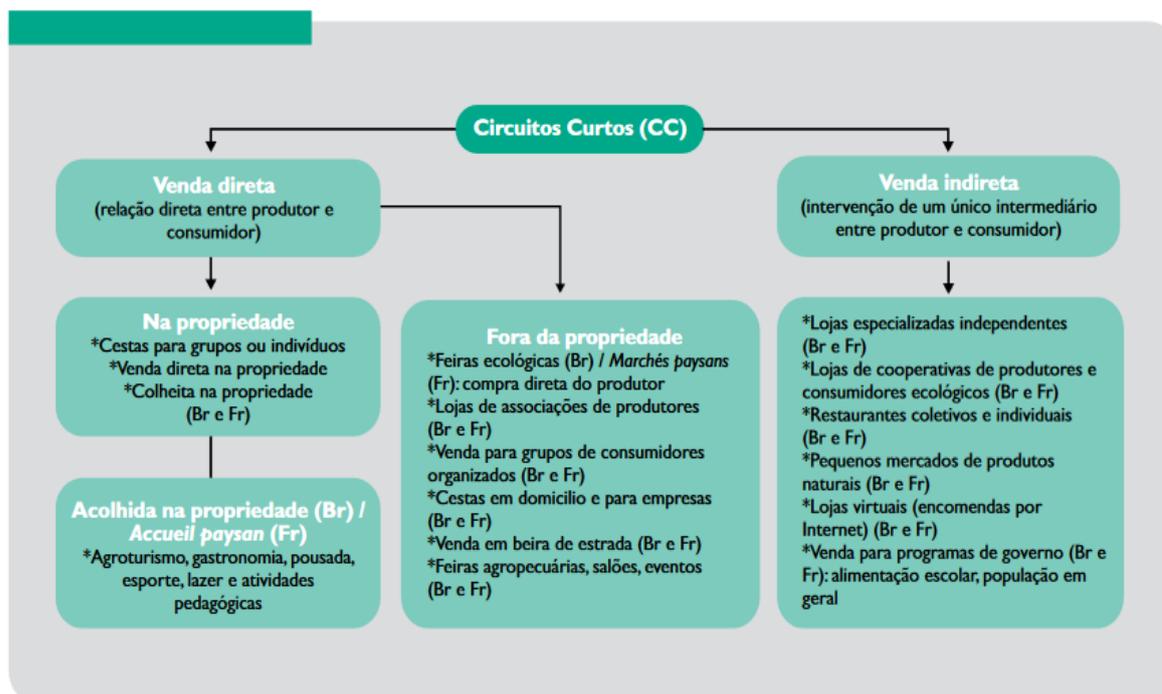
detalhados sobre a Rede Ecovida, onde Darolt (2012) trata sobre as redes alimentares alternativas, que está atrelada a agricultura de base ecológica, ou no caso de Cassol (2013) quando se referem ao termo “Cadeias Curtas” quando tratam sobre a Feira do Pequeno Produtor de Passo Fundo/RS.

Outra modalidade de Circuitos alimentares de proximidade (porém indiretos) são os mercados institucionalizados (que serão melhor detalhados ao fim do capítulo), onde o governo através dos programas PAA e PNAE, compram a produção da agricultura familiar para o abastecimento das repartições públicas.

2.2 AS ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO EM CIRCUITOS ALIMENTARES DE PROXIMIDADE

Nas várias iniciativas de comercialização em Circuitos alimentares de proximidade, verifica-se uma grande variação de acordo com a modalidade de venda (direta ou indireta) e o contexto no qual estão inseridas. No gráfico 2, Darolt (2013, p.9) mostra as diversas modalidades de Circuitos Alimentares no Brasil e na França, essas modalidades envolvem iniciativas em vendas diretas e indiretas, tanto nas propriedades como fora delas.

Gráfico 2- Tipologia dos Circuitos Alimentares de Proximidade no Brasil (Br) e na França (Fr).



Fonte: Darolt; Lamine e Brandenburg, 2013.

Nesta parte do capítulo, serão aprofundadas em algumas experiências de comercialização, as estratégias de venda e as várias tipologias de Circuitos alimentares de proximidade, dando as respectivas contextualizações.

2.2.1 Estratégias de venda direta

Os Circuitos alimentares de proximidade, de acordo com Mundler (2011) admitem, no máximo, um intermediário entre produtor e consumidor. Neste sentido, surgiram diversas

práticas e estratégias de comercialização (normalmente de produtos com certificação orgânica) onde o produtor tem acesso direto ao consumidor.

Na França, onde desde o início da década de 1990 existe uma crescente preocupação com o fortalecimento de práticas produtivas e com relações comerciais territorializadas, se consolidam iniciativas que visam a aproximação de produtores e consumidores e que são reconhecidas internacionalmente. Segundo Barnier (2009), estas práticas socialmente mais responsáveis, são muito difundidas na França. Cerca de 88.600 propriedades rurais realizaram algum tipo de venda direta em 2005, representando cerca de 16% do total de propriedades rurais. Nessas propriedades, 47% delas realizaram a transformação da produção, ou seja, agregaram valor ao produto *in natura*. Havendo destaque para a produção tradicional de queijos e compotas.

Neste contexto, o caso das AMAP's (Associations pour le Maintien d'une Agriculture Paysanne), merece destaque no contexto Francês pelo expressivo crescimento nos últimos anos, pois são sistemas de parceria entre agricultores e grupos organizados de consumidores que se engajam para comprar regularmente a produção, geralmente pagando adiantado ou investindo ainda na fase de pré-plantio. O princípio desta organização, para Maréchal (2008, p. 11) é:

“ [...] criar ligação direta entre um agricultor e um grupo de consumidores, via contratos formalizados entre as partes. Nesse pacto, os consumidores se comprometem a comprar a produção do agricultor por um preço justo, pagando adiantado e, geralmente, por um período mínimo de seis meses, sendo, no entanto, variável o prazo”.

Os clientes da AMAP, nesse contexto, participam de um movimento cidadão contra os riscos da agricultura industrial e fomentam a gestão responsável e compartilhada dos bens comuns, tal como sugere a ecologia humana.

Existem AMAPs que funcionam conforme a teoria da Cesta de Bens, apresentada por Pecqueur e Zimmerman (2004). Nessas AMAPs, vizinhos juntam sua produção para garantir a diversificação de produtos na cesta a ser entregue aos consumidores (nesse caso, geralmente produtos de origem vegetal e produtos de origem animal). Por outro lado, essa prática facilita o trabalho na propriedade rural e garante certa especialização na produção. Gasc (2011) afirma que até 2010 existiam, aproximadamente, 1.200 AMAPs na França, cuja distribuição é mostrada na Tabela 1, as quais agrupavam em torno de 50.000 famílias de consumidores. De acordo com Chesnais (2015) as AMAPs movimentaram cerca de 270.000 consumidores, movimentando mais de 50 milhões de Euros em seu volume de negócios. A parceria estabelecida entre um coletivo de consumidores e um agricultor ao formarem uma AMAP

sugere, da parte do produtor, a entrega, a cada semana, de produtos da estação. Os métodos de produção também são definidos nos contratos. A prática da agricultura orgânica não é obrigação, mas é aspiração e inspiração, assim como a carta de princípios da agricultura camponesa¹³, onde o produtor se compromete a respeitar a biodiversidade, ritmo da natureza, e os homens, a fim de produzir alimentos saudáveis (GASC, 2011). Em contrapartida, de acordo com Marechal (2008):

“[...] os consumidores aceitam suportar, com os produtores, os riscos potenciais sobre a colheita, por exemplo, efeitos do clima sobre a qualidade/quantidade da produção agrícola. Essa aliança se inscreve em uma dinâmica pioneira de contratos locais, solidários, fundados sobre uma carta ética”.

Outra modalidade de venda direta são as vendas na propriedade, onde os produtores recebem os consumidores não apenas das regiões circunvizinhas, quanto de regiões mais afastadas. A venda na propriedade é por exemplo uma marca registrada da região de Brome-Missisquoi, situada ao sul da região administrativa de Montérégie e próxima a região turística de Cantons-de-L'Est. Essa região possui 57.000 habitantes divididos em 21 municípios e possui um adensamento considerável de empresas agrícolas, tendo cerca de 80% do seu território ocupado pela agricultura intensiva, concentrando 749 empresas agrícolas (MAPAQ, 2014).

Não obstante a importância desses setores, Brome-Missisquoi é reconhecido, acima de tudo, como o berço de viticultura em Quebec, pois tem a maior concentração de vinhas dessa província (Bricault, 2007). Assim, foi criada, em 2003, a primeira rota de vinhos de Québec, sendo esta primeira década do século XXI, um marco importante para o crescimento populacional, a chegada de novos habitantes provenientes de principalmente da região metropolitana de Montreal, frequentemente, pessoas compram uma segunda casa para ficar durante a temporada de férias (proprietários de apartamentos), outros se instalam em mais especialmente durante a sua aposentadoria e outros ainda optaram por se dedicar às práticas agrícolas, compondo, assim, uma considerável população neo-rural. Sendo que em algumas localidades a variação populacional trazida pelo fluxo de turistas e pelos moradores sazonais chega a ser de 35% a 47%, nomeadamente em Sutton, St-Armand, Abercorn e Bromont (MRC de Brome-Missisquoi, 2010).

Tabela 4- Distribuição das AMAP's no território francês.

Região	Nº de AMAP's
--------	--------------

¹³ De acordo com Maréchal (2008), as AMAP's possuem uma carta de princípios que regem o modo de produção camponesa na França.

Rhône Alpes	214
Provence-Alpes-Côte d'Azur	178
Ile-de-France	270
Pays de la Loire	135
Aquitaine	132
Midi Pyrénées	99
Bourgogne	45
Lorraine	36
Basse-Normandie	44
Haute-Normandie	42
Alsace	30
Nord Pas-de-Calais	28
Centre	28
Auvergne	27
Bretagne	56
Poitou-Charentes	56
Picardie	46
Auvergne	27
Languedoc-Roussillon	21
Franche Comté	15
Limousin	10
Champagne Ardenne	6
Corse	3
Total	

Fonte: GASC (2011).

Segundo Mundler (2015), se este novo afluxo de pessoas é positivo, visto que tem reflexos claros na região, tanto a nível social, como econômico, o setor agrícola é um dos que mais recebe um impacto mais direto, Pois esses novos agricultores, que buscam um estilo de agricultura não-empresarial, procuram se adequar à dinâmica da natureza, de modo a conservar e ao mesmo explorar o potencial turístico das paisagens bucólicas da região.

O agroturismo, desta forma, está aliado com a práticas agrícolas sustentáveis, e com o consumo de alimentos locais. Assim, em 2009, com o objetivo de facilitar o processo de vendas, e de tornar mais acessíveis e conhecidos o caráter regional dos produtos, foi criada uma plataforma virtual que possibilita os consumidores fazerem pedidos online dos produtos

diretamente ao agricultor. Esse caráter turístico abre espaço também para outras modalidades de Circuitos Alimentares sazonais. Os produtores de gêneros alimentícios orgânicos dessa região se organizaram em cooperativas, que possuem como marcas principais, vínculos culturais/regionais (Figuras 4 e 5), sob os rótulos: O “Montréal”, o “Garde-Manger” e os “Créateurs de saveurs” (criadores de sabores). Segundo Mundler (2015), os eventos e festivais são frequentes, por exemplo, em 2014 realizou-se a primeira edição da Feira Orgânica dos camposneses de Frelighsburg, e a 20ª edição do evento “Canard em Fête” (Figura 6), evento que, segundo, atrai milhares de visitantes para a região.

No entanto, o método mais popular de venda direta em Circuitos curtos, para Mascarenhas (2008), são as feiras. Para Agapio (2013), feiras são eventos econômicos e sociais, já conhecidos na antiguidade Greco-romano, e assumem preponderante papel no desenvolvimento urbano e na revitalização comercial da Europa do século XI. As feiras no mundo antigo e medieval surgiram a partir dos agricultores que vendiam ou trocavam o excedente de sua produção em vias públicas. A partir do século XIII, ainda de acordo com Agapio (2013) estas assumem uma grande importância no desenho das rotas comerciais da Europa Ocidental, quando se intensifica a presença dos mercadores especializados, que são agentes intermediários entre o produtor e o consumidor.

A grande maioria das vendas em Circuitos Alimentares de proximidade (ou Circuitos Curtos) na França são feitas através das feiras ou dos mercados públicos tradicionais, de acordo com Agence Bio (2016), esse canal de comercialização responde por 36% das vendas em Circuitos Curtos, sendo 12% destes, compostos por produtos de origem orgânica (ver gráfico 3). A grande vantagem das feiras é justamente a relação pessoal entre os envolvidos. Para Verona (2009), a feira permite uma relação de confiança entre os consumidores e os produtores, bem como a criação de vínculos pessoais, humanizando desta forma esse mercado.

Figura 4 – Logotipos dos mercados regionais de Cantons-de-l’Est e de Montréal em Québec, Canadá.



Fonte: MUNDLER, 2017.

Figura 5 – Plantação de morangos de David Vinas, agricultor de Cantons-de-l'Est, em Québec, Canadá.



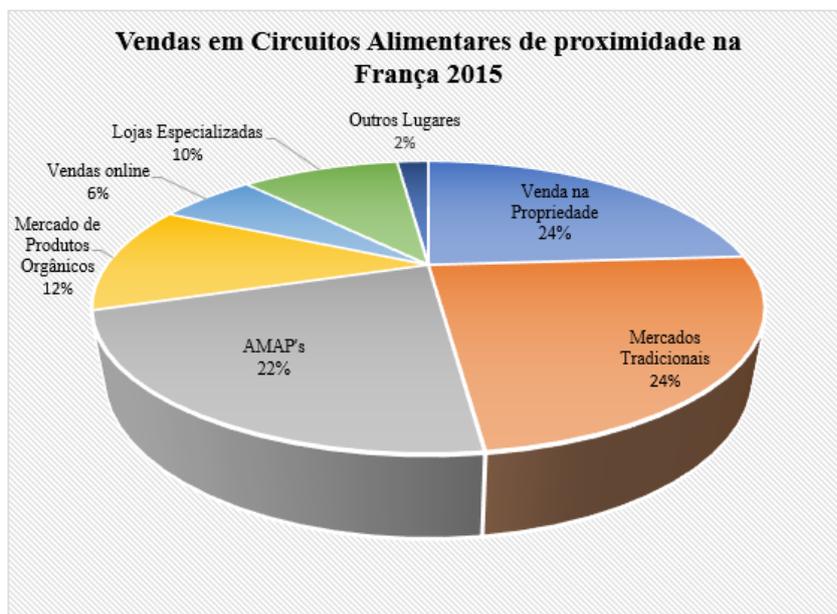
Fonte: MUNDLER, 2015.

Figura 6 – Quiosque no festival Canard en fête, Lac-Brome em Québec, Canadá



Fonte: MUNDLER, 2015.

Gráfico 3- Repartição dos dados sobre venda direta em 2015.



Fonte: AGENCE BIO, 2016.

Outra forma de venda direta são as lojas especializadas, que são organizadas e geridas pelos próprios produtores, são cada vez mais comuns, de acordo com Dantas e Pachelly (2008). Esses pontos de venda derivam dos pontos de venda coletiva, que são geridos por associações de agricultores (no caso se trata de uma venda indireta). No caso as lojas especializadas, para Chesnais (2015), são iniciativas individuais que tem como objetivo atender a um crescente nicho de mercado, que é o de produtos orgânicos.

No caso Brasileiro a forma mais popularizada de venda direta é a feira. De acordo com Dantas e Pachelly (2008), as feiras são constantes desde a época colonial, sendo estas as principais formas de fornecimento dos, até então, pequenos centros urbanos e dos engenhos, e no Brasil império até meados do século XX, as feiras foram determinantes na organização espacial de entrepostos comerciais, que mais tarde vieram a constituírem-se cidades.

No entanto, percebe-se ainda hoje que as feiras livres têm desempenhado um papel muito importante na consolidação econômica e social, especialmente da agricultura familiar e na ocupação dos Espaços Públicos, no caso da feira Agroecológica da Arpa-Sul/RS, Godoy e Anjos (2007, p.3) afirmam que:

Desde que se fundou a ARPASUL, a feira é uma vitrine, os produtores têm a relação direta com os consumidores, e se expõe tudo um modo de vida em si,, não somente os produtos, mas eles mesmos estão presentes. Então essa relação é bastante construtiva para o processo de construção da agroecologia.

Apesar de se manterem tradicionalmente nas grandes cidades, mesmo com o avanço da modernização comercial, as feiras passaram a desempenhar um papel central no processo de transição agrícola em algumas cidades. Reflexo disso é o considerável aumento do número de feiras orgânicas e agroecológicas no Brasil. Pesquisa realizada em 2012 pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) identificou 140 feiras ecológicas certificadas em 22 das 27 capitais brasileiras. O estudo aponta que onde a agricultura familiar está presente as vendas diretas são mais pronunciadas.

Um exemplo claro de como a feira é uma etapa fundamental para o processo de produção agroflorestal são as feiras do Circuito Alimentar da Rede Ecovida. A Rede Ecovida é formada por núcleos regionais, também chamados de “nós”, que buscam, em regiões geográficas determinadas, promover a troca de informações, credibilidade e produtos (Santos, L.C.R; Fonseca, M.F. 2004).

Segundo Rover (2011), Rede Ecovida de Agroecologia foi criada em 1998 a partir da necessidade de congregar esforços e dar maior consistência política ao movimento agroecológico do Sul do Brasil. São agricultores(as), técnicos(as), consumidores(as) e comerciantes unidos em associações, cooperativas, ONGs e grupos informais que têm por objetivo organizar, fortalecer e consolidar a agricultura familiar ecológica da região. Alguns princípios gerais orientaram o sistema e conferiram a ele um caráter diferencial com relação aos mecanismos convencionais de acesso aos mercados, para Magnati (2008, p.27):

“Em primeiro lugar, para integrar o circuito da Rede Ecovida, é necessário que os alimentos ofertados para a comercialização sejam produzidos ecologicamente e que estejam certificados com selo da Rede Ecovida de Agroecologia. Também devem ser necessariamente oriundos da agricultura familiar, sendo produzidos em sistemas diversificados que assegurem alto nível de segurança alimentar para as famílias produtoras.... Um segundo princípio norteador do sistema determina que as organizações que vendem devem se comprometer também a comprar produtos de outras organizações do circuito. Esse procedimento garante o intercâmbio de produtos entre os núcleos regionais, o que permite a ampliação da diversidade de mercadorias ofertadas nos diferentes mercados locais: feiras, famílias agricultoras sócias da Rede Ecovida, mercados institucionais, entre outros”

A rede é constituída por três grandes rotas articuladas por dez núcleos da Rede Ecovida (Figura 9), a primeira, a rota Erechim–Curitiba, que tem uma extensão de 1.130 km, e envolve 200 famílias agricultoras; a segunda, Lages–Curitiba–São Paulo: tem uma extensão de 2.100 km e envolve 280 famílias; e a terceira Barra do Turvo–Curitiba: tem uma extensão de 300 km e envolve 80 famílias. As demais sub-rotas envolvem aproximadamente 150 famílias. Uma

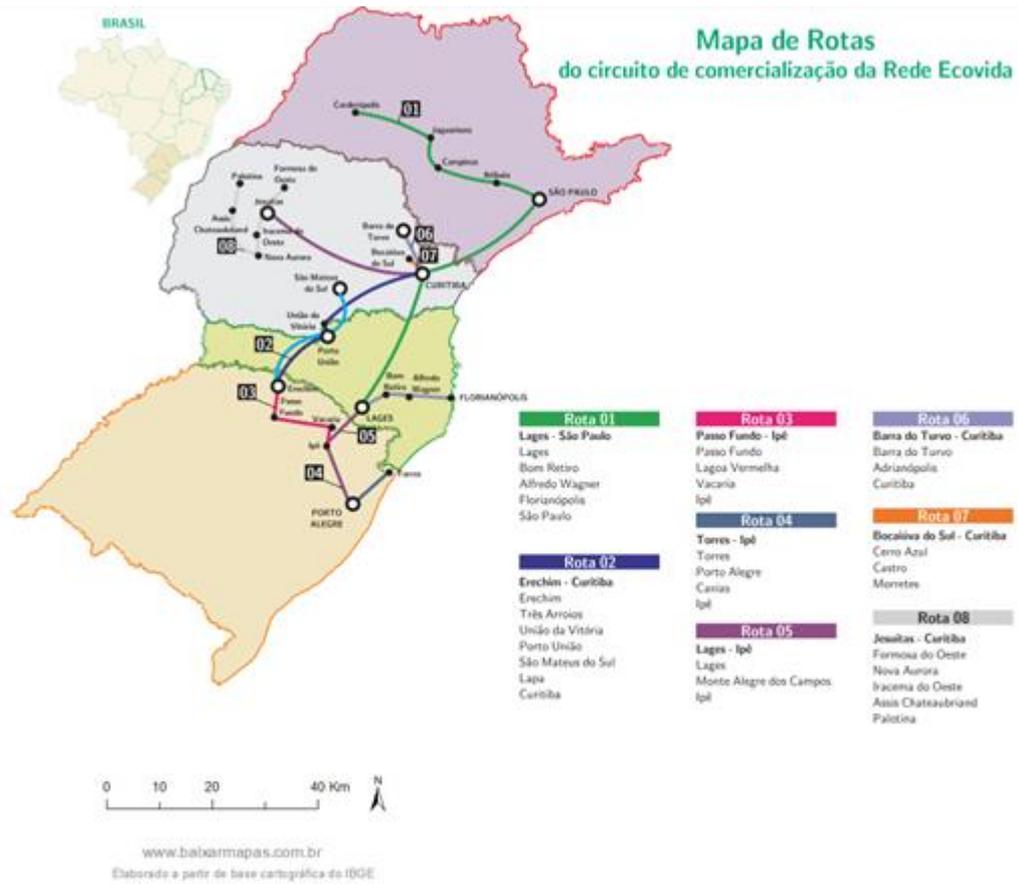
quarta rota está em fase de constituição e ligará o Planalto Serrano (Lages), o Alto Vale do Itajaí (Presidente Getúlio) e o Litoral de Santa Catarina (Florianópolis), com uma extensão de 450 km e cerca de 100 famílias participantes. Além dessa quarta rota em vias de abertura, outros núcleos da Rede Ecovida manifestaram interesse em se integrar ao circuito.

Mas uma de suas mais valiosas contribuições no desenvolvimento dos Circuitos Alimentares. A Rede Ecovida de Agroecologia é pioneira no desenvolvimento da certificação participativa, metodologia de verificação da conformidade que hoje é também conhecida como Sistema Participativo de Garantia. Na regulamentação da Lei 10831/03, a Rede Ecovida participou ativamente para que esta metodologia fosse prevista nesta regulamentação. Assim foi feito e hoje, graças a este reconhecimento, milhares de agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais podem se valer deste método para certificar seus produtos como orgânicos. De acordo com Isaguirre-Torres (2012, p. 77):

“... a legislação Brasileira consagrou três mecanismos que atestam a qualidade orgânica dos produtos oferecidos como tais ao consumidor. Um deles é a Certificação por auditoria. Realizado por uma empresa, é o método mais usualmente aceito no mundo da certificação, e não apenas no âmbito da agricultura orgânica. Os outros dois métodos previstos tem na organização e na participação das famílias agricultoras sua mola mestra. Os SPGs (Sistemas Participativos de Garantia) exigem um maior nível de organização ao menos no que diz respeito à geração de documentos que comprovem as distintas etapas da geração de credibilidade. As OCS (Organizações de Controle Social) tem um mecanismo de funcionamento que podemos chamar de mais simples, ou mais desburocratizado, ainda que as exigências necessárias para garantir a idoneidade do produto ofertado estão todas previstas”.

As feiras, para Rover (2011), constituem parte fundamental na constituição do Circuito, pois permite um contato direto com os consumidores e a regulação da produção de acordo com a demanda. O surgimento das feiras consistiu em uma das primeiras estratégias de comercialização utilizadas pelos integrantes da rede Ecovida (mapa 1), o que permitiu, posteriormente a criação de outras estratégias, como os mercados institucionais.

Mapa 1- Mapa das rotas do circuito de comercialização da Ecovida



Fonte: MARFIL, 2013.

2.2.2 Estratégias de venda indireta

Segundo Chiffolleau (2013), várias modalidades de venda indireta em circuitos de proximidade têm se desenvolvido na França, como é o caso dos Mercados especializados (lojas de produtos de origem camponesa, mas onde o agricultor não participa da comercialização), que, segundo Cristóvão e Tibério (2009), tem também aumentado em Portugal. Outro exemplo de comercialização indireta é o mercado institucionalizado, onde o próprio Estado quem faz a aquisição dos alimentos (adiante será tratado com maior rigor o caso dos mercados institucionalizados brasileiros), ou no caso dos restaurantes, cujos fornecedores são os próprios produtores.

Mas a modalidade que mais tem crescido nos últimos anos é a venda online, em todos os âmbitos. No Brasil, de acordo com Oliveira (2016) o comércio eletrônico deve dobrar sua participação no faturamento do varejo até 2021, crescendo em média 12,4% ao ano. Isso representa que as vendas vão dobrar em cinco anos, chegando a R\$ 85 bilhões. A participação deve sair de 5,4% em 2016 para 9,5% em 2021.

Neste mesmo sentido, com a proliferação das redes sociais tem surgido algumas iniciativas (que algumas vezes partem dos próprios produtores) de vendas online, como é o já citado caso de Brome-Missisquoi, no Canadá, que “em 2009 teve o surgimento do primeiro mercado solidário Regional, que é uma plataforma virtual que oferece aos consumidores a oportunidade de fazer pedidos online desses produtos” (MUNDLER 2007, p. 52.).

Na França, dado o grande volume de negócios em torno das AMAP, foi criado em 2011, de acordo com Chesnais (2015) um empreendimento inovador na França. Adaptando a estrutura das associações AMAP a um estilo empresarial, a plataforma online chamada “La Ruche qui dit oui” foi, ainda de acordo com Chesnais (2015), criada em 2011 seguindo princípios semelhantes aos das AMAP’s, põe em contato direto Consumidores e produtores em um raio de 250 km. Em 2015 existiam 627 “Colmeias” na França, envolvendo cerca de 4500 produtores em todo o país e 112.000 clientes, gerando um montante de 25 milhões de Euros/ano. A ideia geral das “ruches”, “colmeias”, traduzindo para o português, é justamente a aproximação e o contato entre as pessoas, bem como o comércio justo.

Porém, a grande divergência com as AMAP’s é justamente a estrutura empresarial e a existência de fins lucrativos, para Chesnais (2015) “La Ruche qui dit oui” funciona como uma rede social, onde o cliente se inscreve e pode fazer a sua encomenda com no máximo 72h de antecedência, ele pode entrar em contato com o produtor, e é comum a criação de vínculos e estreitamento dos laços entre eles, o que também fomenta o turismo rural”.

O mercado de produtos territorializados, comercializados em Circuitos Alimentares de proximidade, onde há uma transparência e a ausência da grande teia de intermediários, encontra-se para Maréchal (2008) em franca expansão. A perspectiva, de acordo com Chéron (2014), é que sejam criadas mais “Ruches”, sendo que 139 delas estão em fase de construção.

É possível identificar no mapa da figura 7, com dados de 2014, que existem em toda a França 627 “ruches” abertas e 139 em construção, que põem em contato direto, 101.599 clientes e 4.281 produtores. Tal movimentação, que chegou a realizar nesse período um total de 481.237 vendas, inspirou a criação de “colmeias” também em outros países: 98 na Itália, 73 na Bélgica, 63 no Reino Unido, 59 na Espanha e 46 na Alemanha, com dados de 2016 como podemos ver na figura 8, que é um infográfico da própria instituição.

Outro fator largamente explorado pelas ruches, tanto quanto a proximidade social (a tradução portuguesa da palavra “ruche” significa “colmeia”, que alude ao fato da vida em sociedade) é a identidade regional dos produtos, o que os franceses chamam os “produtos do Terroir”, ou seja, aqueles produtos que trazem não apenas um caráter nutricional de valor, mas possuem uma identidade, um modo de cultivo/preparo específico de determinado território.

No caso das lojas especializadas, estas normalmente são geridas por associações de agricultores e orientados por carta de princípios, na qual se impede a multiplicação de intermediários/revendedores. Pois existem agricultores que não têm acesso direto aos consumidores, mas enviam seus produtos. Nessa experiência, ainda de acordo com Redlingshofer, (2012), as municipalidades também participam na organização desses mercados, visto que compreendem a importância dos mesmos para dinamização do seu território.

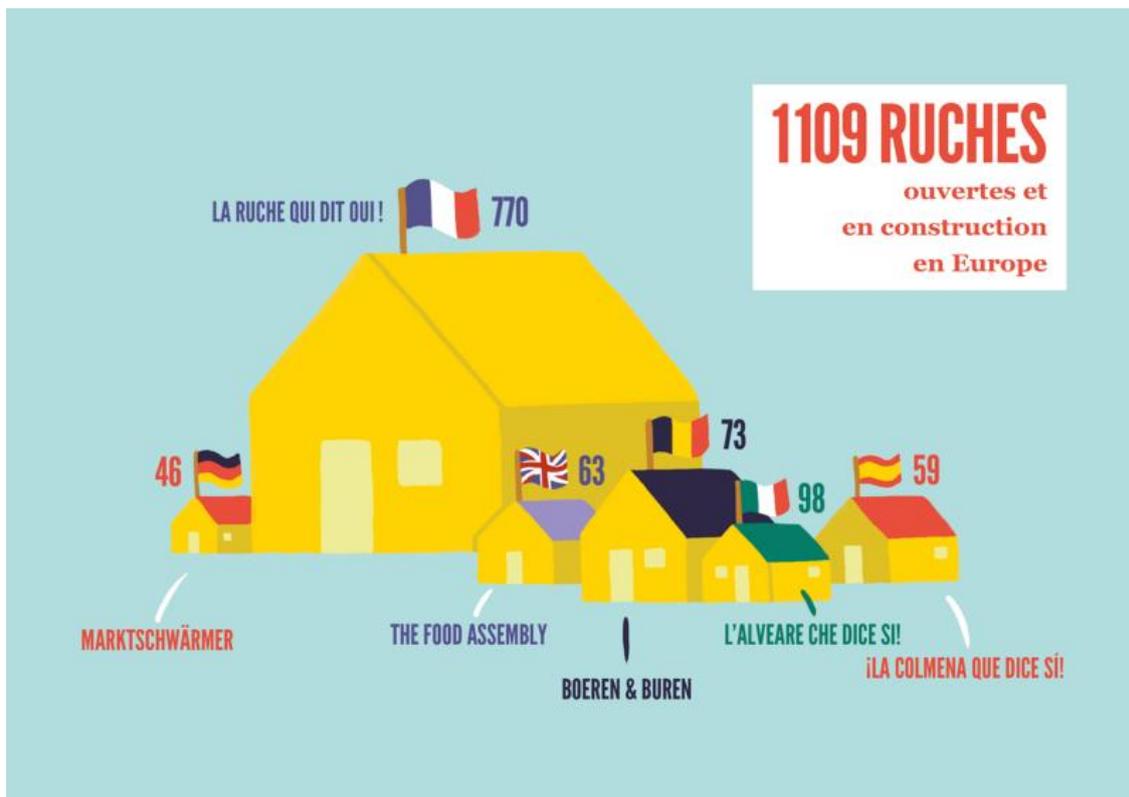
Outra modalidade de Circuitos alimentares de proximidade indiretos são os mercados institucionalizados, onde o próprio Estado, através de programas que acessam diretamente os agricultores como fornecedores, compram a produção da agricultura familiar para o abastecimento das repartições públicas.

Figura 7 - Mapeamento dos mercados “la ruche qui dit oui” em 2014.



Fonte: CHÉRON, 2014.

Figura 8 – Infográfico sobre o crescimento do número Colmeias (Ruches) na Europa



Fonte: CHÉRON, 2016.

Nesse caso, tem se popularizado na França e em Portugal, segundo Comissão Europeia (2010) os restaurantes que se caracterizam por oferecer em seu cardápio produtos orgânicos (bio) como é o caso do mercado institucional no abastecimento dos restaurantes coletivos (creches, escolas, Universidades, hospitais e etc.) O quadro 1 mostra a distribuição e a variedade de restaurantes coletivos no contexto Europeu (França e Portugal).

Em Portugal, onde nas últimas décadas há, para Cristóvão e Tibério (2009), um esforço pela revalorização das identidades locais, tem aumentado a caracterização regional dos produtos. Desta forma, tem proliferado restaurantes especializados (sem vinculação ao Estado) na cozinha regional. Isso teve um reflexo direto nas vendas feitas pelos produtores, que fornecem produtos locais e da estação para esses estabelecimentos.

Quadro 1 – Restaurantes coletivos no contexto europeu

Categoria	Tipo de restaurante coletivo	Responsabilidade
Restaurantes escolares públicos	Restaurante escolar municipal (Creche, maternal e primário)	Câmara municipal/prefeitura/Conselho Regional (de acordo com a competência).
	Colégio	
	Liceu	
	Universidade	Estado
Restaurantes escolares privados	Escola, Colégio e Liceu	(Organização individual das escolas)
Restaurantes médico-sociais	Hospital	Câmara municipal/prefeitura/Conselho Regional (de acordo com a competência).
	Asilo	
Restaurantes empresariais	Restaurante administrativo	Estado
	Restaurante da empresa	Organização individual da empresa
Outros	Forças armadas e prisão	Estado (ministério correspondente)

Fonte: Gasc, 2011.

2.2.3 Os Mercados Governamentais no contexto brasileiro

A especificidade da definição de mercado institucional no contexto das políticas públicas brasileiras refere-se ao papel do Estado na construção de mercados, particularmente na realização de compras governamentais de alimentos para serem utilizados em programas e ações públicas (MALUF, 1999; MACIEL, 2008; VOGT, 2009). No entanto, os mercados institucionais também não são uma exclusividade do período recente da história brasileira. A aquisição e a queima de café na década de 1930, as Aquisições do Governo Federal (AGF) desde a década de 1940 por meio da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), as aquisições para a alimentação escolar desde a década de 1960, e o Programa de Racionalização da Produção de Alimentos Básicos (PROCAB) em meados da década de 1970, são alguns exemplos de mercados institucionais de alimentos no Brasil. A particularidade do período recente deve-se à orientação dos mercados institucionais para a agricultura familiar e a sua relação com a construção da segurança alimentar e nutricional do país e com a temática da sustentabilidade. O PAA, o PNAE e a PGPM-Bio figuram como exemplos importantes nesse contexto. Esses programas, apesar de serem de caráter governamental, sendo um mercado em sua essência institucionalizado, são fruto de uma exaustiva luta dos movimentos sociais, como afirma Delgado (2005).

O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA – foi criado, de acordo com Schmitt (2005) a partir de uma articulação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA com o Governo Federal, sendo constituído como uma ação estruturante no contexto da proposta do Fome Zero. O PAA promove o acesso das populações em situação de insegurança alimentar a alimentos gerando inclusão social e econômica no campo, bem como o fortalecimento da agricultura familiar.

O PAA propicia a aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar, dispensada a licitação, desde que os preços sejam compatíveis com os praticados nos mercados regionais. Segundo Almeida e Cordeiro (2002, p.13):

Os alimentos são destinados a ações de alimentação empreendidas por entidades da rede socioassistencial e equipamentos públicos de alimentação e nutrição, como Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos.

Instituído pelo artigo 19 da Lei 10.696/2003, que dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, o PAA é desenvolvido com

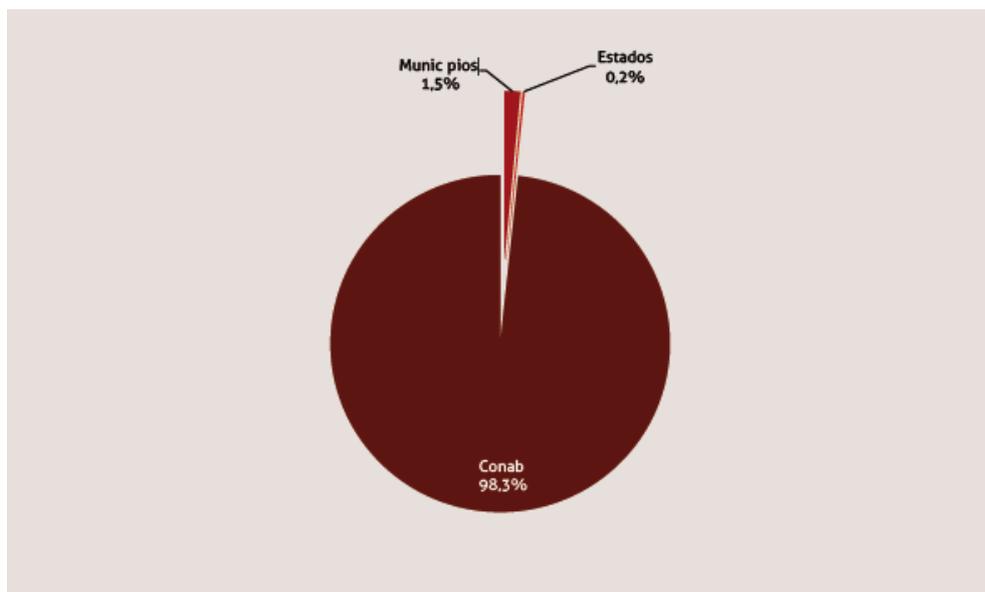
recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS e do Desenvolvimento Agrário - MDA. As diretrizes do PAA são, para Brasil (2010, p.3):

“...definidas por um Grupo Gestor, coordenado pelo MDS e composto por mais cinco Ministérios: Fazenda; Planejamento Orçamento e Gestão; Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representado pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB; Desenvolvimento Agrário e Educação, representado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE”.

A legislação do Programa se dá através de várias medidas legais, que sofreram alterações com o passar do tempo e foram determinadas como o decreto nº. 4.772, de 02/07/2003 através do qual fica criado grupo gestor para implementação do Programa de Aquisição de Alimentos previsto na lei nº. 10.696, DE 02/07/2003, bem como o limite financeiro de R\$ 2.500,00 por agricultor familiar. Por sua vez, de acordo com Grisa et al. (2011) o decreto nº. 5.873, de 15/08/2006 aumenta o valor máximo da aquisição pelo PAA para R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), por agricultor familiar, além de legalizar a resolução nº. 16, de 10/10/2005, do grupo gestor do PAA que institui as regras de funcionamento do Programa do Leite, uma das cinco modalidades do Programa. Depois destas mudanças, ainda segundo Grisa et al. (2011), houveram mais duas alterações de valor pago por ano para o agricultor, sendo a última modificada em 2014 o valor por unidade familiar/ano civil passou para R\$ 8.000,00 conforme COMUNICADO CONAB/MOC N.º 019, DE 01/09/2014.

Nos aspectos estruturais do PAA classificam-se como beneficiários fornecedores povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária e agricultores familiares, sendo sua execução praticada em âmbito nacional pela CONAB, que, de acordo com Brasil (2013, p. 102) foi a principal executora, sendo responsável por 98,3% dos recursos aplicados na compra de produtos orgânicos, em um montante de R\$ 13,2 milhões, os municípios participaram com apenas com 1,5%, e os estados com 0,2% das compras de orgânicos em 2012 (gráfico 4).

Gráfico 4- Percentual de participação dos executores do PAA nas compras de produtos Agroecológicos e Orgânicos em 2012



Fonte: Galindo; Sambuichi e Oliveira, 2014.

Para Brasil (2010):

O PAA é um programa que apresenta cinco modalidades: compra direta; formação de estoque da agricultura familiar; incentivo à produção e ao consumo de leite e, por fim a compra com doação simultânea, que propicia a compra de alimentos produzidos por agricultores familiares e os disponibiliza para doação a entidades da rede de promoção e proteção social.

Assim, o PAA possibilita (1) o estímulo a redes locais de produção e distribuição de alimentos oriundos da agricultura familiar para populações em insegurança alimentar; (2) a regulação de preços por meio da compra de produtos específicos destinados à formação de estoques públicos; (3) a aquisição de alimentos e formação de estoques pelas próprias organizações sociais (associações e cooperativas), visando sustentação de preços e agregação de valor; (4) a compra e doação de leite a famílias em situação de vulnerabilidade social por meio de um circuito público de distribuição; e (5) o abastecimento de hospitais, presídios, restaurantes universitários e outros estabelecimentos públicos com produtos da agricultura familiar.

O PAA passou também a estimular não apenas a agricultura familiar como a produção orgânica e agroecológica, de acordo com Galindo et al. (2014, p. 187):

A produção agroecológica e orgânica passou a ser incentivada pelo PAA a partir da Resolução nº 12 do Grupo Gestor, de 21 de maio de 2004, segundo a qual “no caso de produtos agroecológicos ou orgânicos, admite-se preços de referência com um acréscimo de até 30% sobre os demais, devendo as aquisições desses produtos ser informadas em separado das convencionais, para análise e avaliação deste Grupo Gestor” (art. 2º do parágrafo único da Resolução do Grupo Gestor do PAA nº 12). Essa permissão de acréscimo de preço para os produtos agroecológicos e orgânicos foi mantida em resoluções posteriores e incluída na nova lei que regulamentou o PAA (parágrafo único do art. 17 da lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011). Mais recentemente, o incentivo a esse tipo de produção passou a constar formalmente como um dos objetivos do PAA. Segundo o art. 2º do Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, está entre as finalidades do PAA: “promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, e incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional.”

Outro programa institucional que também se caracteriza como um Circuito Alimentar de proximidade, é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que apresenta uma longa trajetória nas políticas públicas brasileiras, tendo suas raízes inscritas na Campanha de Merenda Escolar iniciada em 1955 e sua institucionalização ainda em 1979. Mas, recentes mudanças foram realizadas em 2009, por meio da lei nº 11.947/2009, onde a agricultura Familiar passa também a fornecer gêneros alimentícios a serem servidos nas escolas da rede Pública de ensino do total dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa nacional de alimentação escolar (PNAE), no mínimo 30% deve ser comprado em gêneros alimentícios da agricultura familiar, sem intermediários e dispensando o processo licitatório. A lei nº 11.947/2009 – dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa dinheiro direto na escola aos alunos da educação básica:

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas;

Parágrafo 1º. A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria. (BRASIL, 2009, p. 1)

Resolução nº38 do FNDE/2009 – que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa nacional de alimentação escolar – PNAE:

Cap. VI – da aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural.

Art. 20. Os produtos da agricultura familiar e dos empreendedores familiares rurais a serem fornecidos para alimentação escolar serão gêneros alimentícios, priorizando, sempre que possível, os alimentos orgânicos e/ou agroecológicos. (BRASIL, 2009, P.1)

O mínimo é 30%, mas, de acordo com Brasil (2011, p. 4) “*pode ser comprado da agricultura familiar até 100% do recurso repassado para a alimentação escolar pelo FNDE. Esses 30%, em 2010, correspondem a cerca de 1 bilhão de reais*”. Para isso o PNAE conta, ainda segundo Brasil (2011), com a mesma rede de fornecedores da agricultura familiar que acessam o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), uma ação estratégica do Fome Zero, que permite a compra de alimentos com dispensa de licitação, a distribuição entre a rede socioassistencial e a formação de estoques públicos e da agricultura familiar.

Por sua vez, a PGPM-Bio foi criada em 2008, garantindo um atendimento específico para os extrativistas no interior da PGPM, instituída em 1945. Por meio da Lei nº 11.775 estabeleceu-se a modalidade de subvenção Direta, que assegura ao extrativista o recebimento de um bônus caso efetue a venda de seu produto por preço inferior àquele fixado pelo Governo Federal. Diferentemente do PAA e do PNAE, não se trata aqui de aquisições pelo poder público e sim de uma complementação financeira repassada diretamente aos extrativistas ou suas organizações até atingir o preço mínimo de comercialização estabelecido pelo Governo Federal.

Segundo Saraiva et al. (2013), a PGPM-Bio diferencia-se em vários aspectos da PGPM “tradicional”. Em primeiro lugar, por direcionar o apoio governamental a um universo específico de produtores: os Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares. O Título 35 da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) que orienta a Subvenção Direta aos extrativistas define como beneficiários da política os extrativistas ou grupos de extrativistas portadores da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) ou listados na Relação de Extrativistas Beneficiários instituída pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Ou seja, a Subvenção Direta é direcionada a extrativistas enquadrados como “agricultores familiares”. Um segundo elemento a ser destacado é o fato de que a Política e o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (no âmbito do qual a PGPM-Bio se encontra inserida) 15 trabalham com o conceito de produto da sociobiodiversidade¹⁶. Essa definição, embora não apareça nos diplomas legais que regulamentam a política, figurou como um elemento importante no debate sobre a focalização da PGPM “tradicional”, visando atender

às especificidades desses produtos e de seus produtores. Merece atenção, por fim, o arranjo institucional de coordenação e implementação da política que inclui, além dos órgãos tradicionalmente envolvidos na implementação da PGPM “tradicional”, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o MDA.

Como a distribuição desses alimentos se dá, normalmente, em escala local, é possível qualificar esse mercado institucionalizado (sobretudo nos casos do PAA e do PNAE) como um Circuito Alimentar de Proximidade. Afinal, existe a transparência e a rastreabilidade em todas as etapas desse processo. E essa democratização da aquisição de alimentos é uma grande oportunidade para os agricultores familiares, que utilizam, via de regra como um canal alternativo de comercialização. Como é o caso da Rede ECOVIDA, que de acordo com Rover (2011), tem como uma das principais formas de comercialização o mercado institucionalizado.

2.3 UM OLHAR SOBRE AS FEIRAS E SUA CENTRALIDADE NOS CIRCUITOS ALIMENTARES DE PROXIMIDADE

Diante centralidade das feiras no escoamento dos produtos agroecológicos, e de ser esta a principal estratégia de comercialização da produção agroecológica em Pernambuco, cumpre-nos discutir a feira como espaço de construção e compartilhamento de saberes, dizeres e fazeres, como forma de problematizar os espaços não-formais, revelando conceitos antes não pensados.

2.3.1 Breve Histórico Sobre As Feiras

As feiras são eventos econômicos e sociais, já conhecidos na antiguidade, e que, de acordo com Harvey (1981, p.207) consistia em um “mercado de troca existente desde os tempos remotos e as primeiras cidades foram, entre outras coisas, os locais onde essa atividade estava provavelmente concentrada”. Para Agapio (2013), é na Idade média que elas assumem um preponderante papel no desenvolvimento urbano e na revitalização comercial da Europa, sendo decisiva no desenho das rotas comerciais Ocidentais, sendo que a partir deste período, se intensifica a presença dos mercadores especializados, que são agentes intermediários entre o produtor e o consumidor.

Para Dantas e Pachelly (2008, p. 88), no caso da sociedade europeia:

“havia uma produção destinada quase que exclusivamente para o consumo. Só quando se fabricava ou se plantava acima das necessidades do grupo havia uma forte procura por produtos, caso contrário não havia produção de excedentes. Assim, as poucas relações de troca que se estabeleciam nestes locais se davam justamente na comercialização da produção, que, na sua totalidade realizava-se nos mercados semanais, as feiras.”

Por não haverem meios de transporte desenvolvidos e uma procura muito acentuada e constante por mercadorias, as cidades neste período não possuíam comércio permanente. Assim, a realização de feiras periódicas, realizadas uma ou duas vezes por semana era um instrumento de vida local e se constituiu numa forma de estabelecer um comércio de caráter fixo (HUBERMAM, 1979).

Sobre os mercados e feiras fora da Europa, Braudel (1998) destaca que também encontramos registros da existência deles principalmente no Oriente e no Extremo Oriente. Nos seus relatos, Braudel vai mostrar que, nessas regiões, o regime climático possuía grande influência para a realização dos encontros entre os mercadores. Em terras do norte da África, Braudel cita as feiras realizadas no Marrocos e na região do Magreb, onde elas se instalavam próximo aos locais santos e de peregrinações. No entanto, para o autor, as feiras mais ativas realizadas em terras islâmicas se localizam no Egito, Arábia e Síria. Já quando se analisam os mercados africanos, podemos perceber que a grande heterogeneidade social existente entre as comunidades tribais nos permite classificar estas instituições a partir de três tipos de sistemas econômicos: as sociedades sem mercado, as sociedades com mercados periféricos e as sociedades com princípio de mercado (MOTT, 1975).

Destarte, Huberman (1979) pondera uma distinção fundamental entre mercado e feira, pois no primeiro, em menores proporções eram negociados os produtos locais, de origem agrícola. Na segunda, de maiores proporções eram negociadas mercadorias vindas de diversos pontos do mundo. A feira livre era o centro distribuidor, onde os grandes mercadores compravam e vendiam as mercadorias oriundas do Oriente e Ocidente.

As feiras livres constituem o princípio fundamental dos mercados. Numa abordagem socioeconômica elas representam um ponto de encontro entre vendedores e compradores – feirantes e fregueses – para realizarem todo o tipo de troca de produtos (BRAUDEL, 1998). Nos tempos modernos, as feiras têm diversificado o oferecimento de produtos. Especialmente, as que conhecemos hoje, dispõem de hortifrutigranjeiros, artesanato, quitandas, desde produtos sofisticados até mínimas coisas para as camadas mais populares.

Forman (1979) classifica as feiras em quatro tipos: 1) feiras de consumo: mercados periódicos para a população rural de baixa renda, possuindo vendedores – que compram e

vendem para si, que compram produtos de outrem e vendem os seus e que compram e vendem em todo lugar; 2) feiras de distribuição: são as grandes feiras nas quais os intermediários compram suas mercadorias e, depois, as comercializam em outras feiras; 3) feiras urbanas de consumo ou de abastecimento: tipo de feiras que consorciavam um mercado diário e um semanal, ou dia de feira; 4) feiras de usina: são realizadas dentro da propriedade da usina e atendem às regiões vizinhas.

A feira enquanto espaço físico apresenta-se como um local amplo, aberto, que possibilita sua ocupação por diversos tipos de atividades que se caracterizam pela aglomeração de pessoas com intensa conformação e desconfiguração de micro-eventos. São vendedores de diversas mercadorias distintas, de regiões geográficas muitas vezes distantes.

Uma característica peculiar das feiras é a utilização de um espaço, que é alterado com a sua realização e que, após, volta ao arranjo original, havendo, portanto, a necessidade de produzir, semanalmente, um espaço onde as trocas possam ser realizadas. Através da observação sistemática da dinâmica dessas feiras identifica-se uma forte carga de subjetividade que atua como elemento de coesão e que, contribui, fortemente, para a formação de uma identidade comum entre aqueles que as frequentam: feirantes e fregueses.

No Brasil colônia, as trocas de produtos eram efetivadas para atender às necessidades básicas da população e davam-se entre as comunidades circunvizinhas. A partir da demanda de comércio/exportação, apresentada pelos portugueses, as atividades de trocas concentraram-se nos produtos tropicais e metais preciosos, a fim de suprir o mercado internacional.

O processo de territorialização das feiras – modalidades populares de comércio – baseou-se em aspectos do modelo colonial: traçado aparentemente irregular, passagens estreitas, poucos espaços amplos, resultando numa trama congestionada e ruidosa de comércio, num território marcado pela luta cotidiana pela sobrevivência. As feiras semanais de caráter intra-urbano (de âmbito praticamente restrito ao bairro) são denominadas em todo o Brasil de feiras livres (MASCARENHAS, 1997).

Margairaz (1988) e Pradelle (1996) (*apud* BARBOSA, 2000) questionam o conceito de feira por uma visão puramente econômica, chamando a atenção para a tendência da visão economicista em fazer dessa uma simples manifestação pontual ou um epifenômeno de um “mercado” abstrato e único. Segundo as autoras, não existe um mercado, mas sim, uma variedade de mercados, de saberes e dizeres, dos quais, a feira se constitui em um deles. Evidenciam-se, nesses espaços sócio-educativo-culturais, distintas demandas, que os constituem não só como lugares de oferta e procura de produtos, como também de

sociabilidade, educação, cultura e territorialidade, a partir de trocas de bens e serviços, dizeres e saberes.

Nesse mundo, as feiras inscrevem-se como espaços de mobilidades onde, por meio das diversificadas dinâmicas, ergue-se uma rede educativa, de sociabilidades e culturas, vivenciadas pelos sujeitos sociais no âmbito dos territórios construídos. Esses sujeitos evocam uma multiplicidade de educações, territorialidades e sociabilidades ao apropriarem-se material e simbolicamente dos espaços, o que, conforme Bourdieu (2005) pode ser explicado através do poder simbólico, como poder de fazer ver e fazer crer.

2.3.2 As feiras como elemento cultural do Nordeste

Mesmo antes de o Brasil ser descoberto os portugueses estavam acostumados com o comércio nas feiras e mercados. Mott (1975) relata que a feira mais antiga situada em Portugal tem sua origem no ano de 1125 e que até o século XV existiam cerca de 95 delas em todo o Reino. E, segundo Mascarenhas (2008), as feiras são constantes no Brasil desde a época colonial, sendo estas as principais formas de fornecimento dos, até então, pequenos centros urbanos e dos engenhos.

Nestes últimos, ainda segundo Mascarenhas (2008), se deu de forma desigual, nas primeiras porções ocupadas pela cana-de-açúcar as atividades de subsistência ficavam relegadas às áreas externas ao território plantado, bem como a criação de animais em geral, e nas áreas em que o desenvolvimento de engenhos foi mais tardio e em que havia um “estoque de terra” disponível a pequena produção foi estimulada, apesar das condições favoráveis à expansão canavieira e da expansão efetiva dos canaviais no período. A feira funcionava então como o comércio de víveres e normalmente de gêneros alimentícios cultivados em “terras ociosas”, onde a cana-de-açúcar ainda não havia sido plantada. De acordo com Souza (1975), ao mesmo tempo que aumenta a área cultivada com mandioca, base da farinha, principal alimento das populações pobres, multiplicam-se as queixas de que “hoje o povo tem de comprar farinha no mercado”.

Conforme afirma Andrade (2005, p. 151) “a criação de gado foi desde os primeiros tempos uma atividade econômica subsidiária da cana-de-açúcar”. No entanto, em que pese a importância que a cana possuiu como atividade destinada ao abastecimento do mercado externo, autores como Souza (1975) destacam que a criação de animais se constituiu no principal fator de civilização, de expansão geográfica, de posse efetiva das terras. E, no caso do

Nordeste brasileiro, de acordo com Dantas e Pachelly (2008, p.94) foi ela quem deu início a ocupação, fazendo surgir muitas das cidades existentes atualmente. Assim:

“onde as primeiras estradas coincidiram com os “caminhos do gado”, inúmeras aglomerações se estabeleceram ao longo dos cursos fluviais, nos lugares em que estes ofereciam passagem às tropas e à beira do caminho nos locais onde as boiadas paravam para descansar.”

Neste sentido, é possível afirmar que as feiras foram elementos fundamentais na constituição de algumas cidades e povoações no nordeste brasileiro. Como afirma Pachelly (2008), são famosas as feiras de gado em Feira de Santana, Caruaru e Campina Grande foram centrais na própria fundação das antigas povoações, como também ainda são bastante atuais, sobretudo nas cidades do interior, como é possível ver na Figura 9.

“Feiras públicas são, na raiz, uma atividade econômica (...)”. (SPITZER e BAUM, 1995, p. vi). Como importante fomentador da atividade econômica urbana, as feiras trazem dinamicidade e agregam valor ao espaço urbano, dão suporte ao desenvolvimento da economia local, geram sucesso econômico a quem dela tira o sustento e, finalmente, são lugares onde se pode pechinchar e conseguir produtos com melhores preços.

Em uma visão mais condensada, Dantas (2008) também destaca o papel econômico que as feiras possuem.

Essa dimensão remete à visão da feira como o lugar das trocas comerciais, da compra e da venda dos mais variados produtos hortifrutigranjeiros, pecuários e manufaturados. É onde se praticam as mais variadas estratégias de comercialização através de preços reduzidos, que são resultantes do seu caráter de informalidade, da vulnerabilidade das mercadorias e da concorrência entre os feirantes para conquistar a fidelidade dos clientes. (DANTAS, 2008, p. 18)

Outros estudos já consideram os espaços de comércio pela sua capacidade de geração de movimento e indução de melhorias sociais e econômicas para seus usuários. Eles mostram que as feiras ainda são sucesso de vendas e de geração de emprego e renda na grande maioria dos locais que se estabeleceram e consolidaram através deste tipo de comércio informal. Isto é confirmado ao se observar que milhares de pessoas percorrem espaços de feiras em busca de produtos com preço baixo para revender em outras localidades.

Em alguns dos exemplares nordestinos tal característica se faz presente. As feiras são atualmente, de acordo com Miranda (2009), centros distribuidores comerciais regionais e atraem milhares de compradores por ano, gerando outros milhares de empregos. Dentre eles,

os empregos dos feirantes, que criam círculos de mercado bastante movimentado, indo de uma feira a outra e viabilizando sua atividade.

Qualquer cidade no Nordeste que tenha uma feira, a considera como uma fonte de vitalidade para outras atividades no espaço urbano. Elas atraem uma gama enorme de consumidores, como é possível ver na figura 10, portadores de diversas expressões culturais, e refletem as necessidades da vida corriqueira deste povo batalhador, que procura realizar nas feiras tanto a venda de seus produtos, uma saída para as dificuldades que enfrentam no dia-a-dia, como o consumo de outros.

Figura 9 – Feira livre de gado no município de João Alfredo - PE



Fonte: Dimas Santos, 2016.

Figura 10 – Feira livre da quarta-feira em Bom Jardim - PE



Fonte: Edgar Santos, 2017.

Encontraram-se, então, alguns autores, especialmente geógrafos, que se detêm a explicar a relevância das feiras para a vida urbana das cidades nordestinas, ao mesmo tempo em que apontam para pontos positivos e negativos nessa relação feira-cidade. Dentre eles, Corrêa (1997) que apresenta algumas características desse comércio informal, tomando como base observações feitas em Alagoas, mas que são passíveis de generalização para qualquer outra cidade da região. No estudo, Corrêa considera a enorme força das feiras na dinâmica das urbes, pois “quanto mais importante a cidade, [...] maior será a importância absoluta de sua feira, importância essa, determinada de acordo com o número de participantes e a área de atuação” (CORRÊA op. cit., 1997, p. 69).

Exemplo disso é que, em grandes cidades nordestinas, são realizadas no mínimo duas feiras semanais, uma de caráter regional, e outras de caráter mais local, como as de bairro. Logo, conclui-se que Corrêa (1997) trabalha a ideia de centralidade versus feiras livres, ao afirmar que “quanto menor a cidade em termos de centralidade, maior será a importância relativa da feira semanal para a vida urbana”. Deste modo, para muitas pequenas cidades nordestinas, o dia em que a feira ocorre é “o dia em que o pequeno núcleo passa a exercer alguma centralidade”. (CORRÊA op. cit., 1997, p. 69). Isso evidencia de forma explícita a utilização do espaço público como uma forma de resistência popular.

Leite (1975, p. 176) mostrou a força das feiras na vida sertaneja nordestina e destacou: “[...] elas diferem flagrantemente das que ocorrem nas capitais, não obstante apresentarem a mesma impressão de aglomera dos ruidosos, o vozerio de criaturas em locomoção desordenada, um dinamismo cheio de contrastes”.

Pazera Jr. (2003) também ressalta a significância das feiras para a vida das cidades da região Nordeste.

No Nordeste, [...] ela deixa de ser um fato rotineiro para assumir um papel de destaque, sendo, às vezes, difícil distinguir até que ponto a feira depende da cidade ou a cidade depende da feira. Desta forma a feira além de sua importância urbana e regional, desenvolve o processo de comercialização e trocas inter-regionais. (PAZERA Jr. 2003, p. 27).

Já do ponto de vista econômico, as feiras se caracterizam por serem uma forma de realização da produção agrícola regional, um “ponto de encontro entre o meio rural e urbano e coexistem lado a lado dos pequenos e médios estabelecimentos comerciais” (ANDRADE, 1997, p. 127), permitindo uma importante interligação entre os diversos ramos do comércio, sendo que o compartilhamento do mesmo espaço promove um diálogo com outras formas comerciais mais modernas, como lojas e mesmo supermercados.

Tendo isto em mente e compreendendo um pouco a relevância desta forma de comércio informal para a vida das cidades nordestinas, fica mais fácil entender o porquê de tentar demonstrar a riqueza das expressões físico-espaciais, sociais e culturais que revestem o funcionamento das feiras.

Segundo Dantas e Pachelly (2008, p. 96):

“Hoje, a feira nordestina tem como função básica ser um espaço concentrador de parte da produção agrícola regional. Elas se constituem como verdadeiras praças de mercado cotidianas, para onde demandam inúmeros vendedores, quer sejam os próprios agricultores, ou ainda os próprios comerciantes da localidade que deslocam suas mercadorias das lojas para a feira.”

As feiras ainda constituem uma relevante interação entre o rural e o urbano, sobretudo nas pequenas cidades nordestinas, onde é na feira que os habitantes do campo vão às cidades comprar mantimentos. Mas é também o dia maior pico de vendas do comércio da cidade, sendo que muitas lojas chegam a expor suas mercadorias nas “bancas” de feira.

Apesar da importância das feiras, que para Pazera Jr. (2007), é um traço fundamental na composição social/cultural do nordeste, há uma significativa perda de espaço destas nos grandes centros. E diante deste cenário, mesmo sob as pressões exercidas pelas impérios alimentares, as feiras-livres, as associações de produtores, o pequeno varejo, a produção para autoconsumo, as trocas não mercantis de alimentos, subsistiram e, em algumas regiões, passaram a impulsionar novos modelos de desenvolvimento rural endógeno (PLOEG, 2008).

2.3.3 As feiras como canal de escoamento de alimentos agroecológicos

As feiras são, para Altieri (2009) fundamentais para a agricultura familiar, pois surgem como canais alternativos de comercialização, sobretudo no mercado de produtos orgânicos e Agroecológicos. De acordo com Darolt (2012) o mercado de produtos orgânicos tem aumentado exponencialmente, esse aumento se reflete na multiplicação do número de feiras orgânicas. Existem na França cerca de 130 feiras de venda direta, e no Brasil em 2010 existiam 142, de acordo com pesquisa do Idec (2012).

Essa tendência de multiplicação das feiras tende a continuar no Brasil. De acordo Kluth et al (2010), em pesquisa feita em Janeiro de 2010, onde a pergunta chave era: “Você comeria mais alimentos orgânicos se...?” A maioria dos internautas que respondeu à enquete (74%) escolheu a opção “se ele fosse mais barato”. Em segundo lugar, com 20% dos votos, veio a opção “se houvesse mais feiras especializadas perto da minha casa”. Apesar de apontarem problemas diferentes, as duas respostas são mais análogas do que se imagina. Os alimentos

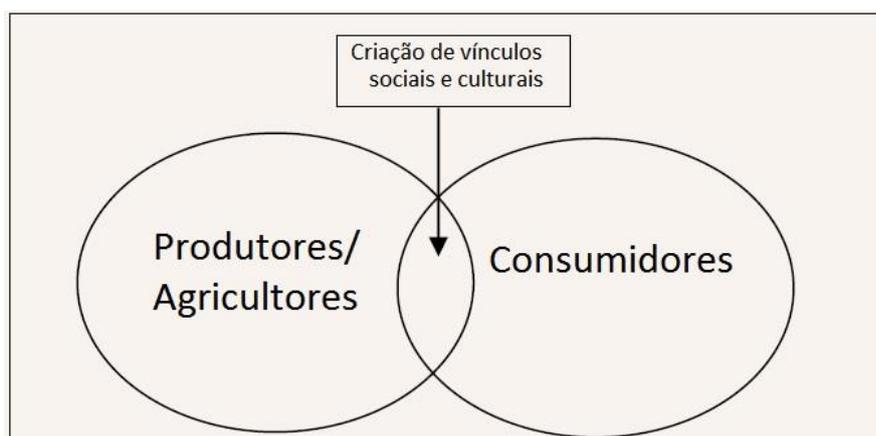
orgânicos, em geral, são mesmo, ainda de acordo com Ipec (2010) mais caros que os convencionais porque já incorporam o custo da produção sustentável. Mas o valor é especialmente mais alto nos supermercados, como verificou a pesquisa do Idec realizada em 2010 e publicada na edição no 142 da Revista do Idec. Nas feiras especializadas encontram-se os melhores preços, e como identificou o levantamento de 2010, a diferença de valor de um mesmo produto em relação ao supermercado chegava a incríveis 463%.

Tais características encontram-se, segundo Perez-Cassarino (2004), no cerne na proposta da agroecologia que, por sua vez, fornece as ferramentas metodológicas, técnicas e organizacionais que possibilitam a execução concreta de iniciativas de articulação entre produção e consumo em bases sustentáveis e socialmente justas. Ou seja, a agroecologia torna diária a perspectiva da construção de sistemas agroalimentares autônomos que gerem as condições para o enfrentamento dos padrões hegemônicos do sistema agroalimentar global. Schmitt (2009, p. 6) adverte que:

[...] a transição para novos formatos de produção, processamento e consumo de alimentos, socialmente justos e ambientalmente sustentáveis, coloca em questão, portanto, as estruturas de poder que hoje governam o sistema agroalimentar, apontando para a necessidade de um novo equilíbrio entre agentes econômicos privados, Estados Nacionais, organismos multilaterais e territórios.

A possibilidade de aumento do contato entre produtores e consumidores nas feiras além de dinamizar economicamente a produção camponesa, conferir rastreabilidade e um caráter indenitário aos produtos, também permite uma maior interação cultural e social entre os agentes, como mostrado na figura 11. Neste sentido as Feiras tornam-se portas para uma reconexão social e cultural entre o rural e o urbano.

Figura 11 – As feiras como conexão entre produtores e consumidores



Fonte: BETTI et al. 2013.

3 CONTEXTUALIZANDO O CIRCUITO ALIMENTAR DA FEIRA DO ESPAÇO AGROECOLÓGICO DO BAIRRO DAS GRAÇAS (RECIFE): HISTÓRICO E ORIGENS

“O Espaço Agroecológico é um pedacinho de mim, da minha história e da minha vida. É muito mais do que apenas dinheiro, do comprar e vender. Compramos e vendemos vida, nós trocamos um pouco da gente mesmo nesse lugar.”



Lenir Ferreira, agricultora fundadora e atual membro do Espaço Agroecológico.

O Espaço Agroecológico é uma rede interligada de agricultores organizados em diversas instituições no Estado de Pernambuco, que possui como principal característica a circulação e a comercialização de produtos cultivados a partir do que Gliessman (2000) chama de “princípios Agroecológicos”.

Atualmente existem 04 feiras do Espaço Agroecológico na cidade do Recife, São elas: (1) A feira do bairro de Boa Viagem, (2) a Feira do bairro de Setúbal, (3) a Feira do bairro de Sto. Amaro e (4) a Feira do bairro das Graças. No caso desta última, objeto da presente pesquisa, se inicia nas madrugadas de sábado na Rua Souza de Andrade, no Bairro das Graças, Recife – PE. Uma das particularidades da feira é justamente a proximidade social entre os agricultores e consumidores, afinal, são os próprios agricultores que participam das vendas. Também há a proximidade espacial entre eles, pois a propriedade mais longínqua localiza-se a 117 km de distância em relação à feira. Neste sentido, a feira do bairro das graças se enquadra na definição de “Circuito alimentar de proximidade” dada por Mundler (2013). A proximidade geográfica confere, ainda segundo Mundler (2013), uma transparência em todo o Circuito, reforçando a confiança e a credibilidade dada pela proximidade social com os consumidores, conferindo não apenas rastreabilidade, mas a identidade dos alimentos.

Para analisar de forma profunda o Circuito Alimentar de proximidade do bairro das Graças, que completou duas décadas no decurso da presente pesquisa, fez-se necessário mergulhar em suas raízes, sendo necessário fazer uma contextualização histórica, de como foi a evolução deste Circuito. No avançar da pesquisa se constatou que a comercialização em feiras é apenas uma das várias etapas de um processo muito mais amplo, que funciona em ciclos, tendo início no processo de produção, se desenvolve nos métodos de organização, passa pelo desenvolvimento de diversas estratégias de comércio dos produtos (que inclui a feira), que por sua vez possibilita e fomenta a produção. O intuito deste capítulo é realizar um detalhado relato sobre a evolução histórica da feira, seus marcos históricos e elementos que a antecederam, como as primeiras experiências em Agroecologia em Pernambuco, que são fundamentais para a compreensão de sua atual organização.

Para compor esta etapa da pesquisa, foram realizadas vinte e três entrevistas dentre os quais, nove agricultores fundadores, sendo apenas três destes ainda permanecem na atual composição da feira; dois antigos técnicos de campo do Centro de desenvolvimento Agroecológico Sabiá, que prestavam assessoria técnica na época da fundação do Espaço Agroecológico; cinco agricultores que não participaram diretamente do início do processo de comercialização, mas ajudaram a implementar os primeiros SAF’s em Bom Jardim; Aos relatos orais se somam alguns documentos, tais como edições da revista “dois dedos de Prosa”, jornal

desenvolvido pelo Centro de Desenvolvimento Sabiá, e o acervo de fotografias desta instituição e fotografias de acervo privado.

A primeira parte do capítulo tratará do início experiências pioneiras com a agroecologia em Pernambuco, mais especificamente nos casos do município de Bom Jardim, no Agreste setentrional. A segunda parte do capítulo irá se ater ao município de Abreu e Lima, na Região Metropolitana do Recife. O início das atividades voltadas para as práticas agroecológicas aconteceu no ano de 1992 nesses dois municípios, com a aproximação de alguns agricultores com os técnicos do Centro de desenvolvimento agroecológico Sabiá.

Serão expostos os processos e métodos que foram implementados nos primeiros SAF's nestes municípios. Primeiramente no município de Bom jardim, com a experiência dos agricultores Antônio Florêncio e Pedro Custódio, que possibilitaram o início dos trabalhos em outras partes deste município. Posteriormente em Abreu e Lima, onde o casal de agricultores Lenir Ferreira e Jones Severino implementaram um dos primeiros Sistemas Agroflorestais do Estado. Essas experiências foram essenciais para o posterior crescimento no número de famílias praticantes dos métodos agroecológicos, e conseqüentemente para o início da comercialização dos excedentes nas feiras, cujas primeiras experiências de comercialização serão abordadas na terceira parte, culminando na quarta parte, que é o início da feira no Recife.

Por último, serão apontadas as principais mudanças na estrutura e na composição da feira, tais como a integração ou mesmo desligamento de alguns agricultores, ou a variação, de acordo com os feirantes, do fluxo de clientes, que tem oscilado intensamente nos últimos anos.

3.1 AS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS AGROECOLÓGICAS EM PERNAMBUCO

A aplicação das descobertas científicas à agricultura, principalmente da química desenvolvida por Lavoisier (1743 – 1797) e a aplicação de seus princípios à agricultura por Saussure (1767 – 1845), Bossignault (1802 – 1887) e principalmente por Liebig (1803 – 1873), seguida da implantação de estações experimentais de pesquisa agrícola, como a de Rothamstead na Inglaterra, provocaram uma verdadeira revolução nos conceitos de agricultura até então vigentes, a ponto de se chamar o processo de Revolução Agrícola Moderna (JESUS, 1985).

Uma visão mecânica do mundo e dos processos naturais resultou na concepção de que se for conhecido o funcionamento de todas as partes de determinado objeto de estudo, se terá um entendimento do funcionamento global desse objeto, e que os conhecimentos assim obtidos podem ser generalizados, permitindo fazer previsões de eventos resultantes de manipulação das

partes constituintes do objeto. Dentro dessa concepção, o todo nada mais é que a simples soma das partes (NORGAARD, 1989).

Essa abordagem possibilitou grandes avanços científicos a partir de meados do século 19 e durante o século 20, servindo de base para o acúmulo de conhecimentos até hoje obtidos pela humanidade. Com essa mesma visão, os conhecimentos científicos foram aplicados a formas de manipulação dos processos naturais, para produzir bens tecnológicos úteis à sociedade humana, o que resultou no progresso técnico-científico que caracteriza a civilização atual.

A aplicação dessa visão mecanicista e reducionista aos sistemas naturais e especialmente à agricultura, apesar de proporcionarem extraordinários ganhos de produtividade, redução de preços e superávits na produção de alimentos, produziram para Feiden (2000) efeitos negativos, tais como degradação do solo, desperdício e uso exagerado de água, poluição do ambiente, dependência de insumos externos e perda da diversidade genética.

A partir de 1960, iniciaram-se os questionamentos do modelo de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias, principalmente com base nos seus efeitos colaterais não previstos inicialmente, com fortes críticas à unilateralidade e à fragmentação do conhecimento em compartimentos estanques. Como forma de superação dessa situação, surgiram diversas abordagens de trabalho conjunto entre pesquisadores de diferentes disciplinas. De acordo com Odum (1998), o instrumento fundamental para o estudo dos fenômenos agrícolas de uma forma mais integrada é o desenvolvido pela ecologia, ciência integradora que permite uma compreensão global dos fenômenos isolados, por meio dos conceitos de comunidades, ecossistemas e propriedades emergentes, entre outros. Esses conceitos foram adaptados por Altieri (1989, 2000, 2002), e Gliessmann (2001), aos sistemas agrícolas, criando o conceito de “agroecossistema”.

Agroecologia, mais do que simplesmente tratar sobre o manejo ecologicamente responsável dos recursos naturais, constitui-se em um campo do conhecimento científico que, partindo de um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica, pretende contribuir para que as sociedades possam redirecionar o curso alterado da evolução ecológica, nas suas mais diferentes inter-relações. Por isso, como afirmam Norgaard e Sikor (2002), uma das diferenças fundamentais entre “agrônomos convencionais e agroecólogos é que estes últimos tendem a ser, de forma geral, metodologicamente mais pluralistas”. E estas diferenças nascem, precisamente, das bases filosóficas que orientam as atividades de cientistas e técnicos de extensão rural que se orientam por enfoques convencionais. Como lembramos autores acima citados, os científicos “não têm sido verdadeiramente capazes de ouvir o que os agricultores

têm a dizer, porque as premissas filosóficas da ciência convencional não conferem legitimidade aos conhecimentos e às formas de aprendizagem dos agricultores” e, com isso, não são capazes de romper com a suposta superioridade da ciência convencional.

Para Altieri (1989), a agroecologia é uma ciência emergente que estuda os agroecossistemas integrando conhecimentos de agronomia, ecologia, economia e sociologia. Pereira (2016) sinaliza para a Agroecologia com um paradigma emergente. Para outros, trata-se apenas de uma nova disciplina científica. Para Guzmán (2002), a agroecologia não pode ser uma ciência, pois incorpora o conhecimento tradicional que por definição não é científico. No entanto, consideramos que a agroecologia é uma ciência em construção, com características transdisciplinares integrando conhecimentos de diversas outras ciências e incorporando inclusive, o conhecimento tradicional, porém este é validado por meio de metodologias científicas (mesmo que, às vezes, sejam métodos não-convencionais). Wezel (1990) compreende agroecologia a partir de 03 dimensões, como ciência, movimento e prática.

Desta maneira, o trabalho de base agroecológica foi implementado pela primeira em Pernambuco em três setores distintos: Abreu e Lima, na zona da mata, em Bom Jardim e Chã Grande no agreste. Sendo a experiências pioneiras no sítio São João (Abreu e Lima), nos sítios Pindobinha e Feijão (Bom Jardim) e no sítio Mutúns (Chã Grande).

3.1.1 O Caso de Bom Jardim (Agreste Setentrional de Pernambuco)

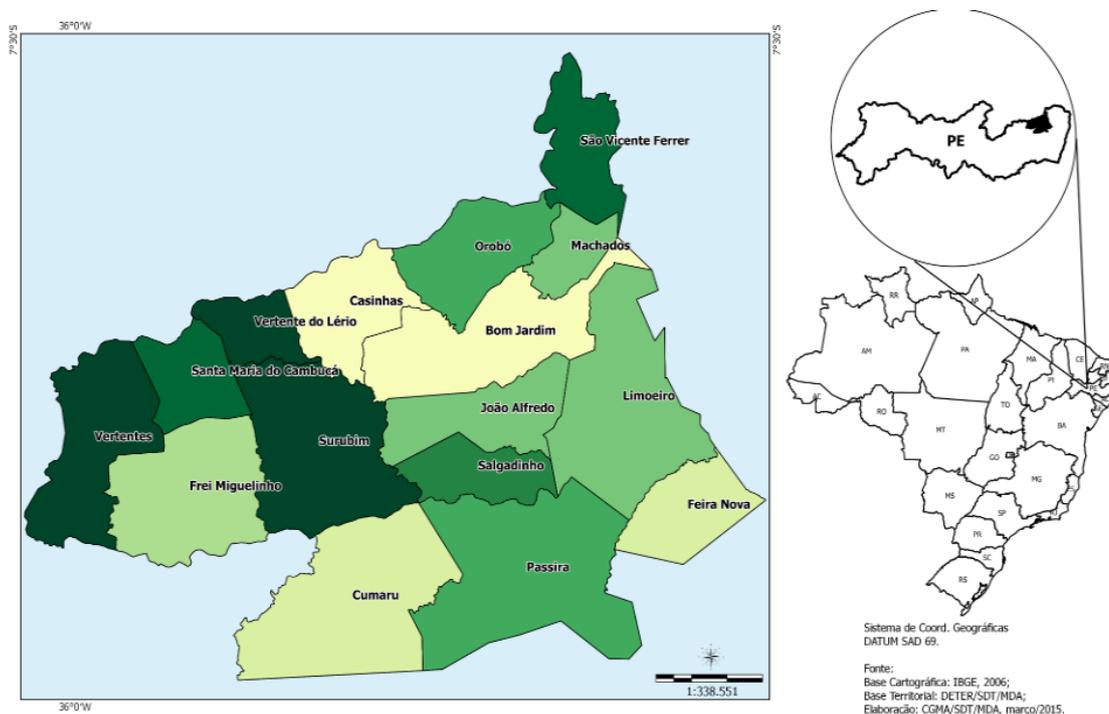
O município de Bom Jardim localiza-se no Agreste Setentrional do Estado (mapa 2) na microrregião Médio Capibaribe. Possui uma população de 37.013 hab., sendo na zona urbana 13.033 hab. e zona rural 23.980 hab. (IBGE, 2000). Sua área é 223 km² e dista 107 km do Recife, capital do Estado de Pernambuco. Tem como limites os municípios de Orobó e Machados, ao norte, João Alfredo, ao sul, Vicência e Limoeiro a leste e Surubim e Casinhas a oeste (Mapa 3). A ligação com Recife se dá pelas rodovias PE-88, PE-90 e BR-408. Reside na agropecuária sua principal atividade econômica tendo como destaques abacaxi, laranja, manga, milho em grão, tomate, feijão em grão, limão, banana, fava em grão e batata-doce. É considerando área de brejo pelas características climáticas apresentadas.

Essa aptidão das áreas de brejo para as práticas agrícolas diversificadas decorre, principalmente de sua característica climática com maiores índices de pluviosidade, que as diferencia do restante do Agreste com precipitação anual superior a 1.100 mm (MELO, 1980), Bom Jardim apresenta condição de espaço sub-úmido, o que favorece até certo ponto, o desenvolvimento das práticas agroflorestais. Segundo Melo (1980):

Bem se percebe esse fato nos espaços sub-úmidos que também se podem designar como brejos, em ambas as suas manifestações: (i) a representada por uma faixa estreita e de transição com a região canavieira e (ii) a expressa em manchas isoladas ou de climas locais. Em ambos os casos, a maior pluviosidade, embora de gênese diversa, gera um quadro natural assemelhado ao da zona úmida oriental ou da mata, com solos profundos, vegetação florestal, hidrografia permanente, mas onde, em vez da monocultura canavieira, o sistema de uso da terra apresenta-se diversificado. Ao lado das culturas tradicionais do milho, do feijão e da mandioca, aparecem: (i) a cultura permanente do café; (ii) culturas permanentes do domínio da fruticultura, à frente a da banana, mas representadas também pela manga, pela pinha, pela jaca, pelo abacate, pelo caju, pela laranja; a horticultura. (MELO, 1980, p. 175-176).

No início da década de 90, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Bom Jardim, juntamente com o Centro Sabiá, realizou um diagnóstico participativo da produção rural do município. Entre as décadas de 1960 e 1990, o município passou, de acordo com Rocha (2006) por uma intensa regularização, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), das propriedades habitadas. Aumenta, desta maneira, a quantidade de terras que passaram a ser povoadas como também o povoamento das terras antes desabitadas,

Mapa 2 – Agreste setentrional de Pernambuco



Fonte: IBGE, 2006.

da perda de produtos na propriedade por falta de um lugar para sua comercialização e da pouca prática para beneficiar a produção.

De acordo com Adeildo Fernandes, na época, técnico do Centro Sabiá:

“Foram cinco grandes questões que o diagnóstico levantou: pouca terra, terra fraca, baixa produção, prejuízo no processo da comercialização (presença do atravessador e não aproveitamento e beneficiamento dos produtos) e a fragilidade da organização social. Começamos a trabalhar a agroecologia na busca de uma agricultura diferente”. (Adeildo Fernandes, ex-coordenador de comercialização do Centro Sabiá, 2006).

Então, o trabalho com os agricultores iniciou-se através da parceria entre o Centro Sabiá e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jardim.

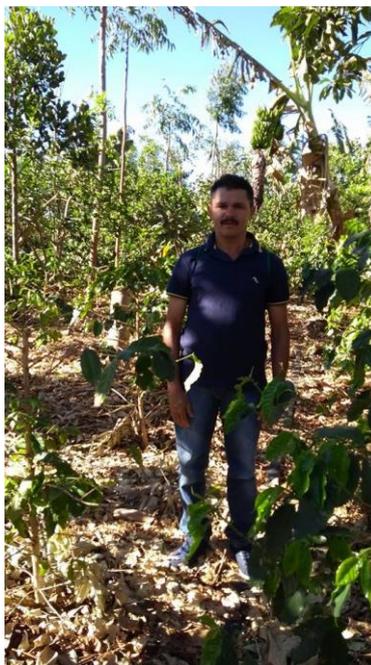
“Quando a gente estava no sindicato, conhecemos essas pessoas do Sabiá e ficou pra eles ver se eles viam mesmo e ficar trabalhando em Bom jardim, e depois eles resolveram começar o trabalho, o Sabiá quem veio pra cá e nós acompanhamos eles e sempre tinham os técnicos que vinham visitar os agricultores e faziam intercâmbio, pra movimentar pra levar os agricultores, e eu acompanhava tudo mas eram eles quem puxavam” (Antônio Custódio, ex-integrante do Sindicato dos trabalhadores Rurais de Bom Jardim, e líder da comissão que acompanhou as visitas dos técnicos do Centro Sabiá, 2017).

A partir de então, houve a primeira interação entre os agricultores e os técnicos do Centro Sabiá, que iriam prestar assessoria. Desta forma as primeiras propriedades a serem assistidas em Bom Jardim seriam (1) no sítio Feijão, na propriedade de Pedro Custódio e (2) na comunidade de Pindobinha, propriedade do agricultor Antônio Florêncio.

De acordo com Pedro Custódio (figura 12), ele teve acesso ao Centro Sabiá através do pai, que integrava o Sindicato dos Trabalhadores Rurais na época. Segundo ele, a primeira experiência em sua propriedade foi difícil, porém exitosa (figura 13):

“[Iniciamos o trabalho] mais ou menos em 1992 que nessa época meu pai trabalhava no sindicato em Bom jardim e veio um pessoal do Sabiá falando desse novo jeito de trabalhar, fazer com que o agricultor tivesse uma produção sem agredir o meio ambiente e trabalhar sem usar nenhum tipo de agrotóxico, então daí meu pai não tinha quase tempo de iniciar um trabalho, então ele veio falar comigo e eu comecei com os técnicos fazer o teste com uma conta de terra, tipo uma experiência pra ver de dava certo, e se desse certo a gente continuava. Tinha uma desconfiança, mas uma desconfiança por quê? Porque quando o técnico veio para aqui ele quis fazer num lugar que a gente já não usava porque não produzia mais nada, uma terra fraca mesmo, chega tinha até aquele lodo que cria por cima quando a terra não presta mais para nada. E foi aí que ele escolheu o lugar e eu disse que tinha lugar melhor da gente trabalhar, que esse sistema ia dar mais certo, mas ele disse que queria aqui, porque aqui que ia dar certo. Então a gente começou assim da forma que foi feito, ele começou a ensinar para poder a gente iniciar. A gente teve que recuperar o solo, não podia plantar nada porque o objetivo era logo recuperar o solo, então depois de um ano depois que a gente plantou nesse lugar capim elefante, feijão guandú e feijão de porco¹⁵ deixando umas árvores e matos que já tinha, uns pés de pau deixar para crescer e fazer a poda para fazer cobertura morta. Fazer curva de nível para a água não descer tudo para a vargem para não arrastar a terra para a erosão. Aí no início era mais essas duas coisas, cobertura morta com feijão guandú e de porco e curva de nível. Esse capim que eu plantei era para cortar em cima mesmo para fazer cobertura morta e a água bater e não descer mesmo, não carregar a terra para a vargem, para ela ir infiltrando na terra”. (Pedro Custódio, agricultor pioneiro na Agroecologia em Pernambuco, fundador do Espaço Agroecológico e atual membro, 2017).

Figura 12 – Pedro Custódio, Agricultor pioneiro na Agroecologia em Pernambuco



Fonte: Acervo pessoal, 2017.

¹⁵ *Canavalia ensiformis*, popularmente conhecida como Feijão-de-porco, é uma planta tropical da família Fabaceae, amplamente cultivada nos países como planta adubadora e utilizada também como cobertura verde. (MIRELLES; RUPP, 2005)

Figura 13 – Agrofloresta no Sítio Feijão, Bom Jardim. Uma das primeiras experiências agroflorestais de Pernambuco



Fonte: Acervo próprio, 2017.

Ou seja, a presença dos técnicos que dialogavam com os agricultores foi de extrema importância para a iniciação do processo de transição agroecológica na área. Estratégias simples como a presença de cobertura morta no solo, ou a utilização de plantas leguminosas como elementos de recuperação e fertilização natural do solo.

Para Espindola et al. (1997) uma das maiores contribuições para os agroecossistemas, e para a adubação verde, consiste na adição de grandes quantidades de fitomassa ao solo, permitindo a elevação do teor de matéria orgânica. De acordo com Perin (2004), a utilização de leguminosas em sistemas de rotação aumentou a capacidade de troca catiônica (CTC) do solo, o que reduz as perdas de nutrientes por lixiviação. O cultivo de leguminosas herbáceas permite, ainda para Espindola et al. (1997), o aporte de nitrogênio ao solo, esse nutriente para as outras culturas, devido à simbiose dessas espécies com bactérias fixadoras de oxigênio.

Assim como Pedro Custódio, Seu Antônio Florêncio também teve acesso à assessoria técnica do Sabiá através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jardim.

“Ele [Seu Antônio Florêncio] entrou também na agricultura sem veneno por causa da gente que abriu conversa com os meninos do Sabiá, que eram Flávio Duarte e Joseílton na época. Aí por causa de eu ter falado com ele pra fazer um teste na terra dele com essa agricultura diferente que ele resolveu fazer também. Logo no começo ele não queria não, mas eu pedi pra ele e ele resolveu começar”. (Antônio Custódio, ex-integrante do Sindicato dos trabalhadores Rurais de Bom Jardim, e líder da comissão que acompanhou as visitas dos técnicos do Centro Sabiá).

Apesar da resistência inicial, ele permaneceu cultivando a sua agrofloresta:

“Eu só resolvi começar mesmo porque me pediram com tanta boa vontade que eu só fazia mesmo porque tinha vergonha de dizer que não. Os técnicos vinham aqui olhar o lugar plantado e eu ficava com vergonha de acabar tudo. Aí fui continuando. Eu reservei uma parte do meu sítio pra plantar sem usar nada de veneno. Eu nunca fui de usar veneno não, mas eu botava um pouquinho nos abacaxis e fazia coivara pra queimar as boladas de mato que eu roçava, mas aquele canto do sítio eu fazia nada disso não. Quando eu vi que ia dar certo mesmo, que o lugar que eu deixei, que era um lugar enladeiraado produzindo e produzindo bem, eu resolvi sair levando para o restante do sítio aos pouquinhos, as bananas eu não colocava nada, mas colocava coisa nos abacaxis, com o tempo fui diminuindo e depois parei de vez, comecei a plantar como no tempo antigo do meu pai que não botava nada, porque não tinha essas coisas de veneno no tempo dele. A primeira coisa que me ensinaram a fazer foi plantar em curva de nível pra a água não descer o plantio lavando o solo e levando o estrume todo pra o córrego”. (Antônio Florêncio, agricultor pioneiro nas práticas agroecológicas em Pernambuco e fundador do Espaço Agroecológico das Graças, 2017).

Seu Antônio, no ano de 1994 já cultivava os 4, 5 hectares de sua propriedade (figura 14) sem utilizar qualquer adubo químico ou prática de queimadas. O sítio Pindobinha se localiza na porção leste de Bom Jardim, na área mais úmida do município. Essa região também se caracteriza por possuir um relevo muito acidentado, o que explica o relato de lixiviação do solo por causa da erosão causada pela água e a implementação da técnica de curvas de níveis:

“Pra eu começar a praticar a agroecologia foi num instante, porque eu já não era muito de usar veneno, só botava fogo nos monturos, né. Aí eu aprendi ligeiro. Eu fui em 94 lá no sul da Bahia, na propriedade de Ernst, e me admirei mais ainda do jeito que aquele galego trabalhava, porque a bananeira a gente limpava mesmo, deixava o chão limpo, e ele mostrou mesmo que não podia deixar o chão limpo, ele disse que a cobertura da terra é feito cabelo na pessoa, que protege do sol e da chuva, então eu fui reparando e escutando e vendo que o que ele dizia era verdade mesmo”. (Antônio Florêncio, agricultor pioneiro nas práticas agroecológicas em Pernambuco e fundador do Espaço Agroecológico das Graças, 2017).

Em abril de 1994 o Centro Sabiá organizou um intercambio, onde alguns agricultores pernambucanos visitaram a experiência pioneira em agroecologia do suíço Ernst Götsch¹⁶ no sul da Bahia. Esse intercambio foi decisivo para a continuidade dos trabalhos de base agroecológica. Pedro Custódio detalha a visita à propriedade de Götsch:

“A gente foi lá no sul da Bahia em Abril de 1994, mas foi depois de Ernst vir aqui que a gente foi lá. Ele mesmo disse que queria que a gente fosse porque achava o trabalho aqui e o clima daqui parecido com o lugar que ele mora lá na Bahia. Eu fiquei muito animado, mas achava que era um negócio que não dava pra ir não, aí veio o convite do sabiá e aí fomos. Daqui foram 4 agricultores, foi eu, Seu Antônio Florêncio, Jones e outro menino que depois com o tempo não continuou no trabalho da agroecologia, que foi Bastião Olímpio. Ele foi o único, porque Seu Antônio tá velhinho mas tá cuidando do sítio dele lá em Pindobinha, e eu tô aqui. Jones foi outro que deu muito certo, mas agora o trabalho tá difícil sem ele e Lenir agora tem que tocar o barco, mas foi um trabalho que deu muito certo também lá em Abreu e Lima” (Pedro Custódio, agricultor pioneiro na Agroecologia em Pernambuco, fundador do Espaço Agroecológico e atual membro, 2017).

Seu Antônio Florêncio (figura 15) destaca ainda a importância de ver o trabalho dando certo na prática:

¹⁶ *Ernst Götsch* é um agricultor e pesquisador suíço, criador do conjunto de princípios e técnicas que compõem a Agricultura Sintrópica. Com mais de 40 anos de experiências e realizações, Götsch desenvolveu uma agricultura que concilia produção agrícola e recuperação de áreas degradadas, baseada em processos que mimetizam a regeneração natural e os processos sintrópicos da vida no planeta (GÖTSCH, 1995).

Figura 14 – Agrofloresta no Sítio Pindobinha, Bom Jardim. Uma das primeiras experiências agroflorestais de Pernambuco



Fonte: Acervo próprio, 2017.

Figura 15 – Antônio Florêncio, agricultor pioneiro na Agroecologia em Pernambuco e fundador do Espaço Agroecológico



Fonte: Acervo próprio, 2017.

Foi aí que a gente se animou, porque os técnicos diziam uma coisa a gente e por mais que a gente fizesse ia fosse vendo aos pouquinhos o resultados a gente ainda ficava meio cabreiro, sem querer fazer porque achava que não era assim, mas quando a gente vai lá e vê o trabalho feito, e do jeito que é lá, é bom demais. Foi lá que a gente aprendeu tudo certinho. Eu fiz a minha barragem agroecológica do jeitinho que Ernst ensinou e deu certo demais. (Antônio Florêncio, agricultor pioneiro nas práticas agroecológicas em Pernambuco e fundador do Espaço Agroecológico das Graças, 2017).

Após cerca de três anos de desenvolvimento do Sistema Agroflorestal em Pindobinhas, Dona Lourdes Negromonte (figura 16), que já era agricultora, após visita dos técnicos do Centro Sabiá passou a plantar um pequeno roçado, de forma agroecológica. Segundo ela, os trabalhos iniciaram a partir:

“Os meninos do sabiá que iam lá pra Seu Antônio Florêncio, um dia deram uma entradinha na minha casa, porque Seu Antônio já tinha conversado comigo sobre essas coisas de colocar um roçado sem botar fogo no mato e de parar de usar adubo comprado na rua. Aí eles vieram e a gente começou a fazer um roçado no meio dos meus pés de laranja e de acerola. Eu fiz umas mudas de acerola, e eles disseram que eu podia plantar no meio no roçado de milho e feijão. E depois da limpa do roçado não juntasse os monturos no canto, mas juntasse pra junto dos pés de acerola, os grande que já tinha e os pequenos que tinha plantado, e eu gostei demais do resultado porque eu aproveitei uma área grande fazendo dois plantios ao invés de um só. Depois que eu fui plantando também um roçado de macaxeira pra fazer umas farinhadas e tirar a goma, então já fiz tudo junto de novo, no roçado de macaxeira já aproveitei depois e fui plantando umas estacas de amora, que eu gosto de fazer geleia, e os pés de amora estão aqui ainda hoje” (Lourdes Negromonte, agricultora fundadora do Espaço Agroecológico).

A associação de culturas era, até então, algo desconhecido por Dona Lourdes, para Suzuki e Alves (2006), a simbiose é algo inerente ao equilíbrio do agroecossistema. Portanto, espécies antes plantadas de forma isolada, nos moldes do monocultivo, poderiam interagir de forma positiva com espécies de maior porte, como foi o caso da Acerola e da Laranja no sítio de Dona Lourdes Negromonte.

Figura 16 – Lourdes Negromonte, agricultora fundadora do Espaço Agroecológico



Fonte: Centro SABIÁ, 2006.

Da mesma forma aconteceu na propriedade de Rafael Justino, no sítio Feijão. As atividades na propriedade de Pedro Custódio dinamizaram os agricultores dessa localidade, fazendo com que em 1995 Rafael passasse a receber acompanhamento técnico.

De acordo com Rafael Justino (figura 17), o objetivo em participar das atividades desenvolvidas pelo Centro Sabiá era melhorar a sua criação de abelhas:

“O pessoal do Sabiá fazia um trabalho com um grupo de agricultores aqui em Bom Jardim, em conjunto com o pessoal do Sindicato, e eles faziam umas reuniões com os agricultores por aqui, e naquela época e eu fui pra uma reunião dessas. Uma reunião de sensibilização sobre o trabalho. Aí lá tinha essa proposta de trabalhar com o sistema agroflorestral. Eu tinha vontade de criar abelhas e o técnico que veio era técnico apícola, aí ele aproveitou que eu estava querendo criar abelha e ele vendeu o peixe dele, que era o trabalho agroflorestral. O Sabiá queria que multiplicasse as experiências e foi bom pra eles e bom pra mim. A reunião foi com uns agricultores que foram convidados para participar do sistema agroflorestral e eu fui pra ver se ele falava de abelha, que Pedro, o rapaz que morava no lugar da reunião, disse que ele orientava também a criação de abelha aí eu fui lá mais interessado nas abelhas mas era uma reunião específica pra formação sobre sistema agroflorestral.” (Rafael Justino, agricultor fundador do Espaço agroecológico e atual membro, 2016).

Após o primeiro contato e com o progressivo desenvolvimento dos trabalhos na propriedade de Pedro Custódio, os técnicos de campo ampliaram o trabalho de extensão rural e comunicação com outros agricultores, através de encontros, reuniões sobre agricultura, oficinas de apicultura e de compostagem.

Na mesma época de Rafael, no ano de 1995, foi iniciada a experiência na propriedade de Cláudio e Teresa Oliveira, no Sítio Oiteiro, e na propriedade de Margarida Braga (agricultora fundadora do Espaço Agroecológico, hoje falecida), extremo oeste do município de Bom Jardim, que de acordo com Rocha possui maior déficit hídrico. Assim a experiência de Claudio e Teresa se volta, majoritariamente, para o aproveitamento da criação de animais, dadas as características da propriedade.

Figura 17 – Rafael Justino, agricultor Agroecológico fundador do Espaço Agroecológico cuidando das Abelhas Uruçú – maio de 2016



Fonte: Acervo próprio, 2016.

De acordo com Cláudio e Teresa Oliveira (figuras 18 e 19), os trabalhos em agroecologia geraram desconfiança, ao princípio.:

“Nós moramos aqui no sítio Oiteiro, próximo a Umari, e em 1995 iniciamos, junto com Dona Margarida Braga, os trabalhos com o Sabiá, que veio pra cá por causa do Sindicato, e havia a reunião da comissão de agricultura, e uma delas foi feita na casa de um vizinho que hoje é falecido. E foi me proposto que eu começasse o trabalho no sistema agroflorestal, e me fez a proposta de trazer um técnico aqui. O técnico, que foi Flávio Duarte, veio e propôs que plantasse um fio de bananeira. Ele plantou a batata mesmo e eu pensei que numa terra seca dessa era impossível pegar uma batata na terra seca ainda. Ele fez um buraco grande, cobriu com terra e cobertura morta, e eu vi que funcionava. A partir daí fomos se inserindo e o Centro sabiá me convidou a participar de um intercambio lá em Jones, e eu fiquei besta e me incentivou. Veio o Ernest da Bahia para a gente fazer um criatório rotativo de galinha, em 1997 que foi um ano de grande seca. E daí por diante a gente começou, e assim, a gente introduzimos o trabalho e começamos a ter uma produção boa”. (Claudio Oliveira, agricultor fundador do Espaço Agroecológico e atual membro, 2017).

Segundo Teresa Oliveira, a composição do solo da propriedade favoreceu mais a criação de gado, ao invés da agricultura:

Aqui a gente criava somente duas vaquinhas, que produziam o leite e sempre a gente tinha um bezerrinho aqui, que virava ou uma vaca leiteira também ou um garrote que a gente vendia na feira. O nosso lugar aqui é muito complicado de água pra lidar com plantação, e a terra é muito cheia de pedra, aí por mais que a gente sempre fez os roçados, a gente procurou desenvolver mais a criação. A gente só criava porco e boi, mas a gente viu que animais menores também dá certo, como galinha e bode também. Quando o galego [Ernst] veio pra cá em 1997, ele deu muitas dicas de como aproveitar as coisas que a gente tem aqui. A gente fez um galinheiro rotativo, começou a criar cabra, e a gente começou a usar defensivo natural. Os bois sempre criam carrapato, tem vez que empesta mesmo, e a gente toda a vida usou veneno pra matar. Mas veneno é uma química triste, e depois mais pra agora, a gente viu que afeta até o leite, que faz mal pra um bezerro e a vaca tiver prenha. Então a gente aprendeu uma coisa muito boa, que é fazer defensivo químico usando as folhas de nim¹⁷ e a inda hoje a gente faz como a receita que Ernst fez. Quem também fez um grande trabalho aqui foi Dona Margarida, mas o trabalho dela já era como se fosse agroecológico antes dela começar. Ela fazia chá, garrafada, lambedor, sabe. Todo tipo de remédio caseiro, ela plantava muito dessas plantas medicinais, eu comprava direto hortelã miúdo com ela”. (Teresa Oliveira, agricultora fundadora do Espaço Agroecológico, 2017).

¹⁷ *Azadirachta Indica*, conhecida popularmente neem (ou *nim*) é uma árvore do sudeste da Ásia e do subcontinente indiano utilizada na produção de madeira e para fins medicinais.

Figura 18 – Cláudio e Teresa Oliveira, Agricultores fundadores do Espaço Agroecológico – agosto de 2017



Fonte: Acervo pessoal, 2017.

Figura 19 – Cláudio e Teresa Oliveira no Espaço Agroecológico – Maio de 1998



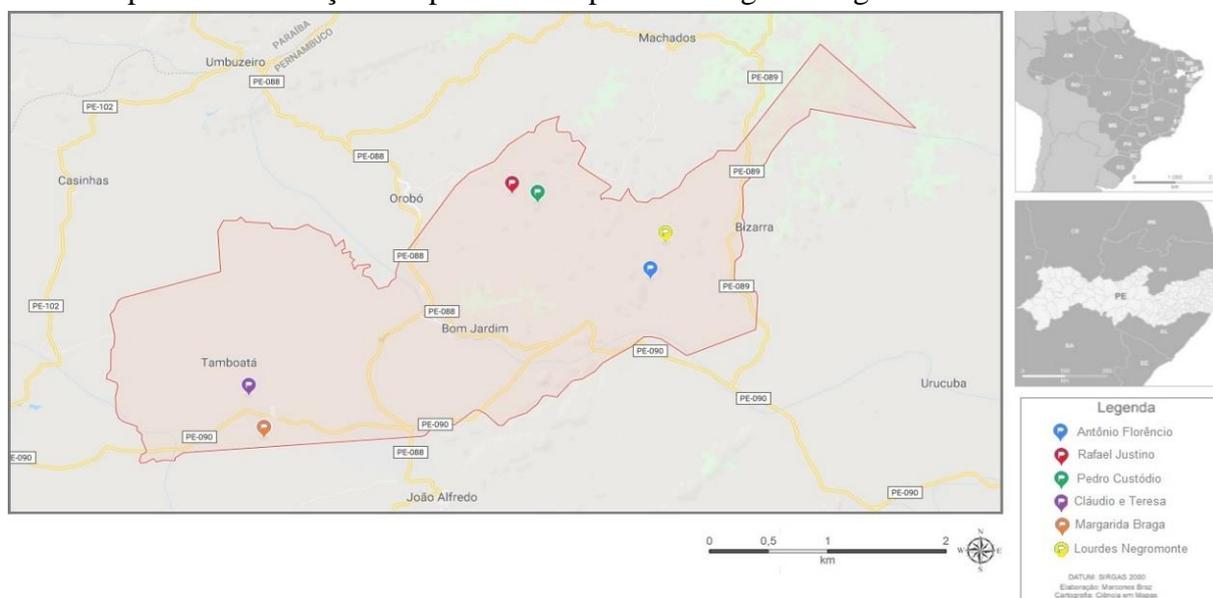
Fonte: acervo do Centro Sabiá, 1998.

Cláudio e Teresa Oliveira receberam inicialmente, uma formação sobre compostagem, que para Berti Filho e Ciociola (2002) é o conjunto de técnicas aplicadas para estimular a decomposição de materiais orgânicos com a finalidade de obter, no menor tempo possível, um material estável, rico em substâncias húmicas e nutrientes minerais, que retém água por mais tempo, formando assim um solo húmifero. Desta forma, que foi possibilitado o plantio da bananeira em uma região com considerável deficiência hídrica, como o Sítio Oiteiro.

Outra técnica mencionada foi a utilização dos defensivos naturais à base de Nim para a prevenção de pragas, como o carrapato. As propriedades do Nim foram muito estudadas nas décadas de 70 e 80, quando foram identificados mais de 150 compostos isolados das folhas, galhos e sementes, sendo os mais ativos pertencentes à classe dos limonóides (Schmutterer, 1990). A azadiractina é o principal composto dessa planta com ação sobre os insetos, sendo os frutos a sua principal fonte, além da casca e das folhas. Assim, “mantendo-se a casca ou a folhagem da árvore do nim em repouso de três dias em água parada, depois da moagem, o defensivo está pronto” (BERTI FILHO; CIOCIOLA, 2002).

Desta forma, o trabalho agroecológico em Bom Jardim cresceu a partir de dois eixos, como mostra o mapa 4: o eixo Norte, a partir do sítio Feijão e o eixo leste, a partir do sítio Pindobinhas. O trabalho de extensão rural feito pelos técnicos de campo do centro Sabiá nas regiões circunvizinhas às primeiras experiências, como é o caso de Lourdes Negromonte, que vive na comunidade de Santa Cruz, vizinha à propriedade de Antônio Florêncio, e o caso de Rafael Justino, vizinho de Pedro Custódio.

Mapa 4 – Localização das primeiras experiências agroecológicas de Bom Jardim - PE



Fonte: Elaboração própria, 2017.

3.1.2 O caso de Abreu e Lima (Região Metropolitana do Recife)

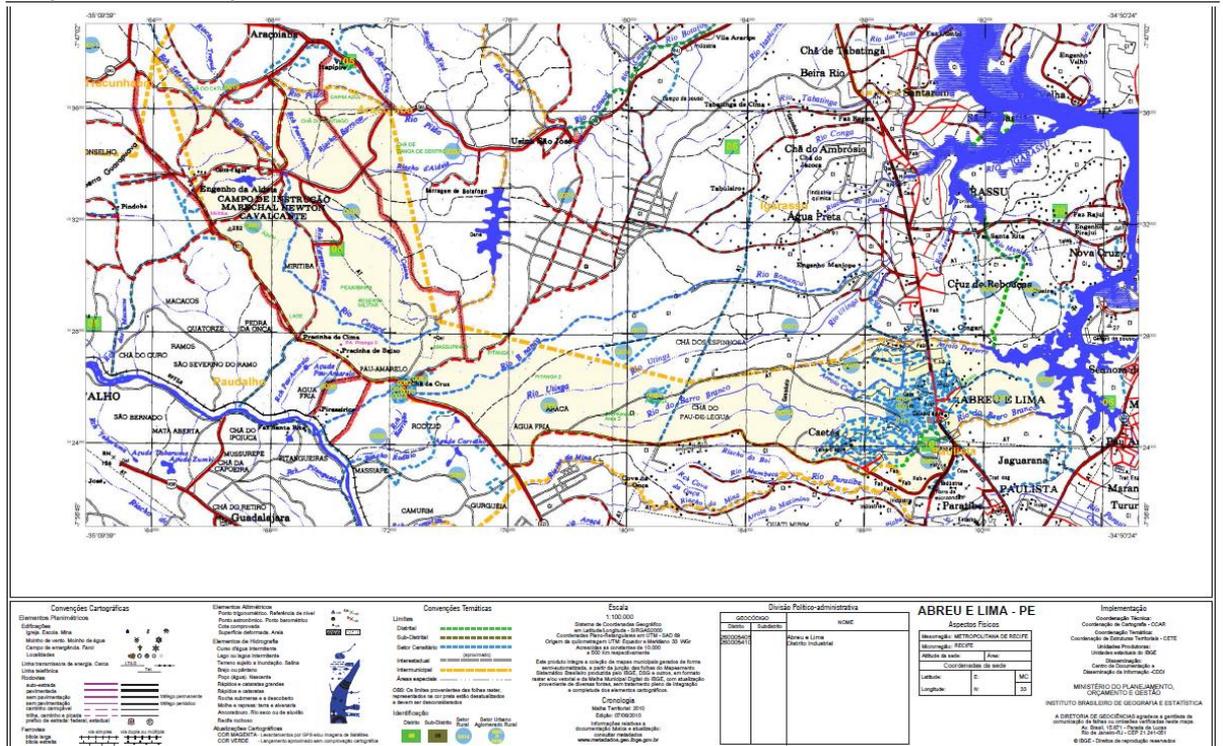
Abreu e Lima (mapa 5) localiza-se na parte setentrional da região Metropolitana do Recife (mapa 6). Possui uma população de 94.429 hab., sendo na zona urbana 86.625 hab. e zona rural 7.804 hab.(IBGE, 2000). Sua área é 126, 19 km² e dista 19 km do Recife, capital do Estado de Pernambuco. Tem como limites os municípios de Araçoiaba, Igarassu, Paudalho e Paulista. A ligação com Recife se dá pelas rodovias PE - 15 e BR-101. Sendo o setor de serviços o mais representativo na economia abreu-limense, juntamente com o setor industrial e a agricultura.

Como se localiza em uma região de clima tropical, com a vegetação típica da mata atlântica, com índice pluviométrico é elevado, com acumulados anuais que ultrapassam os 2.500 mm anuais, a área tornou-se propícia para práticas agrícolas conhecidas como *plantation*, onde foi introduzida em larga escala o plantio de cana-de-açúcar, ainda no século XVII. Os primeiros povoados que deram origem à cidade de Abreu e Lima tiveram início no ano de 1540 e a formação definitiva se deu em 1838, impulsionada pelo Coronel Manoel Pereira de Moraes, Senhor do Engenho Inhamã. O nome atual é uma homenagem ao general José Ignácio de Abreu e Lima, filho de um dos principais líderes da Revolução Praieira.

A cidade possui um comércio variado e um parque industrial crescente, chegando a abrigar até empresas multinacionais. Embora apresente uma urbanização crescente e a principal atividade seja a prestação de serviços, a agricultura familiar tradicional ainda é a única fonte de renda e sobrevivência de muitos moradores; um grande número de residentes nas áreas rurais cultiva frutas e verduras, destacando-se o cultivo de laranja, limão, milho, feijão, macaxeira, inhame, batata doce, coco, banana e verduras em geral, além de pequenas criações de suínos, bovinos e aves. Os produtos são comercializados em grande parte na feira livre da cidade e também levados para abastecimento de cidades vizinhas. O PIB *per capita* do município é de 9.589,60 mil reais, sendo o 20º maior do estado.

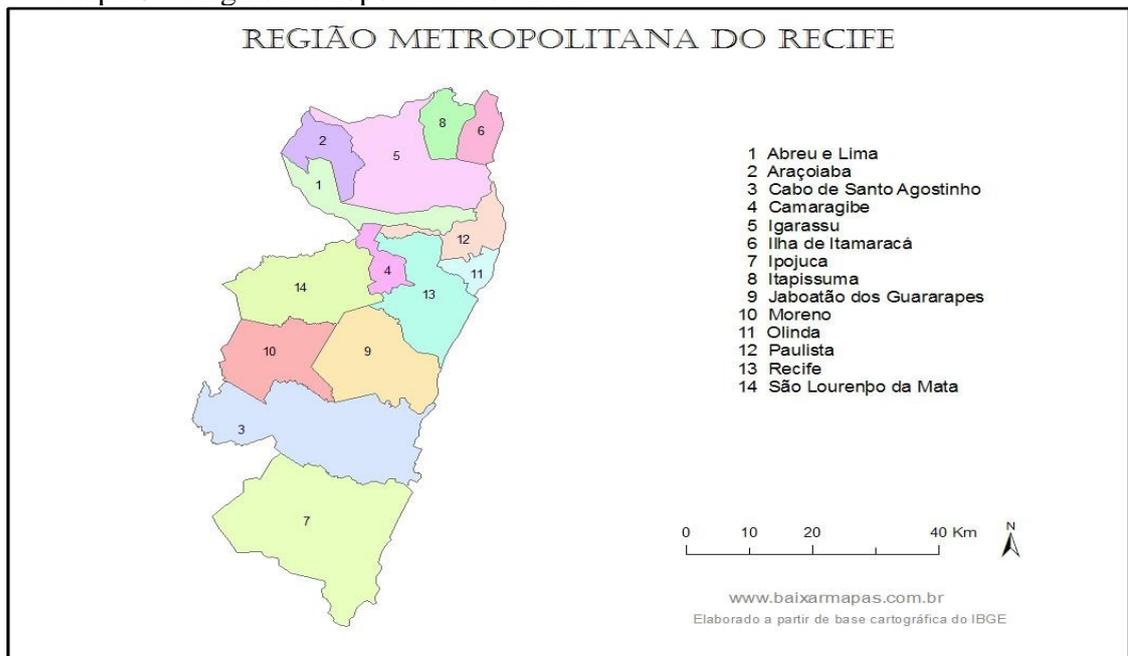
No início dos anos de 1990 que se desenvolveu um dos trabalhos pioneiros em agroecologia no estado de Pernambuco, no Sítio São João, propriedade dos agricultores Jones Severino e Lenir Ferreira, localizado na comunidade Inhamã, na divisa dos municípios de Abreu e Lima e Igarassu, em Pernambuco. A propriedade era cultivada, nas décadas de 1960 e 1970 nos moldes da agricultura convencional. Situada a poucos quilômetros do centro de Abreu e Lima, a comunidade Inhamã, ocupa uma área de aproximadamente 157.800 hectares e está representada por parcelas de assentamentos rurais

Mapa 5 – Município de Abreu e Lima



Fonte: IBGE, 2010.

Mapa 6 – Região metropolitana do Recife



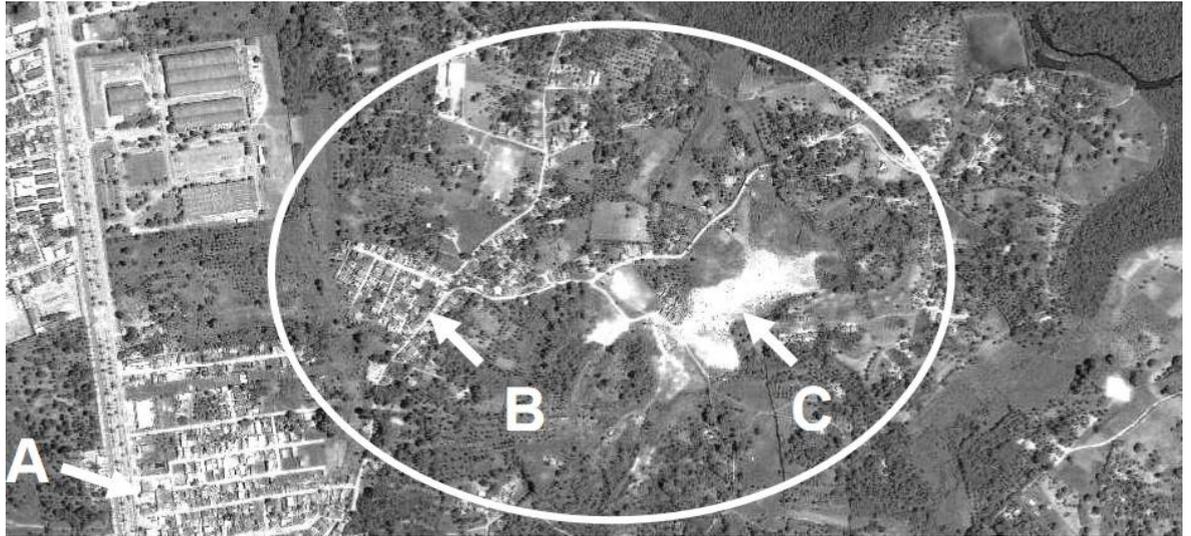
Fonte: Elaboração própria, 2017.

realizados em área circundada por antigas e históricas propriedades, como o Engenho Inhamã e o Engenho Berrenga. Por situar - se muito próxima à capital, a urbanização tem sido acelerada, assim como o processo de êxodo rural; os moradores têm como principal atividade a prestação de serviços em indústrias e empresas localizadas nas proximidades e no centro de Abreu e Lima, respectivamente. Recentemente foi instalado um aterro sanitário, aumentando o número de pessoas de baixa renda no local, atuando como catadores de lixo. A maioria dos agricultores familiares dessa região, batizada com o nome indígena de Inhamã (devido ao Engenho Inhamã, na qual as terras recebeu famílias assentadas), se dedicava ao cultivo de mandioca e também mantinha pomares de quintal. Com a plantação exaustiva de mandioca, milho, batata e cana-de-açúcar, tudo produzido com adubos químicos, o solo ficou totalmente improdutivo.

Em 1988, a comunidade estava envolvida com os trabalhos pastorais da Igreja Católica, que incentivava a prática da apicultura junto aos moradores. Tratava-se de uma parceria entre entidades como o Projeto Tecnológico Alternativo – PTA (com o Centro Josué de Castro, que posteriormente viria a ser o Centro de desenvolvimento Agroecológico Sabiá), ligado à Comissão Pastoral da Terra – CPT. Em 1993, o Centro de Desenvolvimento Agroecológico SABIÁ (antigo Centro Josué de Castro, do PTA) convidou as comunidades da Região de Inhamã (figura 20) para o desenvolvimento da apicultura. Formaram assim o Nectarmel, grupo de apicultura regido por Jones e Lenir Ferreira (figura 21) que, em pouco tempo, conseguiu um bom número de colmeias e uma boa produção. De acordo com Jones:

“Em pouco tempo dos grupos que participaram do projeto [PTA e EDUCATER], o que mais avançou foi o grupo da comunidade nossa lá, em pouco tempo a gente já estava com um bom número de colmeias, estávamos com casa de mel, centrífuga, decantadores e as indumentárias completas, então estava beleza, apicultura estava excelente, e agricultura complicada. E no final de cada ano a gente fazia uma avaliação e um planejamento de agricultura e apicultura, com a gente quero dizer a família e a instituição que assessorava naquele momento. Nessa época o grupo de estudos se institucionalizou e virou Centro SABIÁ. Era a equipe do centro sabiá quem assessorava a gente. Então nessa avaliação nós vimos, que apicultura estava excelente, passou a ser a nossa principal fonte de renda, mas a agricultura praticamente acabada, o foco total eram as abelhas. As culturas que a gente plantava lá, de ciclos curtos como a macaxeira, o inhame, o milho e o feijão, a gente plantava por plantar, mas resultado não tinha. As culturas permanentes, que a gente tinha na área como a bananeira a jaca, a pitomba, o caju, abacate, tudo improdutivo. O coco, para se ter uma ideia, a gente tinha dentro do sítio cerca de 40 pés de coco em fase de produção, e quando ia fazer a colheita tirava o que? 50 cocos, 60, 70, por colheita de 40 pés. Os cachos de banana que se colocava lá no nosso sítio, cacho de banana com duas pencas e com essas duas pencas o pé arriava porque não aguentava o peso”. (Jones Severino, agricultor fundador do Espaço agroecológico, 2016).

Figura 20 – Localização do Sítio Inhamã, Abreu e Lima



Ponto A – Br – 101; Ponto B – Área loteada; Ponto C – Aterro sanitário.
Fonte: elaboração própria, 2017.

Figura 21 – Jones e Lenir atendendo clientes no Espaço Agroecológico



Fonte: Acervo Centro SABIÁ, 2015.

Assim, surgiram questionamentos, pois a produção era muito escassa. Deram, então, início a algumas mudanças implementando técnicas como curva de nível, húmus de composto orgânico, húmus de mandioca, entre outras. Em 1994, já com o trabalho consolidado na apicultura, o se decidiu então focar na agricultura. Fizeram um diagnóstico da propriedade do sítio São João e descobriram que o solo estava totalmente degradado. Então começaram as estratégias de recuperação da capacidade produtiva do solo através da Agroecologia. Começou então uma etapa de intercâmbios e trocas de experiências.

Segundo Lenir:

“Os técnicos já vinham acompanhando a gente desde a época do centro Josué de Castro, aí quando virou Centro Sabiá, teve uma coisa muito importante para nós, que foi a visita de Jones pra o sítio de Ernst, junto com Pedro Custódio e seu Antônio [Florêncio]. Aí quando ele voltou com aquele aporte de conhecimento, porque eles passaram 20 dias por lá, voltaram com aquela empolgação, começamos a trabalhar sem veneno, sem queimar. E foi quando a gente começou a acreditar. Depois do intercâmbio, o principal foi acreditar. no começo a gente, Marcones, ficava meio ‘assim’, né? Muita gente chamou a gente de doido na época. Mas quando a natureza respondeu a gente ficou feliz”. (Lenir Ferreira, agricultora fundadora do Espaço agroecológico e atual membro, 2017).

Assim, teve início um longo trabalho de enfoque na agricultura em si, onde aos poucos a agroflorestal foi sendo implementada através de técnicas como curva de nível, compostagem e cobertura do solo, para Jones Severino:

“A gente começou com algumas mudanças, fazendo curva de nível, composteira, minhocário, mas a gente demorou alcançar nosso objetivo, porque imagine pro exemplo produzir húmus de minhoca para adubar uma cultura já grande. Eu tive muita resistência em plantar algumas coisas dentro do sistema que era muito estranho, aquele monte de coisa no mesmo omento, sendo que eu plantava uma ou duas culturas, era estranho que só, principalmente umas plantas adubadoras. Mas diante dessa resistência todinha, fui fazendo e em pouco tempo a gente percebeu que a área estava dando outra resposta”. (Jones Severino, agricultor fundador do Espaço agroecológico, 2016).

O processo de implantação da agrofloresta começou a dar resultados a médio prazo, apenas em 1996 a produção excedeu o consumo da família. Paralela à produção de mel, a agricultura passa a ser apta para compor a renda da família de Jones e Lenir. Um dos entraves era justamente o acesso ao mercado, dado o domínio de atravessadores nas vendas tanto em mercado local, quando no mercado regional. Em 2009, com o objetivo de otimizar a organização dos agricultores, e incentivados pelo Centro de desenvolvimento Agroecológico Sabiá, foi criada a associação de agricultores de Abreu e Lima: Terra e Vida.

3.1.3 Primeiras experiências agroecológicas em Gravatá e Chã Grande

O município de Gravatá localiza-se a 81 km do Recife. A cidade conta com uma população estimada em 83.241 habitantes, distribuídos em uma área de 506,785 km². Situa-se às margens do Planalto da Borborema, onde ergue-se através dos contrafortes da Serra das Russas ao leste, e sua altitude média é de 447m. Tendo picos, que ultrapassam esta, como na Serra do Maroto, no Alto do Cruzeiro etc. Seu relevo é acidentado, formado por falésias (falhas geológicas, provocadas pela erosão continuada de anos), tendo algumas regiões planas, em especial, as que margeiam o Rio Ipojuca.

O clima de Gravatá é considerado semiárido (tipo *Bsh* na classificação climática de Köppen-Geiger) com influência da Serra das Russas, que, devido à sua altitude, provoca chuvas orográficas, impedindo chuvas mais abundantes no município. A temperatura média anual de 22 °C, com mínimas chegando a 15 °C nos meses mais frios, enquanto na época mais quente as temperaturas máximas podem chegar próximas de 30 °C. A precipitação média anual é de 725 milímetros (mm).

E Chã Grande, localiza-se a 82 km de distância do Recife, em uma latitude 08°14'18" sul e a uma longitude 35°27'42" oeste, estando a uma altitude de 470 metros. Sua população estimada em 2010 era de 20.020 habitantes. O município está incluído na área geográfica de abrangência do semiárido brasileiro, definida pelo Ministério da Integração Nacional em 2005. Esta delimitação tem como critérios o índice pluviométrico inferior a 800 mm, o índice de aridez até 0,5 e o risco de seca maior que 60%. O município de Chã Grande faz parte das superfícies retrabalhadas, formada por áreas com retrabalhamento intenso, de com relevo bastante dissecado e vales profundos, que antecedem o planalto da Borborema.

Gravatá e Chã Grande são município vizinhos, por isso, em 1995, alguns profissionais liberais (advogados, agrônomos, servidores públicos) que possuíam propriedades no meio rural e outros moradores da área urbana dos dois municípios, sensíveis às questões ecológicas, preocupados com a degradação do meio ambiente no município, iniciaram uma mobilização na tentativa de realizar um trabalho de educação ambiental, tendo em vista a preservação e recuperação dos recursos naturais prejudicados. Essa mobilização resultou na criação, em janeiro de 1997, da Associação dos Amigos do Meio Ambiente de Gravatá – AMA - Gravatá, com o objetivo geral de “contribuir no desenvolvimento de uma sociedade ecologicamente sustentável, preservando e/ou recuperando o meio ambiente, respeitando no mesmo grau de intensidade o homem e os demais seres da natureza, no município de Gravatá e região” (AMA-Gravatá, 2006).

Parte dos sócios fundadores da AMA - Gravatá são oriundos de outros municípios, tendo adquirido propriedades nos municípios de Gravatá e Chã Grande e nelas iniciaram um esforço de cultivo agroecológico, com o plantio de frutas e hortaliças diversas, folhosas pouco comuns nos bancos de feira desses municípios, como chicória, rúcula, almeirão e outras. Carlos André, conhecido como Cacá, membro fundador do Espaço Agroecológico e da AMA-Gravatá, se refere à mudança nos hábitos de cultivo dos agricultores como difícil:

As verduras que eles plantavam eram o que? Coentro, cebolinha e alface. Só. Nem tomate o pessoal tinha o hábito de plantar, porque era difícil de ter lucro sem colocar adubo ou pesticida. Então quando passamos a plantar e incentivar o cultivo de rúcula, brócolis, couve-flor. Nossa Senhora, a resistência foi pesada. Mas aos poucos, quando começou a feira, e viram que existia mercado, eles passaram a plantar mais. (Carlos André, ex-membro do Espaço Agroecológico, 2008)

Em junho de 1997 essa organização, mesmo com pouco tempo de existência, fundou uma feira agroecológica em Gravatá (figura 22), a segunda experiência de comercialização de produtos agroecológicos de Pernambuco. Seis membros da Associação comercializavam, semanalmente, frutas e hortaliças livres de agrotóxicos e adubos químicos.

A venda rápida dos produtos chamou a atenção de alguns agricultores familiares que já praticavam a agricultura orgânica e de outros, vizinhos dos técnicos, que praticavam agricultura convencional e que foram por eles influenciados. Entre eles está o técnico agrícola Marcelino Bezerra (figura 23), um dos pioneiros na instituição dos sistemas agroflorestais em Chã Grande:

Não posso dizer que a feira foi um sucesso logo nas primeiras, o trabalho foi avançando aos poucos, devagar. A feira de Gravatá potencializou a produção de uma forma muito boa, porque eles desde sempre tiveram um incentivo financeiro que era vender. No meu caso, fui convidado pra participar de uma exposição de produtos orgânicos no parque da jaqueira, em comemoração ao dia da alimentação. Essa foi a primeira feira lá do Espaço. Eu pensava que era só uma exposição, mas tenho uma continuidade inesperada. (Marcelino Bezerra, ex-membro do Espaço Agroecológico, 2016).

A inserção dos agricultores de Gravatá e Chã Grande na comercialização, como disse Marcelino, aconteceu através da feira de produtos orgânicos de Gravatá. Os agricultores que iniciaram o sistema agroflorestal posteriormente a criação da feira em Gravatá, foram

Figura 22 – Feira de produtos orgânicos de Gravatá



Acervo Centro Sabiá, 2016.

Figura 23 – Marcelino Bezerra, técnico agrícola que desenvolveu trabalhos pioneiros em Chã Grande



Fonte: acervo Centro Sabiá, 2004.

convidados para expor a produção no parque da Jaqueira, no Recife, como é o caso de Marcelino Bezerra.

De acordo com Marcelino Bezerra, experiência agroflorestal em Chã Grande teria sido iniciada após ser convidado por José Alves para ajudar na organização da associação dos pequenos agricultores rurais de Chã Grande, em sua área de produção, que era o Sítio Mutuns:

Mais ou menos em 1996 ou 1997, foi chamado por José Alves pra desenvolver um trabalho com um grupo de agricultores no sítio Mutúns, de Chã Grande. A intenção era organizar a produção de verduras e hortaliças de forma limpa, sem utilizar agrotóxicos. Em chã Grande existe a utilização em excesso de agrotóxico, como verdura é muito sensível, eles utilizam muito e sem fiscalização nenhuma. É uma certeza que muitos desses homens que trabalham aplicando veneno desenvolvem algum tipo de doença que tem a ver. (Marcelino Bezerra, ex-membro do Espaço Agroecológico, 2016).

O referido sítio serviu como um local de experiências com a agricultura orgânica (até então único objetivo na época). Serviu de modelo para que os agricultores da área fossem verificar lá no sítio deles como essa história de agricultura orgânica funcionava. Com a evolução dos canais de comercialização e da produção agroecológica e em função da própria organização da feira, foi fundada em 22 de abril de 2002 a associação Terra Viva.

No caso de Gravatá, em fevereiro de 2009, houve uma divisão dos trabalhos e foi fundada a Associação das Famílias Agroecológicas do Distrito de São Severino e seus Arredores - AMA-Terra. Segundo Jocilene Alves, o objetivo da divisão da AMA-terra e da AMA-Gravatá teve o objetivo de haver uma maior concentração nos agricultores:

A AMA-terra nasceu porque tinha a necessidade de os agricultores aparecessem mais, o trabalho da AMA-Gravatá é excelente, mas não é focado na agricultura, e não lida tanto assim com os agricultores. Assim a gente decidiu fazer uma divisão, porque o foco da AMA-Gravatá é mais amplo, e a gente é mais concentrado. (Jocilene Alves, agricultora e atual membro do Espaço Agroecológico do bairro das Graças, 2017).

Deste modo, apesar de existirem trabalhos voltados para a agroecologia já no fim de 1996 e início de 1997, as associações de agricultores foram fundadas posteriormente, quando já existia, de forma solidificada, o processo de comercialização. Tendo o objetivo de otimizar a organização interna dos agricultores que participam do Espaço Agroecológico.

3.1.4 A primeira experiência com a comercialização – A Semente do Espaço Agroecológico

A primeira experiência de comercialização dos produtos que eram frutos do trabalho de implementação agroecológica nasce como uma estratégia de resistência dos agricultores. O mercado convencional, dominado em grande escala pelas grandes multinacionais da indústria alimentícia, em média escala pelas redes de supermercados e em escala local por atravessadores, que compravam aos agricultores produtos por preços muitas vezes exploratórios. A estratégia adotada foi então a criação de um mercado paralelo, de características autônomas e regido por princípios comuns, pensados em função da convivência em comum, tanto por parte dos agricultores feirantes ou não, e os consumidores.

Surge então a feira, que é traço expressivo cultural marcante na região nordeste (sete dos nove agricultores fundadores do Espaço Agroecológico já haviam exercido o ofício de feirantes), tendo a característica de aproximar vendedores e compradores, estreitando as relações entre eles, como relação de fidelidade, descontos relativos e a própria criação de vínculos pessoais.

Antes da existência da Feira do Espaço Agroecológico, os agricultores vendiam sua produção aos atravessadores, como Rafael Justino:

“A produção era muita mas era pouco diversificada aqui se plantava só milho, feijão e fava. Tinha roça também e tinha roçado de cará e as frutíferas que tinha aqui que botavam, mas não produzia direito não porque eu derrubava todo o mato com a intenção de plantar as roças de milho e mandioca. Tinha mais essas três ou quatro culturas, aí depois quando teve um espaço pra comercializar a gente se interessou em diversificar, plantando outras tipo de cultura. Eu vendia somente para os atravessadores, eu vendia na feira [convencional do município de Orobó] somente farinha, eu levava pra feira umas cargas de farinha com uns 200 ou 300 kg de farinha aqui na feira de Orobó e tinham uns homens que vinham comprar aqui em casa mesmo. E era tudo vendido muito barato, porque em tempo de muita farinha é barato, quando é tempo de muito milho é barato, cará quando é o tempo é barato. Porque aí eles aproveitam para comprar barato, já que tem muito. E ele compra mais barato ainda do que é”. (Rafael Justino, agricultor fundador do Espaço agroecológico e atual membro, 2016).

Com a geração de excedentes na produção agroecológica, cogitou-se a possibilidade de comercializar os excedentes. Para tanto, seria necessário a construção de um mercado alternativo, com princípios distintos do mercado convencional. Era o que pensava Seu Cláudio Oliveira:

Aí chegou uma hora que a gente começou a produzir bem, os roçados estavam dando retorno. Antes o que o sítio produzia a gente comia em casa e também servia de ração para os bichos, mas a produção foi aumentando cada vez mais, a gente então começou a vender pra os atravessador de novo. Aí a gente viu que tava errado esse negócio. A gente se sacrificava tanto, tinha tanto trabalho, para depois não fazer diferença nenhuma? Ser vendido como uma mercadoria com veneno normal? Não, tava errado. (Cláudio Oliveira, agricultor fundador do Espaço agroecológico e atual membro, 2017).

A criação de um canal de comercialização, e a utilização da feira como estratégia foi uma reivindicação dos próprios agricultores, que deveriam obter uma fonte de renda para o sustento de suas famílias e para a própria manutenção do sistema Agroflorestal. Pensamento semelhante tem Pedro Custódio:

A primeira feira foi a partir de uns dois anos depois de implementar esse novo sistema, quando já começou a vir a produção. Por exemplo eu não tinha banana e na terra já existiam uns pés de coco, uns pés de fruta que já tinha antes, e quando foi vindo a produção a gente pensou que vender ao atravessador ia continuar a mesma coisa de antes. Então a gente pensou em criar uma feira, e a gente falou com os técnicos do SABIÀ e pensamos em fazer uma feira em Umari, porque lá ainda não tinha feira dia nenhum, e essa feira foi em 1996. A gente saía daqui, pegava os produtos e Rafael que ia também pra feira tinha uma Marajó¹⁸ e a gente levava os produtos, o meu e o dele na mesma Marajó. Essa feirinha lá em Umari era aos domingos de manhã. (Pedro Custódio, agricultor fundador do Espaço agroecológico e atual membro, 2017).

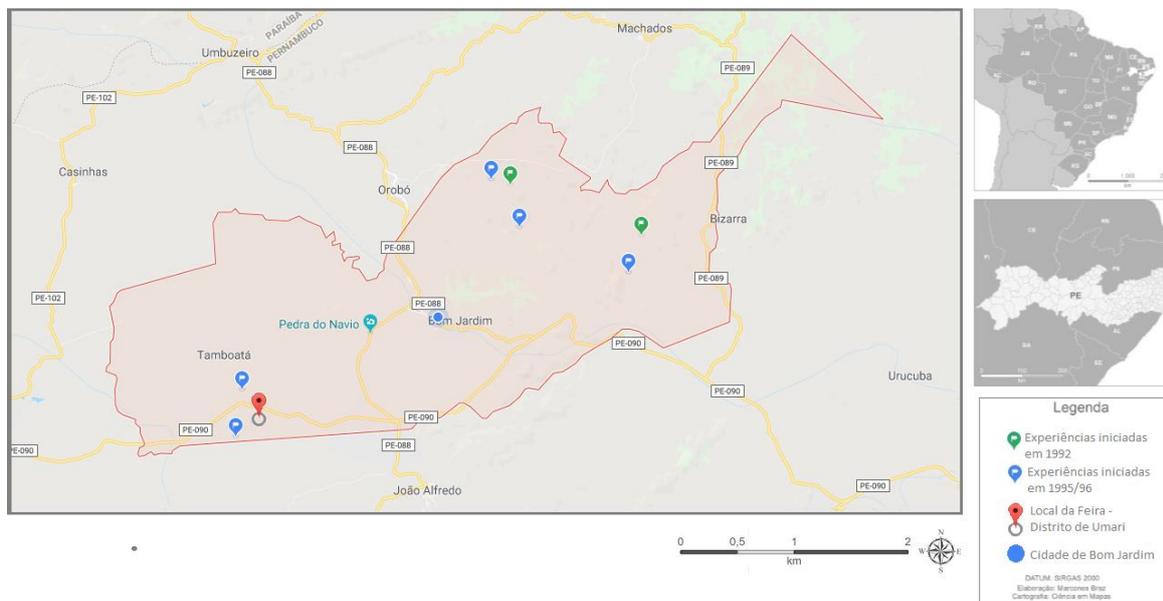
Então, os agricultores agroflorestais de Bom Jardim, juntamente com os técnicos do Centro SABIÀ criaram a primeira experiência de comercialização de produtos agroecológicos do Estado de Pernambuco (mapa 7). A primeira feira aconteceu em 1996 no Distrito bonjardinense de Umari, há 14 km do centro da cidade e a 112km do Recife, povoado às margens da rodovia PE – 90, local que experimenta desde o início dos anos de 1990 um intenso crescimento populacional e urbano, e que ainda não possuía feira regular.

Depois de aferir o volume de produção dos agricultores e constatar que havia quantidade satisfatória, se inicia em novembro de 1996 a Feira Agroecológica de Umari, que seria o germe da experiência de comercialização em 1997, no Recife.

Assim, é possível concluir que a comercialização, no caso da Feira agroecológica de Umari (que mais tarde viria a se transferir para o Recife), não segue os mesmos moldes das relações de mercado convencionais, trata-se de uma etapa de um processo mais amplo, que possui iniciativa popular e se inicia pelo processo de produção.

¹⁸ Marajó é um carro produzido no Brasil pela General Motors.

Mapa 7 – Locais de produção e comercialização – Feira Agroecológica de Umari



Fonte: Elaboração própria, 2018.

3.2 DIA MUNDIAL DA ALIMENTAÇÃO – CRIAÇÃO DO ESPAÇO AGROECOLÓGICO

A primeira experiência com a comercialização no distrito de Umari não rendeu os frutos esperados. Entre os problemas mais apontados, estava (1) a falta de conscientização da população, que não entendia a diferença entre os alimentos convencionais e os alimentos agroecológicos, e (2) o baixo movimento de clientes, insuficiente para suprir os custos de produção e transporte dos agricultores e dos alimentos.

Para Pedro Custódio, que participou desde o princípio da feira, descreve a experiência como muito ruim, tanto financeiramente falando como pessoalmente:

“Tudo serve de aprendizado na vida né, mas se eu disser que a feira de Umari foi uma boa, não foi não. Tinha a dificuldade pra gente que plantava com jeito, fazendo tudo certo, e o povo fazia era dar risada do trabalho da gente. Teve um dia mesmo que disseram pra mim lá que comer verdura com veneno e sem veneno dava na mesma coisa, porque de todo jeito a gente ia morrer mesmo. Eu fiquei muito desanimado também na questão de dinheiro. Era muito complicado sair daqui lá pra Umari chovendo e fazendo sol, pagando transporte do meu bolso e chegar lá as vezes só conseguir o dinheiro do frete mesmo. Não sobrava quase nada pra família. Aí chegou uma época que não dava mais não”. (Pedro Custódio, agricultor fundador do Espaço agroecológico e atual membro, 2017).

Já Rafael Justino viu a experiência como fundamental para a posterior criação do Espaço Agroecológico:

“...ninguém gosta de ver produto de qualidade sobrando como estava em Umari. A gente ficava muito triste por não ter o retorno que a gente esperava. Mas foi muito bom, porque deu pra a gente aprender como funcionava uma feira nossa, mesmo. Tudo o que a gente fez em Umari conseguiu fazer também na feira agora, só que o público era outro, e a gente conseguiu ganhar o suficiente pra manter, com o tempo foi melhorando. (Rafael Justino, agricultor fundador do Espaço agroecológico e atual membro, 2016).

A feira agroecológica de Umari durou, ainda que com imensas dificuldades, sete meses. De novembro de 1996 a maio de 1997. O fim da experiência também foi uma decisão conjunta dos agricultores. Os custos, principalmente para aqueles que moravam em comunidades mais distante do local da feira, se tornaram muito onerosos. Então, em maio de 1997, a experiência de Umari se encerrou, e se iniciou uma nova pesquisa de possíveis lugares para a formação de outros espaços de comercialização.

Assim, em outubro de 1997, os agricultores receberam um convite, através do Centro SABIÁ, para fazer uma exposição dos produtos agroecológicos na Praça da Jaqueira, em comemoração ao dia mundial da alimentação. Essa exposição seria a primeira de muitas feiras, e marcaria a criação do Espaço Agroecológico (figura 24 e 25).

A primeira feira, de acordo com Cláudio Oliveira:

“aconteceu no dia internacional da alimentação. A data era no dia 16 de outubro que se pensou em fazer uma feira, mas ela aconteceu mesmo no dia foi no dia 12 de outubro, que era num domingo, no dia da padroeira do brasil, o SABIÁ propôs criar uma feirinha pra mostrar os produtos lá no Recife, em comemoração ao dia internacional da alimentação, mas caiu no domingo o dia 12. O sabiá bancou tudo, transporte organização, tudo. A primeira feira foi na praça da jaqueira e era pra ser uma exposição, mas eu ganhei 40 reais e fiquei muito satisfeito, na época era muito dinheiro”. (Cláudio Oliveira, agricultor fundador do Espaço agroecológico e atual membro, 2017).

Para Teresa Oliveira, esposa de Cláudio Oliveira, a feira representou uma autonomia financeira considerável na época, além de conseguir escoar a produção, que naquela altura já dava resultados, conseguiu também se desvincular dos atravessadores, segundo ela:

A gente [Teresa e Cláudio] pegou dois anos de uma safra boa que jerimum era que nem pedra, era gigante de colocar três num carro de mão, e a gente começou com muito mamão, que deu aqui de dar cinco quilos e a gente ainda tem foto que está perdida por aí, a gente levava ovo. Na primeira feira a gente apurou 40 reais, eu levei somente duas galinhas, e foi o primeiro dinheiro da minha vida, eu fiquei riquinha. Tinha batata, cará, macaxeira, na época dava muito que os invernos eram bons. Quando eu vendi o leite ao meu primo que era atravessador e ele me expulsou porque não quis me pagar, foi que eu pensei em arriscar, em levar um leitinho para a feira, aí a gente levou e vendeu tudo. A gente levava duas caixinhas no comecinho, depois arrumava uma banana, um abacate, um mamão, aqui a gente teve cinco anos de seca que destruiu tudo. Uma vez eu fui cobrar o leite lá e ele me expulsou e brigou e me mandou embora sem pagar nada e desse jeito apareceu a ideia de levar um leitinho direto pra feira pra ver né. Começamos a levar umas garrafinhas de leite e depois apareceu a ideia de fazer uma barrinha de queijo que a gente fazia para a gente mesmo comer, depois aprendi a fazer as outras coisas aos poucos, levamos bolo, coalhada, iogurte e a gente variou muito. (Teresa Oliveira, agricultora fundadora do Espaço agroecológico, 2017).

Figura 24 – Primeira feira do Espaço Agroecológico. Praça da Jaqueira - Recife



Fonte: Acervo Centro SABIÁ, 1997.

Figura 25 – Primeira feira do Espaço Agroecológico. Praça da Jaqueira - Recife



Fonte: Acervo Centro SABIÁ, 1997.

Para Pedro Custódio, não havia tanta expectativa a respeito da primeira feira, o intuito para ele era somente expor os produtos agroecológicos:

A primeira feira não foi logo uma feira, foi uma semana da alimentação e levamos os produtos para uma experimentação, era uma exposição dos produtos e a gente ia ver se dava certo levar os produtos e se não desse certo a gente parava por ali mesmo, eu mesmo pensava que só era uma vez mesmo. Aí já tinha vários agricultores com produção e dava para criar uma feirinha. Logo no início o SABIÁ entrou com a despesa dos transportes que não tínhamos condição, mas aí eles arcavam com a despesa do transporte a gente levou de certo porque vendeu foi tudo e os clientes começaram a perguntar se ia ter mais feira. (Pedro Custódio, agricultor fundador do Espaço agroecológico e atual membro, 2017).

Dada o sucesso da exposição, com a rápida venda dos produtos, os agricultores, conjuntamente com os técnicos do Centro SABIÁ pensaram na possibilidade de trazer mais produtos, mas não apenas com o intuito de expor, mas de vender. Rafael Justino, que é fundador da feira, explica como foi a primeira feira e como foi idealizada a feira enquanto comercialização, distinta da exposição:

Foi o dia internacional da alimentação aí teve um evento lá na praça da Jaqueira, aí era pra levar uns alimentos pra expor aí aproveitamos pra levar os produtos também pra vender. Aí quando chegou lá teve muita conversa não, era mais venda mesmo do que somente mostrar. Aí os clientes gostaram e a gente gostou também porque apurou o preço dos produtos, e a gente pensou em levar a cada quinze dias pra o mesmo lugar, mas sozinhos a gente não ia ter como bancar o Toyota pra levar a gente. Aí a gente levou de quinze em quinze dias e o povo queria que ficasse sendo toda a semana aí quem tinha produção levava. Não era uma renda grande, mas era suficiente. A feira começou mesmo mais porque o povo queria comprar, do que por a gente mesmo, porque não se pensava em ficar vindo toda semana pro Recife, se não fosse os clientes, que incentivaram a gente a ficar, não ia nem ter feira. (Rafael Justino, agricultor fundador do Espaço agroecológico e atual membro, 2016).

Assim, ficam claros os vínculos de solidariedade que unem os participantes da feira. O Espaço Agroecológico é uma construção conjunta dos agricultores e dos consumidores, ou seja, desde a sua construção, há a construção de laços de fraternidade, o que traz uma relação de confiança sobre a origem dos alimentos.

O Espaço Agroecológico nasce também como um espaço de resistência, não apenas de um modo de vida tradicional, com estreitas ligações com o campo, mas como um espaço de luta. Nas quinzenas que se seguiram, os agricultores continuaram a levar os produtos para a Praça da Jaqueira, mas sofreram diversas vezes ameaça de terem seus produtos apreendidos

pelos fiscais da prefeitura, o que ocasionou duas mudanças de endereço do Espaço Agroecológico, na tentativa de fugir de possíveis apreensões. A esse respeito, Pedro Custódio descreve a situação:

Com umas 4 feiras na praça da Jaqueira teve um problema porque lá era uma praça e em praça não podia ter feira, então veio a mando da prefeitura uma caçamba pra expulsar a gente de lá, mas nessa época tinha o técnico do Sabiá que trabalhava com a gente da feira e a gente era uns matutos que não sabia se defender então ele conversou com o pessoal e prometeu que a gente ia sair de lá então não levaram as barracas da gente não. Mas mesmo assim a gente saiu de lá mas não desistiu, no outro sábado a gente ficou pensando o que ia fazer pra vender os produtos, e a gente começou a conquistar uma clientela, mais ou menos uns 100 clientes comprava os nossos produtos e não queriam que a gente deixasse de vender, porque o sabor do nosso produto era outro. O coentro que eles compravam na feira livre num instante apodrecia e o da gente passava uma semana bom ainda. A gente estava com um grupo mais organizado e o sabiá dando apoio pra gente apoio, então no outro sábado a gente foi logo pra outra praça, lá perto do colégio S. Luís lá nas Graças e a gente ficou nessa praça mas sabendo que em praça não podia ter feira e foi dito e feito, quando a gente estava lá e lá chegou a caçamba de novo e a gente conversou e saiu mas a gente entrou em acordo em ir pra uma rua que tem que era perto da praça a rua Souza de Andrade e no outro sábado a gente conversou com o pessoal da prefeitura pra dizer que a gente ia ficar naquela rua, na rua Souza de Andrade, mas eles queriam que não existisse feira, mas os clientes disseram não, a gente é morador daqui e criaram um abaixo assinado e todos os clientes que vinham assinavam e quando mandou essas assinaturas pra prefeitura não teve jeito mais e a gente ficou lá, e foi aumentando os agricultores e de várias regiões, e juntou esses agricultores tudo e juntou tudo e a gente foi trabalhando com gosto e produzindo e hoje que faz 20 anos da feira a gente tá lá produzindo e vendendo o nosso produto lá na feira. Então foi vindo mais agricultores de Bom Jardim, já tinha Jones de Abreu e Lima e vinha gente lá de Chã Grande e Gravatá também. (Pedro Custódio, agricultor fundador do Espaço agroecológico e atual membro, 2017).

Para Lenir Ferreira essa experiência de serem expulsos de forma violenta, sem direito ao diálogo, foi assustadora, mas foi importante para estreitar vínculos com os consumidores. Segundo ela:

Lá na Jaqueira a gente teve um sofrimento muito grande, os técnicos nos deram muito apoio e fez com que a gente ficasse, era dia domingo, me lembro como hoje, aí os homens da prefeitura queriam tirar a gente e tirava mesmo, a gente foi muito persistente, a gente resistia, aí um dia veio um caminhão da prefeitura pra retirar a gente dali, eu fiquei muito assustada porque a gente não tava fazendo nada de errado, e a gente não sabia explicar as coisas direito, a gente não tinha como nem se defender, nem a gente foi avisado de nada, aí os clientes interviram e eles acabaram não levando as coisas. Depois a gente mudou para a outra praça, que é a praça dos eucaliptos, e os consumidores disseram que “aonde vocês forem a gente vai”, então com esse apoio dos próprios consumidores, a gente foi lá pra essa praça, e ficamos lá somente dois domingos aí de imediato chegou as pessoas de lá da prefeitura mesmo e disseram que a gente não podia ficar ali na praça, porque não podia feira em praça, de novo o carro da prefeitura veio, mas dessa vez foi pra conversar somente, aí a gente saiu. Aí fomos pra aquela ruinha que é ainda hoje, a rua Souza de Andrade e ali toda semana a gente vai, e estamos fazendo 20 anos, vendendo as nossas coisas sem se preocupar com atravessador, a gente planta e leva diretamente para o cliente. (Lenir Ferreira, agricultora fundador do Espaço agroecológico e atual membro, 2017).

Dessa forma, a feira se estabeleceu no atual endereço, na rua Souza de Andrade, depois de ter iniciado na Praça da Jaqueira e passado pela Praça Padre Marcelino Champagnat (figura 26). E a ideia de manter a feira de forma regular tomou corpo, deixando de ter apenas um caráter expositivo. Quando a feira migrou para a rua Souza de Andrade, deixou de ser realizada quinzenalmente aos domingos e passou a acontecer semanalmente nas manhãs de sábado.

Figura 26 – Espaço agroecológico sendo realizado na Praça Padre Marcelino Champagnat, após expulsão da praça da Jaqueira.



Fonte: acervo do Centro Sabiá, 1997

3.3 EVOLUÇÃO E METAMORFOSE DA FEIRA (1997 – 2017)

Os primeiros três anos da feira foram os mais importantes para a consolidação do Espaço Agroecológico. Nessa época, os agricultores desenvolveram competências e habilidades de organização e venda dos seus produtos, bem como passaram por cursos de aperfeiçoamento produtivo (figura 27), que de acordo com Teresa Oliveira:

Tivemos vários cursos de beneficiamento de atendimento ao cliente ao beneficiamento. Uma das mais importantes foi o curso de atendimento ao cliente porque a gente tinha muita vergonha de falar, não sabia como falar direito. E acabamos por formar uma família entre a gente e os clientes. Teve muitos clientes que se comprometeram a nos ajudar. (Teresa Oliveira, agricultora fundadora do Espaço agroecológico, 2017).

Também, com o ingresso de novos agricultores, foi pensado uma conjunto de normas e condutas a serem seguidas por todos, e iniciaram-se as assembleias (figura 28), que são reuniões trimestrais realizadas sempre na casa de um dos agricultores, que é o espaço de discussão sobre os problemas maiores e tomadas de decisões. Sobre esses primeiros anos da feira, Teresa Oliveira esclarece que foi um período muito difícil para a família dela em específico, mas ao mesmo tempo foi uma época de consolidação dos laços com os colegas agricultores e com os consumidores:

Na época que eu me acidentei com Claudio tanto os agricultores como os clientes nos ajudaram na recuperação e agente conseguiu pagar tudo com produto e teve cliente que não aceitou que a gente pagasse. A gente é uma família, tinha preocupação com um motor de um agricultor que queimava e a gente se juntava para comprar, quando um agricultor estava com uma dificuldade grande, uma vez em Gravatá no inverno brabo caiu casa e a gente se juntou, problema de cirurgia, de doença, e tínhamos que ajudar. (Teresa Oliveira, agricultora fundadora do Espaço agroecológico, 2017).

Figura 27 – Curso de beneficiamento em Olinda – PE. Janeiro de 1998.



Fonte: acervo Centro Sabiá, 1998.

No ano de 1999, foi pensado, conjuntamente entre os agricultores, o primeiro regimento interno, que é a formalização dos princípios comuns que regem os agricultores do Espaço Agroecológico. Sobre a construção do Regimento interno, Adeildo Barbosa, coordenador do Espaço Agroecológico das Graças, esclarece que o regimento interno:

Figura 28 – Assembleia do Espaço Agroecológico em Abreu e Lima, novembro de 1999.



Fonte: acervo Centro Sabiá, 1999.

É cartilha que rege a feira, porque se não todos fazem do jeito que querem e não é assim, todos os agricultores tem o seu regimento interno, a gente sabe que nem todo mundo não lê, que sabe ele por completo, mas se há um problema a gente consulta esse regimento, e o agricultor pode servir uma intervenção, ser punido de acordo com alguma prática que não esteja de acordo com o regimento. A gente pratica naturalmente esses princípios de respeito e de confiança nos colegas. Mas ele serve também para que os agricultores não façam coisas erradas e a punição é justamente dentro do documento que rege a gente. Já teve caso de agricultor ser afastado da feira por inconveniência, por desrespeitar o regimento e desobedecer a coisas que estavam dentro do regimento interno. Mas o regimento serve mais ainda para proteger o agricultor, garantindo vários direitos dele aqui dentro do espaço. (Adeildo Barbosa, agricultor do Espaço agroecológico e atual coordenador, 2016).

Depois de elaborado, através de 02 assembleias, uma em 1998 e outra em 1999, fora determinada a periodicidade das assembleias, antes anual, e, dada a expansão do Espaço Agroecológico em quatro feiras, é atualmente trimestral.

Durante os primeiros cinco anos da feira, houve uma expansão do número de agricultores participantes, sobretudo com o fortalecimento dos sistemas agroecológicos em Gravatá e Chã Grande, no agreste central de Pernambuco.

Durante esse período houve uma melhor organização e articulação por parte dos agricultores. Em 1999 foi criada, após cisão com o Sindicato dos trabalhadores rurais de Bom Jardim, AGROFLOR – Associação dos Agricultores Agroflorestais de Bom Jardim, em 2009 a Terra Viva, de Abreu e Lima, e a AMA-terra –, a Terra Viva e a Associação dos produtores orgânicos de Chã Grande. A composição da feira, considerando a participação dos agricultores, variou ao longo dos anos.

Em 1997 e 1998, apenas os agricultores fundadores permaneceram no Espaço Agroecológico, como mostra o quadro 2, só havendo admissão de novos agricultores no fim de 1998 e início de 1999 (como mostra o quadro 3), no período posterior à adaptação à rua Souza de Andrade, nos anos de 1997 e 1998 (figuras 29 e 30). Assim, apenas 10 famílias participavam da comercialização, havendo representação dos quatro municípios, mas sem que existisse ainda nenhuma das associações de agricultores.

Quadro 2- Composição do Espaço Agroecológico em 1997

Agricultor(a)	Município	Ano de Ingresso na Feira
Pedro Custódio/Rafael Justino	Bom Jardim	1997
Margarida Braga	Bom Jardim	1997
Antônio Florêncio	Bom Jardim	1997
Glória/Moacir	Chã Grande	1997
Lenir/Jones Ferreira	Abreu e Lima	1997
Cláudio/Teresa Oliveira	Bom Jardim	1997
Lourdes Negromonte	Bom Jardim	1997
Zé Viúvo	Gravatá	1997
Marcelino Bezerra	Chã Grande	1997
Carlos André	Gravatá	1997

Fonte: elaboração própria

Figura 29 – Espaço Agroecológico das Graças, já fixado na Rua Souza de Andrade - março de 1998



Fonte: acervo Centro Sabiá, 1998.

Figura 30 – Espaço agroecológico em agosto de 1998



Fonte: acervo Centro Sabiá, 1998.

Quadro 3- Composição do Espaço Agroecológico em 2004

Agricultor(a)	Município	Ano de Ingresso na Feira
Pedro Custódio/Rafael Justino	Bom Jardim	1997
Margarida Braga	Bom Jardim	1997
Germano Gonçalves	Bom Jardim	1997
João Elias	Chã Grande	1997
Lenir/Jones Ferreira	Abreu e Lima	1997
Cláudio/Teresa Oliveira	Bom Jardim	1997
Lourdes Negromonte	Bom Jardim	1997
José Pedro (Catonho) /Severino José (Biu Sanfoneiro)	Bom Jardim	2000
Marcelino Bezerra	Chã Grande	1997
Caetano	Gravatá	2001
Miguel Barbosa	Chã Grande	2002
Sebastião Luiz	Chã Grande	2001
Zé Viúvo	Gravatá	1997
Maria de Lourdes	Gravatá	2001
João Xavier	Gravatá	1999
Severino da José (Bibi)	Chã Grande	1999

Fonte: elaboração Própria

Em 2004 houve um significativo aumento do número de agricultores, sobretudo de Gravatá e Chã Grande, totalizando um acréscimo total de sete famílias na feira, seis dessas sendo provenientes de Gravatá e Chã Grande.

Figura 31 – Aniversário de sete anos do Espaço Agroecológico – outubro de 2004



Fonte: acervo Centro Sabiá, 2004

O ano de 2007, também trouxe significativas mudanças na composição da feira do Espaço Agroecológico, como mostra o quadro 4.

Quadro 4- Composição do Espaço Agroecológico em 2007

Agricultor(a)	Município	Ano de Ingresso na Feira
Pedro Custódio/Antônio Custódio	Bom Jardim	1997
João Custódio	Bom Jardim	2003
Rafael Justino	Bom Jardim	1997 (antes junto com Pedro Custódio)
Jones/Lenir Ferreira	Abreu e Lima	1997
Teresa/Cláudio Oliveira	Bom Jardim	1997
Lourdes Negromonte	Bom Jardim	1997
Catonho	Bom Jardim	2000
Severino José (Biu Sanfoneiro)		
Severino Carlos (Biu Carrinho)	Chã Grande	2004
Miguel	Chã Grande	2002
Caetano	Chã Grande	2001
José Davino	Gravatá	2004
Marcelino Bezerra	Chã Grande	1997
Valdo	Gravatá	2003
Sebastião Luiz	Chã Grande	2001
Zé Viúvo	Gravatá	1997
Maria de Lourdes	Gravatá	2001
João Xavier (Capeta)	Gravatá	1999
Severino da José (Bibi)	Chã Grande	1999

Fonte: elaboração própria, 2018.

Muitas famílias agricultoras puderam adquirir seu próprio banco, com o aumento da produção e do volume de produtos comercializados, totalizando seis famílias que adquiriram seu próprio banco. Em 2012 a organização e a composição da feira já eram muito próximos da

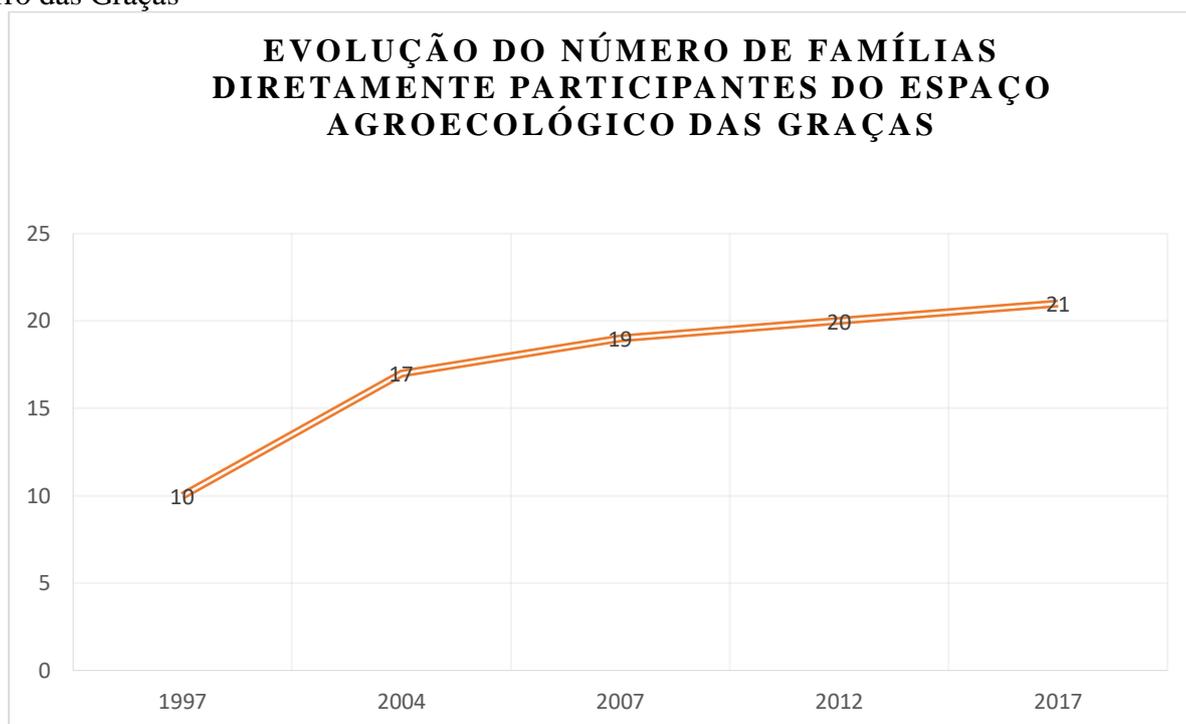
atual (como mostrado no quadro 5), havendo acréscimo de apenas uma família agricultora, como é possível ver no gráfico 5.

Quadro 5- Composição do Espaço Agroecológico em 2012

Agricultor(a)	Município	Ano de Ingresso na Feira
Pedro Custódio/Antônio Custódio	Bom Jardim	1997
João Custódio	Bom Jardim	2003
Rafael Justino	Bom Jardim	1997 (antes junto com Pedro Custódio)
Jones/Lenir Ferreira	Abreu e Lima	1997
Teresa/Cláudio Oliveira	Bom Jardim	1997
Adeildo Barbosa	Bom Jardim	2009
Catonho	Bom Jardim	2000
Severino José (Biu Sanfoneiro)	Bom Jardim	2000
Severino Carlos (Biu Carrinho)	Chã Grande	2004
Miguel	Chã Grande	2002
Caetano	Chã Grande	2001
José Davino	Gravatá	2004
Marcelino Bezerra	Chã Grande	1997
Valdo	Gravatá	2003
Sebastião Luiz	Chã Grande	2001
Silene	Chã Grande	2006
Amaro	Gravatá	2008
Oséias	Gravatá	2008
Maria de Lourdes	Gravatá	2001
João Xavier (Capeta)	Gravatá	1999
Severino da José (Bibi)	Chã Grande	1999

Fonte: elaboração própria

Gráfico 5- Evolução do número de famílias diretamente participantes do Espaço Agroecológico do bairro das Graças



Fonte: elaboração própria.

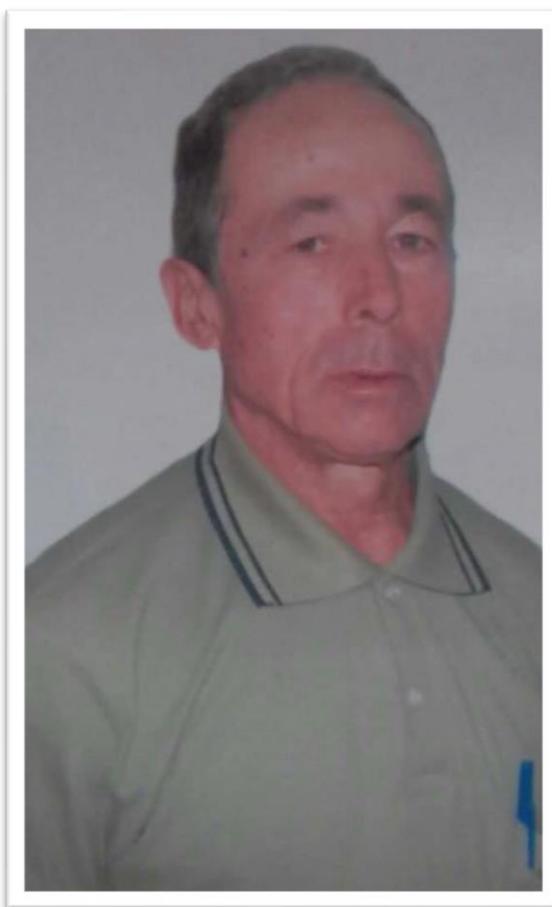
Figura 32 –Espaço Agroecológico em Setembro de 2017



Fonte: Acervo Centro SABIÁ, 2017

4 DISSECANDO A FEIRA DO CIRCUITO ALIMENTAR DE PROXIMIDADE DO ESPAÇO AGROECOLÓGICO DO BAIRRO DAS GRAÇAS

“Se o agricultor for valorizado mesmo, ele toma gosto e tem o que vender. Mas não adianta nada ter o que vender e não ter onde vender. E essa feira é muito boa, porque sempre tem isso de dar ao agricultor uma renda certa. Antes a gente produzia muito e produzia coisa boa mesmo, mas não tinha onde vender e hoje graças a Deus tem a feirinha, que eu passei 16 anos da minha vida indo, mas eu não vou mais porque a idade não permite, e tive a felicidade de ter de lá amigos que é mesmo que ser da família.”



Antônio Custódio Sobrinho, agricultor, ex-membro do Espaço Agroecológico e ex-sindicalista que possibilitou o início das atividades agroecológicas em Bom Jardim.

O Espaço Agroecológico, além de ser uma estratégia de comercialização, que envolve relações financeiras de compra e de venda, é um espaço de resistência de agricultores que buscam ser conservadores de um estilo de vida que parece ser estranho à modernização dos modos de vida e da produção agrícola.

A logomarca do Espaço Agroecológico possui um globo, com a América do Sul em formato de folha e, baseando-se nisso, o nome “Espaço Agroecológico” foi feita a partir de vários momentos de discussão com os participantes da experiência, ainda em 1997.

Neste capítulo, será feita a caracterização do Circuito alimentar do Espaço Agroecológico do bairro das Graças, se atendo aos aspectos sociais, econômicos e geográficos do Circuito. Para tanto, serão levados em conta os aspectos positivos, tais como as estratégias utilizadas, que mostram a capacidade de resiliência dos agricultores, e os entraves para o Circuito, como é a questão dos transportes. Terá enfoque especial o modo de organização interna dos produtores, as estratégias de comercialização e a caracterização dos agentes envolvidos na produção, a certificação dos produtos, a comercialização e consumo destes alimentos.

Também nesse capítulo será tratada a importância dos mercados institucionais (PAA e PNAE) como um Circuito de proximidade paralelo para parte dos agricultores que participam direta e indiretamente da feira.

Para cumprir essa etapa, foi necessário acessar a documentos internos dos agricultores, como Regimento interno, tabela de preços e atas de reuniões e foram feitas visitas às instituições que compõem a feira para ter acesso aos documentos referentes à certificação participativa e aos mercados institucionais. Também foram realizadas uma série de visitas de campo às propriedades e à feira, e também participações em duas assembleias. Foram feitas entrevistas semiestruturadas e estruturadas com os agricultores, motoristas que conduzem os agricultores até a feira, coordenadores, representantes das instituições que compõem o Espaço Agroecológico, consumidores e as instituições parceiras. Foram também feitas, participações em duas assembleias dos agricultores.

4.1 A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA

Um dos pilares do Espaço Agroecológico é, como arroga seu próprio nome, o processo de produção que possui base na agroecologia, que de acordo com Figueiredo et al. (2017, p. 53), “possui um viés integrador entre os conhecimentos acadêmicos e os conhecimentos tradicionais”, de modo a trazer o conhecimento acadêmico à serviço da sociedade, sem que costumes e práticas tradicionais sejam eliminadas. Um processo que Wezel (1990), compreende a partir de 03 dimensões da agroecologia, como ciência, movimento e prática.

Para desenvolver o conceito de agroecologia,

[...] é central o conceito de transição agroecológica, entendida como um processo gradual e multilinear de mudança, que ocorre através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas que, na agricultura, tem como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção (que pode ser mais ou menos intensivo no uso de inputs industriais) a estilos de agriculturas que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica (COSTABEBER E CAPORAL, 2003, p.80).

Gliessman (2000) distingue três níveis fundamentais no processo de transição ou conversão para agroecossistemas sustentáveis. O primeiro diz respeito ao incremento da eficiência das práticas convencionais, com intuito de diminuir o uso de insumos externos e que causem problemas ao meio ambiente. Para o mesmo autor “esta tem sido a principal ênfase da investigação agrícola convencional, resultando disso muitas práticas e tecnologias que ajudam a reduzir os impactos negativos da agricultura convencional”. O segundo nível é referente à substituição de práticas de produção convencional para alternativas. O terceiro nível, e mais complexo na visão do autor, é o de “agregar os agroecossistemas para funcionarem em novos conjuntos de processos ecológicos”.

Logo, para ser agricultura sustentável, na visão do modelo agroecológico é preciso ter a compreensão sistêmica dos agroecossistemas sendo capaz de atender de maneira integrada os seguintes critérios: i) pouca dependência de insumos comerciais; ii) utilizar preferencialmente os recursos renováveis locais; iii) utilização dos impactos positivos e negativos do meio ambiente local; iv) manutenção no longo prazo da capacidade produtiva; preservação da diversidade biológica e cultural; v) utilização do conhecimento e da cultura da população local e produção de mercadorias para o consumo interno e para exportar (COSTABEBER; MOYANO, 2000)¹⁹.

¹⁹ Para mais, ver COSTABEBER, J. A.; MOYANO, E. **Transição agroecológica e ação social coletiva. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.** v.1, n.4,p.50-60, out./dez. 2000.

Neste sentido, foram adotados - no processo que Schmitt (2009) chama de transição agroecológica - algumas estratégias produtivas pelos agricultores do Espaço Agroecológico, de modo a integrar o conhecimento científico, trazido pelo acompanhamento técnico da assessoria, às práticas usuais transmitidas de pai para filho. Uma dessas estratégias é a utilização de espécies de alimentos e culturas ancestrais nos Sistemas agroflorestais. Através da feira, esses alimentos, que possuem um riquíssimo valor cultural/identitário e nutricional, e não gozam de grande valor comercial no mercado convencional, tiveram a possibilidade de serem comercializados.

A utilização do que Amorim et. al (2017) chama de “sementes crioulas”²⁰, permite não apenas o respeito às culturas ancestrais (figuras 33 e 34), mas também o considerável aumento na diversidade dos produtos cultivados. Essa diversidade é verificável na extensa variedade de produtos listados na tabela de preço, que somam 112 variedades diferentes de alimentos agroecológicos.

Assim, muitos agricultores que cultivam espécies tradicionais encontram um canal de comercialização que valoriza o seu produto, como é o caso de Rafael Justino, que fala da importância das sementes crioulas:

A gente vender na feira normal ou ao atravessador, tem um problema grande, que não é só a bronca de dinheiro, é que a gente precisa plantar o que vende, somente o que eles querem comprar pra revender. Se o atravessador não compra, não tem pra que plantar. As vezes nem pra a gente mesmo comer se planta. O bom da feira foi isso, a gente pode plantar que a gente sabe que vai vender um produto de qualidade. Eu planto cará São Tomé que a semente era do meu pai. O mesmo cará que ele plantava eu planto também, eu sinto, quando eu como, o mesmo gostinho de quando eu era pequeno, a mesma coisinha. (Rafael Justino, agricultor fundador do Espaço Agroecológico e atual membro, 2016).

²⁰ *Sementes crioulas* são variedades desenvolvidas, adaptadas ou produzidas por agricultores familiares ou povos tradicionais, com características bem determinadas e reconhecidas pelas respectivas comunidades, para mais, ver: AMORIM, Lucas Oliveira do. **Plantando semente crioula, colhendo agroecologia:** agrobiodiversidade e campesinato no Alto Sertão sergipano. (Dissertação). Mestrado em em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2016.

Figura 33 – Cará-de-rama ou Cará não-me-toque, espécie ancestral da região do Agreste setentrional – Sítio Feijão/Bom Jardim



Fonte: acervo pessoal, 2017.

Figura 34 – Semente crioula de Cará São Tomé – Sítio Feijão/Bom Jardim



Fonte: acervo pessoal, 2017.

A produção agroecológica se baseia não apenas no respeito à natureza, mas também às condições sociais dos seres humanos que a modificam, não fazendo, de acordo com Almeida (2002), uma distinção entre o natural e o humano. Ainda de acordo com Altieri (2009), o ser humano é inserido como parte da natureza, e não como exterior a ela. Essa concepção é fundamental e integradora dos meios de produção e convivência harmônica com a natureza. É neste sentido que Jones Severino fala sobre a unicidade entre homem e natureza:

A natureza é a criação de Deus, e o homem é uma parte dessa natureza. E tem como separar as duas criações? O bicho homem do resto? O homem é como se fosse o maestro numa banda, ele cria também, mas ele é parte da criação. Deu par entender? Ele é criador, mas também é cria (risos). A agroecologia mostra isso, mostra que é possível viver em harmonia com a natureza porque somos parte dela também. (Jones Severino, agricultor fundador do Espaço Agroecológico, 2016).

Essa intervenção humana, de acordo com Figueiredo e Lima (2006) faz com que a natureza original, ou os ecossistemas, sejam alterados a partir de um objetivo humano, tornando-se um “agroecossistema” (Gliessman, 2005, p. 18). Os agroecossistemas existem quando, através da manipulação humana e a alteração de um ecossistema tem o objetivo de estabelecer uma produção agrícola. Isso introduz várias trocas na função e na estrutura de um ecossistema natural. Assim, as características dos ecossistemas são reorganizadas e direcionadas de acordo com os objetivos humanos. Essas mesmas características seriam indicadores para a manutenção do equilíbrio na transformação dos ecossistemas.

A produção agroecológica abarca não somente a não-utilização de insumos químicos, o que Londres (2011) chama de agrotóxicos, mas também toda uma interação equilibrada onde “o homem dialoga com a natureza” (Figueiredo 2012, p. 27). É o que diferencia a produção agroecológica da produção orgânica, por exemplo. Para Betti et. al. (2013) a produção orgânica visa atender apenas a um nicho de mercado, limitando-se à produção sem insumos químicos, tornando, excetuando esse fato, a produção muito semelhante à produção convencional, quebrando, de acordo com Figueiredo (2012) o elo com os ecossistemas.

4.2 CONTROLE PARTICIPATIVO DOS PRODUTOS AGROECOLÓGICOS E OS MERCADOS INSTITUCIONAIS

A certificação agroecológica dos produtos, que é uma garantia ao consumidor da qualidade dos alimentos, é uma etapa importante no processo de comercialização. As leis

brasileiras reconhecem dois sistemas de avaliação da conformidade orgânica para venda indireta, que têm o mesmo objetivo de garantir a qualidade ao consumidor. A diferença está nos procedimentos de verificação.

De acordo com Davi Fantuzzi existem três tipos de certificação de produtos orgânicos:

“A Lei dos Orgânicos estabelece 3 maneiras de se garantir que um alimento segue as regras de produção ecológica — como não utilizar agrotóxicos, adubos químicos ou substâncias sintéticas que agridam o meio ambiente. Uma delas é a auditoria externa, em que um terceiro vai até a propriedade rural e verifica se as regras estão sendo seguidas. Há também a certificação participativa, em que dentro dos próprios grupos e cooperativas de pequenos agricultores se criam comissões de verificação destas regras; e o chamado Controle Social, em que os agricultores visitam uns aos outros de maneira mais informal para checar o trabalho. Nas duas primeiras modalidades, pode-se usar o selo de orgânicos criado pelo Ministério da Agricultura. No terceiro caso, não há selo, e só é permitida venda de alimentos para o governo ou diretamente ao consumidor, em feiras-livres. (Davi Fantuzzi, coordenador de comercialização do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, 2017).

Um desses processos é a certificação por auditoria é realizada por uma empresa certificadora. Neste caso, o agricultor ou a agroindústria contrata e paga uma empresa para enviar um inspetor à sua propriedade. Este técnico vai avaliar se os processos produtivos obedecem aos padrões de conformidade orgânica da legislação brasileira (e também internacional, caso haja interesse de exportação), da forma mais isenta possível, sem envolvimento com o agricultor que está sendo inspecionado. O técnico não deve dar orientações nem sugestões sobre como manejar possíveis problemas na propriedade. Após esta visita, o inspetor escreve um relatório, que é encaminhado para a empresa contratada. A partir das informações presentes ali, o produtor poderá usar ou não o selo de produto orgânico. Cada empresa tem critérios diferentes para calcular o preço da certificação, que também varia de acordo com o mercado (interno ou externo).

Outro sistema, é o participativo de garantia é formado por agricultores, processadores, consumidores e comerciantes reunidos em grupos, que por sua vez fazem parte de núcleos regionais articulados em rede. Neste cenário, o produtor que busca a certificação é visitado por outros membros do núcleo, configurando um ambiente de controle social. Mais do que apontar não-conformidades, esta visita é uma oportunidade para os participantes trocarem experiências, através de perguntas, sugestões e relatos. É um intercâmbio que qualifica a produção familiar agroecológica. Se o parecer emitido pelo Comitê de Verificação for positivo, e a sua documentação estiver adequada, o produtor estará apto a usar o selo de produto orgânico. O custo é variável, e determinado por cada organização que promove essa interação. Esse sistema participativo de certificação é utilizado pela rede Ecovida, por exemplo.

Para estes casos é preciso um selo (Figura 35) do SISORG – Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica - para mostrar que aquele produto passou por um processo de certificação, confirmando que ele atende às exigências da legislação brasileira sobre orgânicos. Este selo facilita a identificação dos produtos orgânicos no mercado e acaba atribuindo um diferencial a eles.

Na venda direta em feiras, como é o caso do Espaço Agroecológico, a principal garantia da qualidade orgânica/agroecológica de um alimento é o contato direto com os agricultores, respaldado por uma Declaração de Cadastro em uma Organização de Controle Social (OCS). Uma OCS é formada por agricultores organizados em grupos que, depois de ser cadastrada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), está habilitada a assegurar a conformidade orgânica dos produtos. Estes são destinados somente à comercialização direta em feiras e também para compras governamentais (para alimentação escolar, por exemplo). Estes alimentos, contudo, não podem ser vendidos em lojas de artigos naturais nem supermercados.

Uma OCS, para Camargo (2015, p. 80):

“pode ser formada por um grupo informal, associação, cooperativa ou consórcio, com ou sem personalidade jurídica, de agricultores familiares. Seu papel é orientar de forma correta os agricultores que fazem parte dela. Por isso, para que cumpra bem seu objetivo, a OCS deve ser ativa e ter seu próprio controle, além de garantir que os produtores assegurem o direito de visita pelos consumidores, assim como ao órgão fiscalizador, às suas unidades de produção”.

O Estado de Pernambuco é no Brasil atualmente o que mais possui agricultores cadastrados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA como produtores orgânicos através de Organização de Controle Social – OCS. São mais de 750 produtores pernambucanos nesse cadastro, o que representa 19% do contingente nacional. Esse cadastramento é diferente daquela certificação para orgânicos que permite que o agricultor use um selo de “Orgânicos do Brasil” e possa comercializar para qualquer supermercado ou loja. O cadastro, de acordo com Brancher (2005), diferente da acreditação, permite apenas que o agricultor possa fazer o que chamamos de comercialização direta. Aquela direta ao consumidor final que acontece majoritariamente através das feiras orgânicas e agroecológicas. Esse cadastro também permite a venda de orgânicos ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE com um acréscimo de 30% no preço pago pelo Governo para o produto do agricultor

Nesse caso, as quatro instituições que compõem a feira (AGROFLOR, Terra e Vida, Terra Viva e AMATERRA) atuam como Organizações de Controle Social (OCS's). Elas promovem a interação entre os agricultores, levando a um controle interno das práticas por eles adotadas. Para isso, de acordo com Adeildo Barbosa (Figura 36), coordenador do Espaço das Graças e Presidente da Agroflor, contam com reuniões internas nas associações e o intercâmbio entre os agricultores:

“O processo de certificação não é tão simples assim, muitas vezes somos perguntados pelo povo sobre a certificação orgânica dos nossos produtos, aí temos que explicar desde o começo que não é desse jeito que eles pensam, e sim as OCS que dão esse aval. Cada instituição que faz parte do Espaço é uma OCS, a AGROFLOR é uma delas. Pra isso a gente não pode cochilar, todos os agricultores precisam estar em conformidade com os mesmos interesses, o da agroecologia. Se fazemos parte de um Espaço Agroecológico, precisamos plantar vender produtos agroecológicos, e se algum agricultor não estiver de acordo com essa cartilha, pode ir vender em outra feira, não tem problema. Já aconteceu de agricultor ser notificado e punido, por causa das práticas que não são do jeito que é pra ser. Temos as reuniões internas que são discutidas isso, e temos também um técnico agrícola que acompanha esses agricultores na casa deles”. (Adeildo Barbosa, agricultor, presidente da Agroflor e atual coordenador do Espaço Agroecológico, 2016).

Semelhante à Agroflor em Bom Jardim, a Terra e vida em Chã Grande também tem um sistema participativo de certificação. Segundo Miguel:

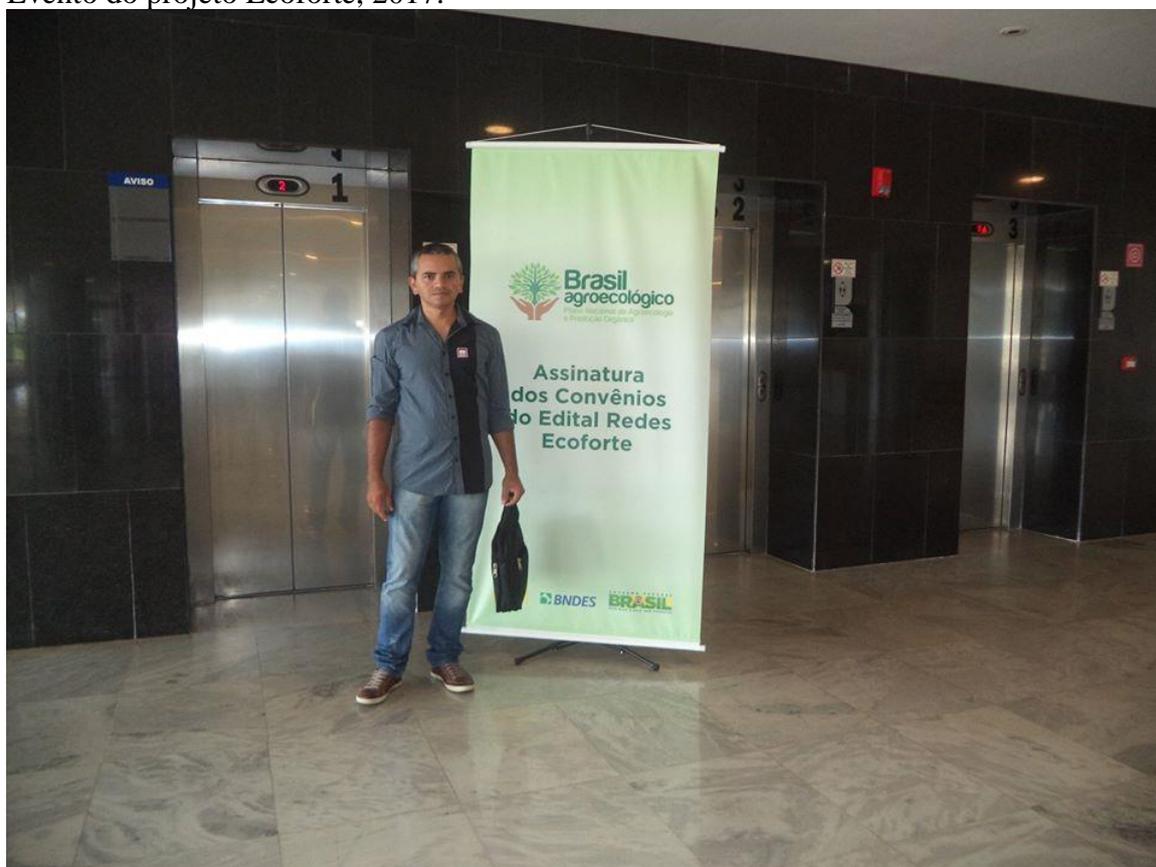
O bom das OCS's é que é um sistema interessante, a gente tem um controle firme aqui, não tem conversa. Quando um agricultor vem com um jeito de trabalhar que não é certo, a gente chama ele num canto e se não convencer na conversa a gente leva para todos os associados, então decide o que faz. A gente queria mesmo o selo, porque evitava dos clientes perguntar toda hora. Tem cliente que já disse que não era orgânico porque não tinha o selo. Mas precisa uma firma vir de fora pra analisar no sítio dos agricultores o plantio, porque se tiver qualquer restinho de veneno, mesmo que seja de longe, eles não aceitam não. A gente só não faz assim porque é muito caro pra a gente pagar. Mas era o certo. (Miguel Barbosa, agricultor, presidente da Associação Terra e vida e atual membro do Espaço agroecológico, 2017)

Figura 35 – Selo do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânico.



Fonte: Brasil orgânico, 2014.

Figura 36 – Adeildo Barbosa, coordenador do Espaço Agroecológico do bairro das Graças – Evento do projeto Ecoforte, 2017.



Fonte: acervo pessoal, 2017.

Mas um dos diferenciais do Espaço Agroecológico é justamente a proximidade e a interação entre os agricultores e os consumidores, que traz uma relação de familiaridade e confiança entre eles. Lenir Ferreira enfatiza a importância dessa interação:

Os clientes confiam realmente em nós, mas aconteceu de perguntar sobre o selo orgânico, se nossos produtos eram orgânicos mesmo. Daí a gente precisa ter paciência e explicar que é a associação quem faz a certificação, que a gente é uma OCS, e vai explicar o que é uma OCS (risos), a gente conversa é muito sobre isso, porque eles nem sabem o que é uma OCS, as vezes a gente passa bem meia hora falando. O que tira todas as dúvidas é quando eles vêm pra o nosso sítio e vê a gente trabalhando.

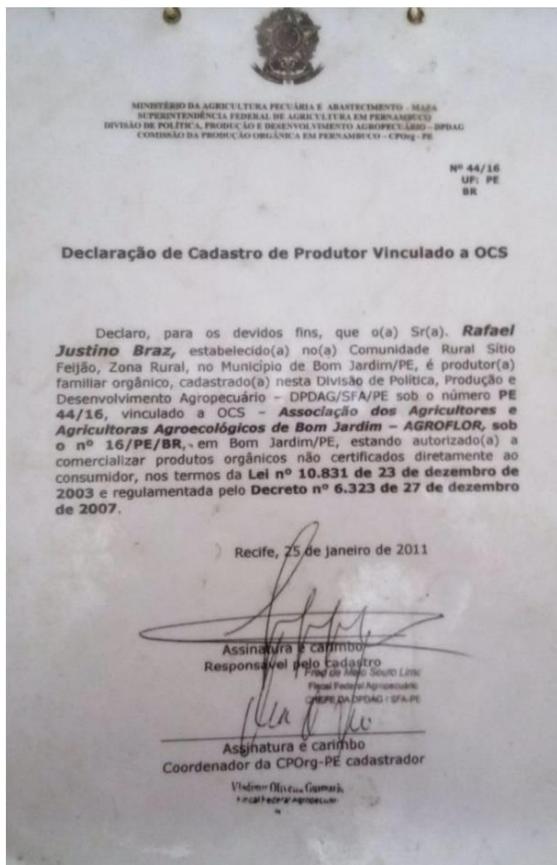
Em acordo formalizado em assembleia no ano de 2007, os agricultores precisam fixar em suas barracas o certificado atualizado emitido pelo MAPA através das Organizações de Controle Social (Figuras 37 e 38).

Nos sistemas participativos e de controle social, é importante, de acordo com Camargo (2015), haver um elo forte entre os que estão produzindo e os que estão comprando, de forma que todos os atores (produtores, consumidores, técnicos) possam participar do processo de garantia da qualidade orgânica.

Outro aspecto importante que merece destaque é que o Estado se tornou demandante de produtos orgânicos/agroecológicos. Por meio de políticas como PAA e PNAE, o Estado adquire produtos da agricultura familiar, se posicionando como um interventor de políticas que viabilizam o abastecimento e a segurança alimentar e nutricional da população. Estes programas, segundo Camargo (2015), incentivam os mercados locais e os sistemas agroecológicos, sobretudo, mas não exclusivamente, em decorrência de um diferencial de preço da ordem de 30% pago aos produtos orgânicos (GRISA, et al, 2011). Neste esquema, as OCS podem se beneficiar, já que as compras institucionais são entendidas como vendas diretas.

Muitos agricultores vinculados ao Espaço Agroecológico fornecem ou já forneceram alimento para os programas governamentais, participando ao mesmo tempo de vários Circuitos de comercialização ao mesmo tempo, como é possível acompanhar no quadro 6. De acordo com Adeildo Barbosa, atual coordenador do Espaço Agroecológico, e presidente da AGROFLOR o PAA e o PNAE são duas estratégias de comercialização que envolvem muito mais os agricultores que são associados e que não participam das feiras do Espaço do que os que participam:

Figura 37 – Declaração de cadastro de vínculo do agricultor com a Organização de controle Social.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - SEMEA
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA EM PERNAMBUCO
DIVISÃO DE POLÍTICA, PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO - DPDA
COORDENADORIA DA PRODUÇÃO ORGÂNICA EM PERNAMBUCO - CPOrg-PE

Nº 44/16
UF: PE
BR

Declaração de Cadastro de Produtor Vinculado a OCS

Declaro, para os devidos fins, que o(a) Sr(a). **Rafael Justino Braz**, estabelecido(a) no(a) Comunidade Rural Sítio Feijão, Zona Rural, no Município de Bom Jardim/PE, é produtor(a) familiar orgânico, cadastrado(a) nesta Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDA/SFA/PE sob o número PE 44/16, vinculado a OCS - Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos de Bom Jardim - AGROFLOR, sob o nº 16/PE/BR, - em Bom Jardim/PE, estando autorizado(a) a comercializar produtos orgânicos não certificados diretamente ao consumidor, nos termos da Lei nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003 e regulamentada pelo Decreto nº 6.323 de 27 de dezembro de 2007.

Recife, 25 de Janeiro de 2011

Assinatura e carimbo
Responsável pelo cadastro
Fidel de Melo Souto Lima
Fiscal Federal Agropecuário
CPOrg-PE/SFA/PE

Assinatura e carimbo
Coordenador da CPOrg-PE cadastrador
Vladimir Oliveira Gomes
Fiscal Federal Agropecuário

Fonte: acervo pessoal, 2017.

Figura 38 – A declaração de cadastro das OCS deve estar exposta nas barracas, como na foto (canto superior esquerdo das barracas)



Fonte: acervo pessoal

“Existem entregas nos programas do governo o PNAE que é direto nas prefeituras e o PAA, eu mesmo não faço entrega sempre, a prioridade é para quem não vai para a feira. A gente que faz parte da feira precisa dar uma segurada pra valorizar as pessoas que participam mandando os produtos pra cá. Como a fonte de renda delas é menor do que a nossa, do que as pessoas que participam, eles têm prioridade. Só quando eles não têm os produtos, ou não tem condições de produzir, a gente faz as entregas”. (Adeildo Barbosa, agricultor e atual coordenador do Espaço Agroecológico do bairro das Graças, 2016)

Quadro 6- Agricultores que acessam programas governamentais de venda direta

Agricultor(a)	PAA	PNAE
Pedro Custódio	X	X
João Custódio	X	X
Rafael Justino	X	X
Teresa/Cláudio Oliveira	X	
Adeildo Barbosa	X	X
Catonho	X	X
Severino José (Biu Sanfoneiro)	X	

Fonte: elaboração própria, 2018.

Apenas os agricultores associados à AGROFLOR, em Bom Jardim, chegaram a fornecer alimentos para o PNAE e para o PAA. As demais instituições nunca chegaram a ter acesso aos programas institucionais. Miguel Barbosa, presidente da Associação Terra Viva, afirma que o município de Chã Grande e os municípios vizinhos nunca chegaram a firmar proposta com a associação:

A gente já abriu conversa com a prefeitura mas não foi adiante, a proposta era muito exigente e a gente não ia conseguir dar conta de produzir como eles pediam. Na época precisava de uma reserva maior de produção, porque a gente até tinha produção, mas não ia conseguir ser pontual na entrega. Isso tem uns três anos, desde lá a gente nunca tentou não, a gente fornece pra uns restaurantes do Recife também, e tem a feira. E acabou que não deu pra se organizar. (Miguel Barbosa, Agricultor membro do Espaço Agroecológico do bairro das Graças e presidente da associação Terra Viva, 2017).

De acordo com João Custódio (figura 39), que acessou o PNAE e atualmente acessa o PAA através da AGROFLOR e da prefeitura municipal de João Alfredo, os programas governamentais são uma renda extra, fundamental para a manutenção do sítio e da família, mas são incertos:

“Faz uns 5 anos que eu boto produto pela AGROFLOR pra o governo, eu mesmo levava pra o grupo [escola] aqui perto de casa. Levei por um bocado de tempo. Mas por uma parte é bom que a pessoa ganha um dinheiro, mas é melhor levar as coisas pra feira mesmo, vender ao governo presta não, demora pra pagar, demora pra receber, é uma enrolação, só pede o que a pessoa não tem, as coisas tudo fora de safra. Aí é ruim, porque a pessoa tem que entregar tantos quilos de milho, por exemplo. Mas a pessoa só plantou uma boladinha pequena, aí a pessoa não vai conseguir cumprir a encomenda. Vai precisar comprar milho ao vizinho pra dar conta. Já teve encomenda pra entregar milho verde em novembro, que nem tempo de plantar milho é. Mas a gente vai se ajeitando, pior ainda é ficar sem dinheiro” (João Custódio agricultor membro do Espaço Agroecológico do bairro das Graças, 2017).

Opinião semelhante à de Severino José, conhecido como Biu Sanfoneiro (figura 40), que também reclama dos programas governamentais:

“Rapaz, a gente bota produto lá porque é o jeito. É um dinheiro a mais que chega é bom, mas o ruim é que o governo demora a pagar e pede as vezes produtos que a gente não tem como lucrar porque não é o tempo. A gente não pode vender feijão se a época é de mamão, pode? Eu parei por um tempo de botar produto, mas agora eu comecei a botar de novo, eu botei cará. Mas se eu arrumasse outro lugar de vender ou se na feira vendesse desse tanto de cará, eu vendia era lá mesmo, porque é meio sem futuro com o governo”. (Severino José, agricultor membro do Espaço Agroecológico do bairro das Graças, 2017).

Desta forma, conforme citado no quadro 6, apenas sete das vinte e uma família tem acesso aos programas governamentais. Mas a AGROFLOR envolveu ao todo 67 das 83 famílias que compõem o quadro de associados (que participam indiretamente do Espaço Agroecológico) nos programas institucionais.

Figura 39 – João e Luzia Custódio, agricultores membros do Espaço Agroecológico do Bairro das Graças.



Fonte: acervo do Centro Sabiá, 2017.

Figura 40 – Severino José (Biu Sanfoneiro), agricultor membro do Espaço Agroecológico desde o ano 2000.



Fonte: acervo do Centro Sabiá, 2017.

4.3 A ORGANIZAÇÃO INTERNA DO ESPAÇO AGROECOLÓGICO

A feira do bairro das Graças é a primeira das quatro feiras que compõem a rede Espaço Agroecológico. Posteriormente a ela foram criadas, as feiras de Boa Viagem²¹ no ano de 2001, Santo Amaro²² em 2015 e Benfica²³ 2016. No entanto, ela ainda permanece sendo a de maior expressão dentro da rede, possuindo maior circulação de consumidores e maior número de famílias participando do processo de comercialização, direta ou indiretamente.

Em 1997, um grupo com dez agricultores fundou a feira, e esse grupo permaneceu estável até meados de 1998, quando novos agricultores passaram a participar do processo de comercialização. Então, na medida que a convivência se tornou constante, foi idealizado um conjunto de regras a serem seguidas por todos os agricultores, fundadores ou não. Para Teresa Oliveira, apareceram algumas divergências entre os agricultores, o que motivou a criação de uma estrutura política que pudesse reger de forma democrática a convivência do Espaço Agroecológico:

²¹ O Espaço Agroecológico de Boa Viagem, que funciona semanalmente os sábados (entre 2h e 9:30h) é a segunda feira de produtos agroecológicos mais antiga do Recife, sendo fundada no ano de 2001 por agricultores provenientes dos mesmos lugares que os agricultores da feira do bairro das Graças.

²² O Espaço Agroecológico de Santo Amaro é a terceira feira da Rede, criada em 2015.

²³ O Espaço Agroecológico de Setúbal, é a mais recente feira da Rede Espaço Agroecológico, tendo sido fundada no final de 2015.

Nas primeiras feiras não tinha necessidade ainda dessas coisas que tem hoje, de coordenação, de regimento, de nada. Antes a gente só ia, vendia e pronto, seu pai sabe disso. Mas a gente percebeu que a feira da gente não devia ser de qualquer jeito, ela precisava crescer ainda, mas não era de todo jeito, precisava ser um negócio organizado, que todo mundo participasse e ninguém e sentisse de fora. Aí um dia a gente chamou todo mundo no final da feira e discutiu alguns problemas que vinham acontecendo, não lembro nem mais o que era, se que causou um grande mal-estar no meio do povo. Aí a gente decidiu elaborar um conjunto de regras para que cada agricultor, dos velhos ou dos novatos, começar a seguir ou então sofria algumas coisas. A ideia era servir de regra pra a gente conviver mesmo. (Teresa Oliveira, agricultora fundadora do Espaço agroecológico).

Essas reuniões nos finais das feiras (figura 41) motivaram a nomeação de pessoas que mediassem possíveis conflitos, que articulassem os outros agricultores em determinadas

Figura 41 – Reunião quinzenal nos fins da feira – abril de 2017



Fonte: acervo pessoal, 2017

questões junto com a assessoria técnica. Assim surge, de acordo com Dona Lourdes Negromonte, a coordenação da feira:

A gente resolvia todas as coisas no final da feira. Aconteceu de alguns dos meninos não querer seguir direito a cartilha como era pra ser. E sempre sempre acontecia alguma coisa, a gente era muito unido, graças a Deus ninguém nunca fez zoadá ali dentro, todos eram como se fosse da família. Mas precisava de algumas pessoas mais desenroladas pra organizar as reuniões, e quando o grupo cresceu mesmo, precisava de algumas pessoas que cuidasse mesmo das assembleias, que estivesse representando o interesse comum. Aí a gente pensou em fazer uma eleiçãozinha pra escolher essas pessoas. (Lourdes Negromonte, agricultora fundadora do Espaço Agroecológico, 2006)

Assim surgiu a ideia de uma estrutura política e de um conjunto de regras gerais a serem seguidas pelos membros. Com as metamorfoses do Espaço Agroecológico, foi necessário o desenvolvimento dessa estrutura. Em 1999, quando os agricultores já possuíam o trabalho solidificado, novos integrantes passaram a compor a feira, e as associações de agricultores começaram a surgir, mediando a organização e o acompanhamento aos agricultores proveniente dos quatro municípios, houve a necessidade de desenvolver tanto a carta de princípios, quanto as reuniões semanais.

Somando-se a isso, através de um evento trágico, surgiu outra estratégia de organização dos agricultores: o “Fundo de Feira”. Durante o trajeto para a feira, no ano de 1998, Cláudio e Teresa Oliveira se envolveram em um acidente de trânsito que os deixou temporariamente incapacitados de trabalhar e, conseqüentemente, de participar da feira. Segundo Cláudio Oliveira:

Aconteceu na pista vindo pra cá né, o Toyota lotado virou com a gente dentro e foi uma bagaceira só, perdemos a produção toda, os produtos ficaram todos espalhados na pista, as caixas de isopor quebrou foi tudo. Na época que eu me acidentei com Teresa, tanto os agricultores como os clientes nos ajudaram na recuperação e agente conseguiu pagar tudo com produto e teve cliente que não aceitou que a gente pagasse. A gente passou muita dificuldade mesmo, porque na época, Marcones, era pobreza mesmo, seu pai mesmo deu muita força pra gente nessa época. E foi assim que surgiu a ideia de guardar um dinheirinho pra o agricultor que precisar, se queimar um motor, se precisar comprar um estrume, se precisar por um motivo de doença. Porque o fundo de feira já ajudou muita gente mesmo. (Cláudio Oliveira, agricultor fundador do Espaço Agroecológico e atual membro, 2017)

De acordo com o regimento interno (2004):

Art. 3 - O Fundo:

I - O Fundo do Espaço Agroecológico é uma contribuição dada por cada sócio/a que comercializa diretamente ou que envie produto para o E. A.;

II - Cada espaço de comercialização que for criado com o nome de Espaço Agroecológico terá seu Fundo próprio.

III - Os recursos arrecadados pelo Fundo serão utilizados para a manutenção e o melhoramento do Espaço, sempre

Assim, em 1999 há a reformulação da estrutura organizacional da feira. Conjuntamente com os técnicos que prestavam assessoria, que propuseram uma coordenação conjunta com três componentes: o coordenador geral, responsável pela organização das reuniões de assessoria e de fins de feira, o coordenador secretário, que auxilia o coordenador geral e o tesoureiro, responsável pelo fundo de feira e pelas prestações de contas, relativas a saídas de recurso de caixa para agricultores, ou na organização de eventos. Adeildo Barbosa, coordenador do Espaço Agroecológico no decurso da pesquisa, esclarece que:

O papel da coordenação no Espaço é muito importante porque é um órgão responsável, porque tem vários problemas internos na feira que precisa de uma coordenação para resolvê-los. Existe um coordenador geral, tesoureiro e secretário. São períodos de dois anos que há eleição e os agricultores escolhem em assembleia esses coordenadores. Daqui a dois anos virá outro agricultor e assumirá a coordenação. Ela tem a função de resolver problemas da Feira. Mas o que a gente não consegue resolver na feira a gente resolve nas assembleias que lá onde são discutidos os pepinos maiores, não só da feira das Graças, mas de todos os Espaços agroecológicos: Boa viagem, Setúbal e Santo amaro. Há uma reunião de coordenação que antecede a assembleia, onde a gente discute a pauta da assembleia. E de quinze em quinze dias tem a reunião na própria feira, onde se discute os problemas que são da feira, eventos, feiras que mudam de data (natal e semana santa). Tudo é decidido em acordo com os agricultores, mas é organizado pelos coordenadores. (Adeildo Barbosa, agricultor e atual coordenador do Espaço Agroecológico do bairro das Graças, 2016).

As assembleias (figura 42) surgiram com a proposta de levar ao conhecimento de todos os membros do Espaço Agroecológico problemas cuja resolução não é alcançada nas reuniões quinzenais nos fins da feira, ou assuntos de cunho um pouco mais sério que precisam de maior tempo de apreciação, e, por isso, discutidas em conjunto. Assim, as primeiras assembleias tem

Figura 42 – Assembleia do Espaço Agroecológico - Dezembro de 2017.



Fonte: acervo pessoal, 2017

como tema a organização interna através da elaboração do Regimento Interno, concluído apenas em 2004.

Segundo o próprio Regimento Interno (2004), as assembleias são os centros de tomada de decisão conjunta:

Art. 11:

I - As assembleias são o órgão supremo do Espaço Agroecológico, podendo tomar qualquer decisão de interesse comum do Espaço Agroecológico., dentro dos limites legais deste regimento interno;

II - A Assembleia reunir-se-á, ordinariamente, três (03) vezes por ano e extraordinariamente, sempre que for julgado conveniente;

Um dos pontos que mais ocupam as pautas das assembleias são os que tratam dos reajustes da tabela de preço. O preço equitativo é um diferencial importante das feiras do Espaço Agroecológico em relação às feiras livres e o mercado convencional. A tabela foi criada com o intuito de proteger os agricultores das flutuações do mercado convencional, da concorrência interna, da especialização da produção em detrimento da diversidade, e de possibilitar o acesso dos consumidores e dos agricultores a um preço justo.

Entre os anos de 2014 e 2016, foram feitos 121 reajustes²⁴ na tabela de preços do Espaço Agroecológico, que possui uma variedade de 112 produtos registrados. O tema constituiu ponto de pauta em sete de oito assembleias no mesmo período. Esse diferencial do Espaço agroecológico, com os preços tabelados, divide opiniões entre os agricultores. Para Adeildo Barbosa:

A tabela de preço mantém o equilíbrio durante todo o ano, que no mercado convencional quando tem muita oferta o preço cai e quando tem pouca oferta o preço aumenta, no nosso caso quando isso acontece, temos períodos naturais de desabastecimento devido a safra, quando as coisas estão muito caras na feira livre permanecem no mesmo preço no espaço agroecológico. O preço é reajustado quando há uma conversa entre os agricultores em reunião na própria feira, e é discutido esse ponto, se há um descontentamento geral, onde as vezes até os consumidores dizem que a lá fora o produto está caro e a gente está vendendo barato demais, a gente leva para a assembleia geral. Ela nos dá um equilíbrio e a possibilidade de se planejar, porque aqui temos um custo alto com transporte, não podemos estar desprotegidos, podendo ter uma feira fraca que não poder nem pagar o transporte. Essa estabilidade é importante para o cliente e para nós. Então se precisa cobrir os custos de transporte, o custo de produção, com insumos, animais, que muitas vezes compramos esterco para a produção de hortaliça. Se fossemos depender da oscilação que existe lá fora, não íamos poder existir, porque em muitas vezes no ano íamos sofrer muito com as baixas de preço e também nos períodos de escassez. (Adeildo Barbosa, agricultor e atual coordenador do Espaço Agroecológico do bairro das Graças, 2016).

Para alguns agricultores, sobretudo os que plantam alimentos de ciclos curtos como as hortaliças e os legumes, a tabela de preço é uma dificuldade, por impedir a regulação do preço de acordo com a quantidade de produtos ofertados e a procura por parte dos consumidores, de acordo com José Pedro, conhecido como Catonho, a tabela de preço não equilibra os rendimentos em épocas de abundância e escassez:

Na época da safra a gente sofre um pouco, porque o cliente reclama mais, tem mais produto e o cliente acha ruim, mas a gente explica a ele que é o mesmo preço porque é tabelado. A feira da gente é o mesmo preço, quando tá barato lá fora aqui permanece mas quanto tá muito caro lá fora, aqui também permanece. De qualquer maneira a gente sente, porque na época de safra a gente sente um pouco, quando também o produto tá escasso e é a hora de a gente ganhar um pouquinho a mais também não pode subir os preços por causa da tabela. (José Pedro, agricultor membro do Espaço Agroecológico, 2017).

Na prática, a tabela de preços permite um maior planejamento por parte dos agricultores e dos consumidores, apesar de trazer, muitas vezes, prejuízos em épocas de desestabilização da

²⁴ A tabela de preços possui um grande número de variação de preços, dada a diversidade de produtos comercializados.

produção, em épocas de grande safra ou de escassez. A estratégia funciona com relativa eficácia por tratar-se de um Circuito alimentar autônomo, onde a produção e o consumo são feitos pelas mesmas pessoas, ou no máximo um intermediário, não recebendo dessa forma, influencia direta do mercado convencional.

A tabela 5 mostra a evolução em produtos que tiveram maior percentual de reajuste entre 2011 e 2017.

Tabela 5- Produtos que sofreram maior reajuste entre 2011 e 2017

Produtos que mais sofreram reajuste nas assembleias de 2015 a 2017							
Alimento	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Inhame	2, 00 R\$/kg	3,50, 00 R\$/kg	--	--	4, 50 R\$/kg	--	6, 00 R\$/kg
Banana Prata	0, 10 R\$/unidade	--	0,15 R\$/unidade	--	0, 25 R\$/unidade	--	0,30 R\$/unidade
Tomate	6, 00 R\$/kg	--	8, 00 R\$/kg	--	--	9,50 R\$/kg	11, 00 R\$/kg
Mel	15, 00 R\$/L	--	--	--	20, 00 R\$/L	--	22, 00 R\$/L
Pastel	1, 00 R\$/unidade	1, 50 R\$/unidade	--	--	2, 00 R\$/unidade	--	3, 00 R\$/unidade
Queijo	11, 00 R\$/kg	--	15, 00 R\$/kg	--	18, 00 R\$/kg	--	22, 00 R\$/kg

Fonte: elaboração própria, 2017.

Os produtos que sofreram maior reajuste foram justamente os beneficiados, aqueles que passam pelo processo de manipulação, como no caso do queijo, que teve, entre 2011 e 2017, um acréscimo de 100% do valor, passando de 11, 00 R\$ para 22, 00 R\$, e o valor do pasteu, que entre o mesmo período teve o valor triplicado, passando de 1, 00 R\$, em 2011, para 3, 00 R\$ em 2017. Alguns outros produtos, que sofreram com a estiagem, como o inhame e a banana prata, também tiveram um aumento considerável, aumentando o triplo de seus valores entre 2011 e 2013.

Portanto, a feira possui (1) um regimento interno formalizado, que contém as regras e disposições gerais para os membros do Espaço Agroecológico; (2) uma coordenação por feira, com três representantes dos agricultores: Coordenador geral, coordenador secretário e

tesoureiro; (3) as assembleias, que são as reuniões gerais com todos os agricultores que são responsáveis pelas discussões mais amplas, (4) um fundo rotativo, que objetiva a criação de uma economia que permita melhorias na estrutura física da feira e para ser acessado para algum agricultor que passe por dificuldades graves; e (5) a tabela de preços, que regula a flutuação dos preços dos alimentos da feira.

4.4 A ASSESSORIA TÉCNICA DO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ

O Espaço Agroecológico, como mostrado ao longo de todo o segundo capítulo, é fruto de um trabalho anterior muito maior, que é o do desenvolvimento dos SAF's pelos agricultores. Toda a gênese do trabalho se deu por meio do acompanhamento do Centro de desenvolvimento agroecológico Sabiá, desde o trabalho de extensão rural, feito diretamente nas propriedades durante as primeiras experiências em agroecologia, quanto nas primeiras tentativas de comercialização que antecederam e geraram o Espaço Agroecológico.

Assim, a assessoria técnica mudou muito ao longo do tempo. De acordo com Adeildo Fernandes a assessoria passou por uma série de mudanças ao longo do tempo:

O trabalho de assessoria no início era ao mesmo tempo mais intenso e menos abrangente, por que? A gente acompanhou desde o início os trabalhos muito de perto em Bom Jardim e em Abreu e Lima, mesmo antes de existir o Sabiá. Lá em Jones, Flávio Duarte, o técnico da época, chegou a morar lá um tempo, Joseilton também. Ou seja, era um trabalho muito intenso, que a gente se envolveu de verdade. Depois que o trabalho veio dando frutos, passamos então para a fase da comercialização, que mais uma vez teve uma ajuda muito grande nossa lá em Umari. Era feito um trabalho de base muito grande, muito pegado. Precisávamos nos desdobrar em três, as vezes, porque tinha agricultor que tava mais a fim no trabalho agrícola, e tinha agricultor que tava mais preocupado em criar abelhas, assim era um meio de dar assistência no próprio sítio dos agricultores. (Adeildo Fernandes, ex-coordenador de comercialização do Centro Sabiá, 2016).

Ou seja, o Centro Sabiá esteve diretamente envolvido no início dos trabalhos em agroecologia tanto em Bom Jardim quanto em Abreu e Lima. A assessoria, inicialmente, de acordo com o próprio Adeildo Fernandes possuía um cunho assistencialista, no sentido que os técnicos intervinham no trabalho prático com os agricultores. Nesse sentido, Claudio Oliveira destaca a importância do acompanhamento técnico ao longo dos trabalhos:

E foi me proposto que eu começasse o trabalho no sistema agroflorestral, com a proposta de trazer um técnico aqui. Flávio Duarte, que era o técnico na época, veio e propôs que plantasse um fio de bananeira. Ele plantou a batata mesmo e eu pensei que numa terra seca dessa era impossível pegar uma batata na terra seca ainda. Ele fez um buraco grande, cobriu com terra e cobertura morta, e eu vi que funcionava. A partir daí fomos se inserindo e o Centro Sabiá me convidou a participar de um intercâmbio lá em Jones, e chegando lá eu fiquei besta e isso me incentivou muito.

O Centro Sabiá, de acordo com Figueiredo e Lima (2006), também participou da assessoria à primeira experiência em comercialização em Umari, dando suporte aos agricultores de Bom Jardim, assim como na primeira feira do Espaço Agroecológico na Praça da Jaqueira. Em termos estruturais, os agricultores de Gravatá e Chã Grande utilizaram as barracas da feira orgânica de Gravatá, e os agricultores de Bom Jardim e Abreu e Lima tiveram as barracas alugadas e o transporte custeado pela assessoria do Centro Sabiá. Além do suporte prestado na primeira feira, a assessoria dividiu o valor dos transportes com os agricultores durante os primeiros dois meses do Espaço Agroecológico.

O trabalho de assessoria variou durante o tempo, fora criada uma coordenação específica para a comercialização, o que aproximou e delimitou a linha de atuação da assessoria da ONG em relação ao Espaço Agroecológico. Adeildo Fernandes (figura 43), antigo coordenador de comercialização do Centro Sabiá (figura 44) afirma que o trabalho de assessoria se baseava em dar suporte estratégico aos agricultores:

“O objetivo da assessoria na época era fornecer um apoio aos agricultores, tanto apoio estratégico quanto apoio logístico. A comercialização não foi ideia nossa, foi ideia dos agricultores, que passaram a ter uma produção de altíssima qualidade, mas um mercado que não estava à altura. Mas eles não tinham meios de concretizar essas ideias, por isso o Sabiá entrou com uma contrapartida forte, a gente elaborou projetos junto com a AMAS²⁵, e conseguimos angariar recursos para dar um apoio bacana pra os agricultores na exposição de alimentos no dia da alimentação, que acabou sendo a primeira feira. A gente manteve o apoio por um tempo, até o pessoal conseguir caminhar com as próprias pernas” (Adeildo Fernandes, ex-coordenador de comercialização do Centro Sabiá, 2016).

Com o passar do tempo, o papel da assessoria passou por uma mudança considerável. Os agricultores, ao passar a ter autonomia, assumiram todos os custos de produção e comércio. A assessoria, atualmente, desempenha um papel político e organizacional no âmbito das feiras e também da produção. Davi Fantuzzi (Figura 45), atual coordenador de comercialização do

²⁵ Associação Menonita de Assistência Social.

Figura 43 - Adeildo Fernandes, ex-coordenador de comercialização do Centro Sabiá



Fonte: acervo pessoal, 2012.

Figura 44- Logomarca do Centro Sabiá



Fonte: Sabiá, 2014.

Figura 45- Davi Fantuzzi, atual coordenador de comercialização do Centro Sabiá



Fonte: Davi Fantuzzi, 2013.

Centro Sabiá desempenha essa aproximação entre os agricultores e a ONG. De acordo com ele, a assessoria passou a desenvolver um trabalho um pouco mais amplo, nos últimos anos:

A gente acompanhava as feiras, mas a gente não acompanhava a Terra viva e a ASSIM²⁶, a AMA-terra nem suas famílias, a gente tinha um acompanhamento que era mais próximo que foi a AGROFLOR e a Terra e Vida, que é bem mais recente. A AGROFLOR é bem mais camponesa, e a Terra e Vida é bem mais urbanizada, tem neo-rurais pessoas que viveram sempre na zona urbana e embarcaram na vida rural, fizeram o caminho inverso e a gente não dava conta de acompanhar, é isso. Portanto, a assessoria tinha um caráter mais pontual, ligada às feiras, somente às feiras. Mas ganhou uma nova compreensão do ponto de vista institucional, de que isso são territórios, no momento a gente está sem recurso, então acaba diminuindo a nossa incidência, mas com a institucionalização dos territórios, a gente diminui, mas não cessa de todo a assessoria. (Davi Fantuzzi, atual coordenador de comercialização do Centro Sabiá, 2017).

O projeto Ecoforte, ainda de acordo com Davi Fantuzzi, desempenhou um papel importantíssimo no que se refere à assessoria técnica às feiras e aos produtores, possibilitando que haja uma aproximação muito mais efetiva entre coordenação e a atual Rede Espaço agroecológico. O trabalho de assessoria pode variar, de acordo com a associação:

O caráter da assessoria é muito diferente dependendo da situação. Em bom jardim a Agroflor tem muito mais facilidade em apreender a questão da assessoria do centro Sabiá, não só dizer, mas a gente percebe que outras organizações que não entendem essa assessoria porque não tem um técnico indo lá dizendo o que eles tem que fazer. A gente não trabalha assim. A gente trabalha muito mais no âmbito político, numa pegada muito mais dialógica do que uma pegada assistencialista. (Davi Fantuzzi, atual coordenador de comercialização do Centro Sabiá, 2017).

Desta forma, O Espaço Agroecológico do bairro das Graças é articulado através das associações dos agricultores, no caso a Agroflor, de Bom Jardim, a Terra Viva de Chã Grande, a Terra e Vida, de Abreu e Lima, e a AMA-terra, de Gravatá, que possuem autonomia para gerir os agricultores que participam da Feira. A assessoria técnica objetiva, nesse sentido, acompanhar esses agricultores, mediante as instituições, e possibilitar um aporte teórico às práticas exercidas pelos agricultores.

²⁶ Associação dos Produtores Agroecológicos e Moradores do Imbé, Marrecos e Sítios Vizinhos.

4.5 CARACTERIZAÇÃO DOS AGRICULTORES VINCULADOS À VENDA DIRETA

Atualmente vinte e uma famílias, provenientes de quatro municípios pernambucanos, estão envolvidas diretamente no processo de comercialização no Espaço Agroecológico no bairro das Graças, levando semanalmente os seus produtos. Assim, há uma série de diferenças provenientes de razões sociais e econômicas. As diversas origens dos participantes da feira, resultantes de diferentes contextos, dão uma considerável heterogeneidade ao perfil dos agricultores, como por exemplo a estrutura fundiária diversa, um modelo de organização diferente e cultivos diferentes. Assim, este subcapítulo vem tentar responder a pergunta: quem são os participantes do Espaço Agroecológico?

Hoje, quarenta e seis pessoas, distribuídas em vinte e uma famílias, participam diretamente do processo de comercialização. Esses agricultores, são organizados em quatro organizações distintas: a Agroflor, de Bom Jardim, a AMA-terra de Gravatá, a Terra Viva, de Chã Grande, e a Terra e Vida, de Abreu e Lima. Todas essas instituições incentivam a sindicalização dos trabalhadores, fazendo com que todos os participantes do Espaço Agroecológico do bairro das Graças sejam filiados a um Sindicato. Esse é um fato importante para a própria maneira de como eles se auto definem. Todos os participantes entrevistados se declaram como agricultores, inclusive os que se dedicam exclusivamente ao processo de beneficiamento.

A presença feminina se destaca na produção e venda dos produtos beneficiados. Das dezessete mulheres que participam da comercialização direta (37% do total de participantes da feira), treze trabalham exclusivamente com o beneficiamento (Figura 46). Também são as mulheres com maior grau de escolaridade em relação aos homens (como mostra a tabela 6), todas chegaram a frequentar a escola, e seis concluíram o ensino médio.

Figura 46- Mulheres do Espaço Agroecológico comercializando produtos beneficiados – Teresa Oliveira e sua filha Carla Oliveira. Março de 2016



Fonte: acervo pessoal, 2016.

Tabela 6- Escolaridade dos agricultores do Espaço Agroecológico do bairro das Graças

Grau de instrução	Homens	Mulheres
Nunca estudaram	6	--
Ensino Fundamental (anos iniciais)	14	4
Ensino fundamental (anos finais)	6	7
Ensino médio	3	6
TOTAL	29	17

Fonte: Elaboração própria, 2018

Por outro lado, dentre os homens é elevada a quantidade de pessoas com baixa escolaridade, ou que nunca frequentaram a Escola. Entre os entrevistados, apenas três do sexo masculino concluíram o ensino médio. Esse é um indicador importante quando se refere à população residente no campo, pois a baixa escolaridade decorre do trabalho desde a adolescência ou mesmo desde a infância.

Outro fator que contribui para tão baixo nível de escolaridade é a idade elevada dos agricultores, em relação às agricultoras, como mostrado na tabela 7.

Tabela 7- Distribuição etária dos agricultores participantes da feira

Faixa etária	Homens	Mulheres
0 ~ 18 anos	3	2
18 ~ 35 anos	6	5
35 ~ 60 anos	8	10
Mais que 60 anos	12	--

Fonte: elaboração própria.

Sobre isso, Sebastião Luiz, agricultor do sítio Mutúns, em Chã Grande, que frequentou a escola nos anos iniciais (até a 4ª série), afirma que o acesso à educação formal durante a sua adolescência era precário, sobretudo para os trabalhadores do campo:

Na minha época de menino era tudo diferente de hoje em dia, eu ganhei um presente quando eu tinha sete anos, que foi uma enxadinha nova, bem acunhada. O povo de casa precisava de gente pra trabalhar, eu sou o segundo de cindo irmãos, tinha que ir trabalhar mesmo. Quem ia mais na escola eram as meninas, que o trabalho era menos pesado. Eu até gostava de ir na escola, mas precisava trabalhar, se não trabalhasse, não comia. Aí as meninas lá de casa chegaram a se formar e tudo, mas eu e meu irmão não. Eu estudei até a quarta série só, no meio do ano eu deixei porque eu lembro que a gente colocou um roçado de batata e meu pai precisava de braço pra ajudar ele. Aí eu fui. Como o roçado era grande, demorou tanto trabalhando lá que eu terminei desistindo. (Sebastião Luiz, agricultor membro do Espaço Agroecológico, 2017).

Segundo Saraiva (2018), o analfabetismo do país caiu 31% entre 2001 e 2011. Neste período, a taxa de analfabetos entre a população de 15 anos ou mais de idade passou de 12,1% para 8,6% da população. No entanto, ao se aprofundar o perfil dos que não sabem ler e escrever no país as disparidades entre região, raça e renda do país são expressivas. Nas zonas rurais a taxa de analfabetismo em 2011 era de 21,2%, o dobro da média nacional, enquanto nas zonas urbanas a taxa encontrada foi de 6,5% para o mesmo ano. Entre as pessoas que residem no campo com idade acima de 50 anos esses números são ainda mais expressivos, cerca de 24, 8% da população é analfabeta.

Números parecidos com os dados do Espaço Agroecológico, onde se verificou que 10 pessoas (6 das quais, acima dos 60 anos de idade), não sabem ler e escrever, ou seja 22% do total de agricultores são analfabetos, e 60% desse montante apresentam idade acima de 60 anos.

No que se refere à questão fundiária, a maioria das 21 famílias agricultoras são proprietárias das terras que cultivam (doze ao todo), que no geral, são pequenas propriedades, a maior delas não excede os 25 hectares, como mostrado na tabela 8. Oito famílias moram e

trabalham em terras provenientes de herança, o que é um dado importante, afinal, apesar de possuir um vínculo estreito com o lugar, não detém a posse integral da terra, trazendo assim uma incerteza sobre a continuidade do trabalho a médio e longo prazo. A posse da terra é um fator determinante para a produção agroecológica. Normalmente, o trabalho de recuperação de uma área degradada pode levar anos, terras arrendadas ou em posse temporária impossibilitam que esse trabalho possua a continuidade necessária.

Tabela 8- Estrutura fundiária dos agricultores participantes da feira

Quantidade de Hectares	Detém propriedade	Terras de herdeiros	Terras arrendadas
Menos de 2 hectares	3	--	1
2 ~ 5 hectares	5	3	--
5 ~ 10 hectares	2	4	--
Mais de 10 hectares	2	1	--

Fonte: elaboração própria.

Observamos que em sua totalidade, os agricultores que frequentam o Espaço agroecológico possuem origem camponesa²⁷, apenas 8% (4 pessoas das 46 participantes) chegaram a fixar residência na zona urbana, mas em sua totalidade possuem raízes na zona rural, é possível constatar essa continuidade na agricultura pelos próprios dados fundiários, das vinte e uma famílias participantes da feira, vinte residem em sua comunidade de origem, e dessas vinte, quatorze residem no mesmo sítio que pertencia aos seus antepassados. O estreitamento dos vínculos de afetividade com o lugar aumenta a possibilidade de uma experiência agroecológica bem-sucedida. Como é o caso de Rafael Justino, cuja propriedade foi deixada por seus pais como herança para ele e seus irmãos, e posteriormente comprada aos outros herdeiros:

²⁷ Para mais, ver: OLIVEIRA, A. **A longa marcha do campesinato brasileiro**: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária, Estudos Avançados 15 (43), São Paulo, 2001.

Eu sou o caçula de treze irmãos, antes de mim vieram doze, que pouco a pouco foram saindo de casa. Muitos casaram e foram morar em outros sítios daqui mesmo, muitos viajaram pra o Recife e a maioria foi pra São Paulo. Eu fiquei até o fim com o meu pai, que morreu primeiro e depois com a minha mãe. Todos foram embora e eu fiquei. Eu tenho cinquenta e sete anos, e moro nessa casa há cinquenta e sete também. Quer dizer eu virei agricultor aqui. Aos poucos fui comprando as partes dos meus irmãos, todos eles concordaram em vender, e hoje a terra toda é no meu nome. Tem nove hectares ao todo, a única coisa ruim aqui é que não tem água suficiente pra trabalhar do jeito que eu quero. (Rafael Justino, agricultor fundador do Espaço Agroecológico e atual membro, 2016).

Apesar do sítio Inhamã, em Abreu e Lima, virar um assentamento, após a desativação do engenho Inhamã, Jones e Lenir Ferreira adquiriram a terra de outras pessoas que já não eram assentados:

A gente comprou essa poção de terra que tem um hectare só, a gente comprou a um conhecido nosso que era o dono. Aqui antes era uma grande plantação de cana, que era moída no antigo engenho que existia aqui nas proximidades. O plantio foi diminuindo até que o engenho fechou as portas, e as terras viraram assentamento. Quando compramos, o antigo dono já não era mais assentado. (Jones Severino, agricultor fundador do Espaço Agroecológico, 2016)

No quadro 7, podemos observar a composição atual do Espaço Agroecológico, sendo sete famílias agricultoras associados à Agroflor de Bom Jardim, oito associadas à AMA-terra de Gravatá, cinco associadas à Terra Viva de Chã Grande e uma associada à Terra e Vida de Abreu e Lima.

Quadro 7- Caracterização das famílias que participam da feira do Espaço Agroecológico

Barracas e seus proprietários	Origem da família/Estratégias de comercialização
<p>1. Pedro Custódio</p> 	<p>Origem: Sítio Feijão/Bom Jardim Instituição: Agroflor Estratégias:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Feira – E.A. das Graças ✓ Venda na propriedade; ✓ PAA; ✓ PNAE;

<p>Fonte: Acervo pessoal, 2017</p>	
<p>2. João Custódio</p>  <p>Fonte: Acervo pessoal, 2017</p>	<p>Origem: Sítio Paquevira/Bom Jardim Instituição: Agroflor Estratégias:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Feira – E.A. das Graças; ✓ Feira – E.A. de Sto. Amaro; ✓ Venda na propriedade; ✓ PAA; ✓ PNAE;
<p>3. Rafael Justino</p>  <p>Fonte: Acervo pessoal, 2017</p>	<p>Origem: Sítio Feijão/Bom Jardim Instituição: Agroflor Estratégias:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Feira – E.A. das Graças ✓ Venda na propriedade; ✓ PAA; ✓ PNAE;
<p>4. Lenir Ferreira</p>  <p>Fonte: Acervo pessoal, 2017</p>	<p>Origem: Sítio Inhamã/Abreu e Lima Instituição: Terra e Vida Estratégias:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Feira – E.A. das Graças; ✓ Feira – E.A. de Boa Viagem; ✓ Venda na propriedade; ✓ Ecoturismo.
<p>5. Cláudio Oliveira</p>	<p>Origem: Sítio Oiteiro/Bom Jardim Instituição: Agroflor Estratégias:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Feira – E.A. das Graças ✓ Venda na propriedade;

 <p>Fonte: Acervo pessoal, 2017</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ PAA;
<p>6. Adeildo Barbosa</p>  <p>Fonte: Acervo pessoal, 2017</p>	<p>Origem: Sítio Feijão/Bom Jardim Instituição: Agroflor Estratégias:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Feira – E.A. das Graças ✓ Venda na propriedade; ✓ PAA; ✓ PNAE;
<p>7. Antônio Pedro (Catonho)</p>  <p>Fonte: Acervo pessoal, 2017</p>	<p>Origem: Sítio Santa Cruz/Bom Jardim Instituição: Agroflor Estratégias:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Feira – E.A. das Graças ✓ Venda na propriedade; ✓ PAA; ✓ PNAE;
<p>8. Severino José (Biu Sanfoneiro)</p>  <p>Fonte: Acervo pessoal, 2017</p>	<p>Origem: Sítio Santa Cruz/Bom Jardim Instituição: Agroflor Estratégias:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Feira – E.A. das Graças ✓ Venda na propriedade; ✓ PAA;

9. Wellington Luiz

Fonte: Acervo pessoal, 2017

Origem: Sítio Mutuns/Chã Grande

Instituição: Terra Viva

Estratégias:

- ✓ Feira – E.A. das Graças
- ✓ Venda na propriedade;
- ✓ Venda para restaurante;
- ✓ Entrega em domicílio.

10. Miguel Barbosa

Fonte: Acervo pessoal, 2017

Origem: Sítio Mutuns/Chã Grande

Instituição: Terra Viva

Estratégias:

- ✓ Feira – E.A. das Graças
- ✓ Venda na propriedade;
- ✓ Venda para restaurante;
- ✓ Entrega em domicílio.

11. José Davino

Fonte: Acervo pessoal, 2017

Origem: Sítio Mutuns/Chã Grande

Instituição: Terra Viva

Estratégias:

- ✓ Feira – E.A. das Graças
- ✓ Venda na propriedade;
- ✓ Venda para restaurante;
- ✓ Entrega em domicílio.

12. Benedito Caetano

Fonte: Acervo pessoal, 2017

Origem: Sítio São Severino/Gravatá

Instituição: AMA-terra

- ✓ Feira – E.A. das Graças
- ✓ Feira de produtos Orgânicos - Gravatá

13. Danielle Pereira

Fonte: Acervo pessoal, 2017

Origem: Sítio São Severino/Gravatá

Instituição: AMA-terra

Estratégias:

- ✓ Feira – E.A. das Graças
- ✓ Venda para restaurante;

14. Jocilene Ferreira (Cilene)

Fonte: Acervo pessoal, 2017

Origem: Sítio São Severino/Gravatá

Instituição: AMA-terra

Estratégias:

- ✓ Feira – E.A. das Graças;
- ✓ Feira – E.A. de Sto. Amaro;
- ✓ Venda na propriedade;

15. Sebastião Luiz

Fonte: Acervo pessoal, 2017

Origem: Sítio Mutuns/Chã Grande

Instituição: Terra Viva

Estratégias:

- ✓ Feira – E.A. das Graças
- ✓ Venda na propriedade;
- ✓ Venda para restaurante;
- ✓ Entrega em domicílio.

16. João Xavier (Capeta)

Fonte: Acervo pessoal, 2017

Origem: Sítio São Severino/Gravatá

Instituição: AMA-terra

Estratégias:

- ✓ Feira – E.A. das Graças
- ✓ Venda na propriedade;

17. Valdomiro José

Origem: Sítio São Severino/Gravatá

Instituição: AMA-terra

Estratégias



Fonte: Acervo pessoal, 2017

- ✓ Feira – E.A. das Graças;
- ✓ Feira de produtos Orgânicos - Gravatá

18. Amaro Silva



Fonte: Acervo pessoal, 2017

Origem: Sítio São Severino/Gravatá

Instituição: AMA-terra

- ✓ Feira – E.A. das Graças;
- ✓ Venda na propriedade.

19. Maria de Lourdes



Fonte: Acervo pessoal, 2017

Origem: Sítio São Severino/Gravatá

Instituição: AMA-terra

- ✓ Feira – E.A. das Graças;
- ✓ Venda na propriedade.

20. Isabela Pereira



Fonte: Acervo pessoal, 2017

Origem: Sítio São Severino/Gravatá

Instituição: AMA-terra

- ✓ Feira – E.A. das Graças;
- ✓ Venda na propriedade.

21. Severino José (Bibi)

Origem: Sítio Mutuns/Chã Grande

Instituição: Terra Viva



Fonte: Acervo pessoal, 2017

- ✓ Feira – E.A. das Graças
- ✓ Venda para restaurante;

Fonte: elaboração própria, 2018.

No que se refere a questão de rentabilidade, constata-se que os produtos beneficiados são aqueles que dão melhor retorno financeiro às famílias agricultoras, fazendo com que a família agricultora consiga agregar 70% do valor através do beneficiamento. É Adeildo Barbosa:

Alguns produtos eu beneficio, faço bolos, tenho leite de cabra que faço o queijo, faço tofú, faço ricota de cabra e os beneficiados ajudam a atravessar os períodos de escassez. Quem beneficia atravessa melhor os períodos de dificuldade, de entressafra do que quem depende somente do plantio. Porque no momento de escassez tem momento que o agricultor não consegue ir à feira por falta de produção. Então se juntar uma gordurinha nos tempos de fartura, fazendo polpa, se juntando, dá pra atravessar melhor os tempos de entressafra. O beneficiamento agrega valor, a macaxeira *in natura* é um preço, mas se você fazer um bolo, uma tapioca, uma goma, uma farinha, o produto vai ser vendido por um preço melhor, que compensa a comercialização. Tem produto que a gente consegue agregar mais de 70% do valor dele através do beneficiamento. Nos períodos de estiagens são complicados, e nesse momento atravessamos um período muito difícil de colheita, onde no começo do inverno a natureza começa a se recuperar e por mais que tenha chuva ainda não tem produção. Os períodos de escassez vão de agora em maio até agosto. Se a gente tiver um bom inverno temos uma produção boa de agosto até abril do outro ano. Então a gente precisa fazer o estoque dos produtos pra beneficiar. (Adeildo Barbosa, agricultor e atual coordenador do Espaço Agroecológico do Bairro das Graças, 2016).

Entre os produtos mais vulneráveis estão os legumes *in natura*, e as culturas de ciclo curto, que são alimentos muito mais perecíveis, como as frutas da estação. Antônio Pedro (Figura 47) afirma que antes beneficiava a produção, quando a esposa frequentava a feira também. Ele constata que a renda caiu perceptivelmente depois que parou de vender produtos beneficiados:

Assim, eu sempre levava produto beneficiado, mas hoje é menos, mas se apura demais, quando o milho é um real, a pamonha é 3,50 R\$, apura demais Marcones, mas a nega veia tá cansada já e não me acompanha mais na feira que é pesado de mais pra ela, é um sofrimento da peste e com ela já adoentada, mas os produto beneficiado é bom demais porque valoriza demais o produto da gente. Dá pra apurar legal. Eu perdi pelo menos um quinto do apurado da feira depois que eu parei de levar canjica, pamonha, tapioca e outras coisas de cozinhar. (Antônio Pedro, agricultor membro do Espaço Agroecológico, 2017).

Figura 47- Antônio Pedro, conhecido como Catonho, comercializando legumes - Maio de 2016



Fonte: acervo pessoal, 2017.

4.6 MOBILIDADE E TRANSPORTE

Perguntada aos agricultores qual é a maior dificuldade enfrentada no Espaço Agroecológico, a resposta é unânime: mobilidade e transporte. O Circuito alimentar de proximidade possibilita as interações entre produtores e consumidores de regiões geograficamente próximas, no entanto, a logística e o transporte das pessoas e dos produtos ainda são a maior fonte de despesas e imprevistos.

A maioria dos agricultores não dispõe de transporte próprio, precisando, nesse caso, fretar veículos que façam o traslado da produção e deles próprios. O tipo de veículo e transporte utilizado varia, de acordo com os municípios.

No caso de Bom Jardim, Adeildo Barbosa esclarece que é particularmente difícil a locomoção para o Recife:

A questão dos transportes é muito dificultada para a gente que mora no interior, aqui em Bom Jardim o município é muito acidentado, com ladeiras, lama no inverno e poeira demais no verão então o único carro que se adapta bem para cá é o jipe Toyota, que ele é 4x4 então além dos agricultores ele leva a carga. A experiência com caminhão não foi boa, com ônibus é inviável para nós com as ladeiras. Para o agricultor seria bom cada um ter o seu transporte, como alguns já tem e a renda deles melhorou muito por isso, eles conseguem ter uma renda melhor. No meu caso, a minha despesa gira em torno de 250 reais por semana, se eu tivesse um transporte meu, eu teria uma despesa bem menor, coisa de 70 ou 80 reais, economizaria bastante, o que já daria para ver no mercado, era pagar uma parcela do carro próprio e fugir do carro alugado. Meu sonho é ter o meu próprio transporte, tendo o transporte vem outras despesas, mas no final do mês a economia seria muito grande, e também a gente utilizaria o carro para a família mesmo durante a semana também. (Adeildo Barbosa, agricultor e atual coordenador do Espaço Agroecológico do bairro das Graças, 2016).

Os carros que fazem o transporte de Bom Jardim para o Recife são os jipes Toyota bandeirantes adaptadas²⁸ (figura 48 e 49), veículo característico para o transporte alternativo no agreste pernambucano. Bom Jardim possui um relevo acidentado, com estradas de terra íngremes nas rotas para os sítios onde residem os agricultores. De acordo com Marcelo Gomes, motorista que transporta Adeildo Barbosa e Rafael Justino, juntamente com os produtos, é o único carro que se adapta ao relevo e as condições das estradas:

A Toyota é o único carro que consegue rodar nesses caminhos, porque quando chove não tem quem rode. Os meninos já alugaram um caminhão pra levar a carga mas não adianta. O ruim do frete é que o preço muda quando o óleo muda de preço, e nunca muda pra baixo, só pra cima. Então com o óleo caro, o frete fica mais caro, e eu preciso repassar a diferença. (Marcelo Gomes, motorista que transporta produtos e agricultores para o Espaço Agroecológico, 2017).

Em Gravatá e Chã Grande, cujas estradas possuem características diversas das de Bom Jardim, o transporte dos produtos é feito separadamente ao das pessoas. Os primeiros seguem de caminhão, e as pessoas de ônibus, no caso de Chã Grande, e de Chevrolet D-20, no caso dos agricultores de Gravatá. Os valores são divididos proporcionalmente entre eles. Essa coletividade nos transportes no caso de Chã Grande e Gravatá diminui as despesas individuais dos agricultores. Mas esse transporte conjunto depende da adesão de todos os agricultores, pois no caso de algum deles mudar o próprio sistema de transporte, acarreta um aumento de preço

²⁸ Os Jipes Toyota bandeirantes utilizados para o transporte de alguns agricultores é característico do agreste nordestino. É um carro que possui uma modificação no chassi original do modelo *Bandeirante*, que é alongado em um metro, aumentando a capacidade de carga em uma tonelada. No Agreste, as Toyotas alongadas substituem o transporte regular de passageiros, sobretudo nas zonas rurais.

que outros não podem pagar. Jocilene Ferreira, atualmente vice coordenadora do Espaço Agroecológico das Graças, afirma que apesar de conseguir adquirir veículo próprio, precisa continuar participando do aluguel coletivo:

Eu frequento essa feira tem mais de dez anos, e eu fui muito ajudada pelas pessoas aqui desde o começo. Com o tempo, eu fui juntando meu dinheirinho, e consegui comprar um carro que dá pra levar e trazer os produtos, mas seu sair do transporte com o caminhão, a divisão do frete vai fazer que os outros paguem mais. E outras pessoas podem até desistir da feira, porque assim não compensaria. Assim a gente perde um pouco da autonomia, a gente pode sair num horário melhor, a gente pode chegar em casa mais cedo, mas a gente precisa ceder para que os outros consigam pagar também. Tem feira mesmo, quando é feriado que a gente gasta um quarto do lucro somente com transporte. (Jocilene Ferreira, agricultora, presidente da AMA-terra e membro do Espaço Agroecológico, 2017).

Outro fator importante no caso dos transportes nos caminhões e ônibus de Chã Grande e Gravatá, é o transporte de agricultores que pertencem a outras feiras. Quatro famílias que comercializam no Espaço Agroecológico do bairro de Boa Viagem utilizam desse tipo de transporte, que com a alta despesa dividida, barateia os custos. No entanto, isso acarreta uma considerável adição de fadiga aos agricultores.

Figura 48- Os jipes toyota bandeirante são o meio de transporte dos produtos e dos agricultores vindos de Bom Jardim – na foto, descarga dos produtos na Feira



Fonte: acervo pessoal, 2006.

Figura 49- Jipe toyota bandeirante que transporta agricultores e produtos de Bom Jardim – na foto, carro estacionado no fim da feira.



Fonte: acervo pessoal, 2006.

Segundo Severino José, conhecido como Bibi, os agricultores de Chã Grande são os primeiros a chegar na rua Souza de Andrade, local da feira, com as barracas montadas já às 23:00 horas da sexta feira, ao passo que são os últimos a voltar, às 10:30h da manhã do sábado:

A gente somos os primeiros a chegar, de onze da noite a gente já tem armado as barracas e descido a carga já, aí depois o caminhão segue pra a outra feira que é longe, lá em Boa Viagem. Ele só vai depois que tá tudo pronto aqui. Ainda tem gente que vai pra Olinda que vem junto com a gente no carro, aí nas Graças é a primeira feira que eles deixam o povo, precisa chegar muito cedo, pra dar tempo de os outros meninos chegarem lá em Boa viagem e o motorista ir pra Olinda. O pessoal só começa a chegar a partir de uma da manhã, ou duas, que é a hora normal. A mesma coisa é na volta, os carros saem lá de Olinda e só chegam aqui quando todo mundo saiu. A feira acaba de 9:30h e de 10:00h já tem desarmado todos os bancos da feira, mas a gente fica esperando o carro chegar. É bom né, porque o frete cai demais, mas a gente já perde uma noite de sono. E esperar pra chegar em casa mais de três da tarde é ruim de aguentar demais. (Severino José, conhecido como Bibi, agricultor e atual membro do Espaço Agroecológico do bairro das Graças, 2017).

A despesa com os transportes chega a custar em média, no caso de algumas épocas do ano, 25% do lucro dos agricultores, para alguns chega a uma despesa de 30 a 35% da renda por feira, a depender da sazonalidade do fluxo de clientes e produtos na feira. A tabela 9, assim como o mapa 8, detalham as a relação distância-valor dos transportes. Também, como não há

por parte dos municípios ou das associações qualquer incentivo financeiro, deixando a despesa unicamente sob responsabilidade dos agricultores.

Tabela 9- Características dos transportes

Veículo	Média das despesas dos agricultores com o frete	Município	Distância Percorrida (km)
Toyota Bandeirantes	250, 00	Bom Jardim	122, 1 km
Toyota Bandeirantes	250, 00	Bom Jardim	120, 4 km
Toyota Bandeirantes	250, 00	Bom Jardim	117, 0 km
Toyota Bandeirantes	220, 00	Bom Jardim	123, 0 km
Toyota Bandeirantes	180, 00	Bom Jardim	114, 7 km
Ônibus Marcopolo Torino	90, 00	Chã Grande	86, 9 km
Caminhão	100, 00	Gravatá	90, 3 km
Caminhão	90, 00	Chã Grande	95, 0 km
Mercedes-Benz MB 608	120, 00	Chã Grande	87, 3 km
Fiat Palio	80, 00	Chã Grande	88, 1 km
Chevrolet D-20	120, 00	Gravatá	91, 0 km
Fiat Uno	70, 00	Gravatá	90, 8 km

Fonte: elaboração própria, 2018.

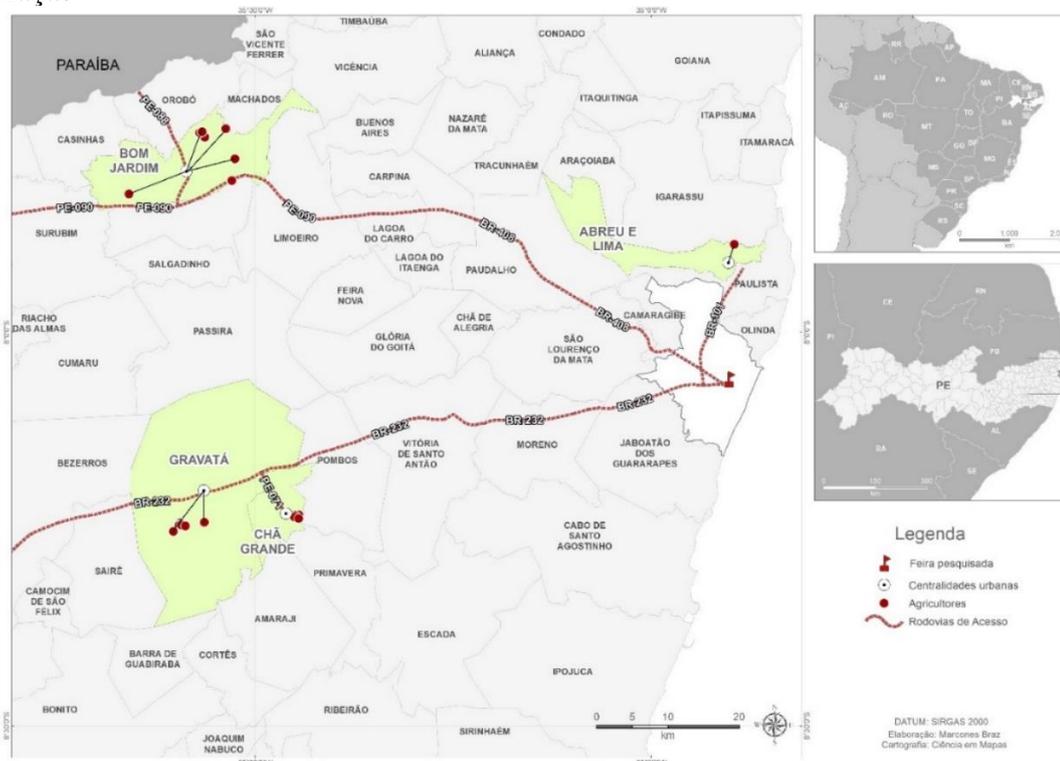
Outro problema dos transportes são os eventuais “imprevistos”, como a avaria dos veículos, ou mesmo acidentes. As viagens normalmente acontecem no fim da noite da sexta e início da madrugada do sábado, que segundo Vasconcellos (2018) é, estatisticamente, o horário mais propício a acidentes. Nos vinte anos de feira, aconteceram de acordo com os agricultores, pelo menos doze acidentes sérios. Entre eles está o acidente sofrido por Teresa e Claudio Oliveira, durante a ida para a feira, na madrugada. Nesse acidente, segundo Teresa Oliveira, os

dois ficaram gravemente feridos, e impossibilitados de voltar ao trabalho normalmente por quase seis meses:

Os transportes são muito complicados, Marcones, a gente ficou sem poder fazer nadinha por seis meses por causa de um acidente. O pneu do carro estourou e o carro virou, só lembro do carro virando e as mangas rolando na pista. Eu e Cláudio nos machucamos de verdade, eu ainda tenho sequelas, quando eu piso torto, o meu joelho dá uma pontada. O ruim dos transportes é o horário, viajar de madrugada é muito perigoso. Tem animais na pista, as vezes chove e a pista não dá pra ver nadinha. De vez em quando um se acidenta, ou o carro quebra e as oficinas todas fechadas. (Teresa Oliveira, agricultora fundadora do Espaço Agroecológico).

Durante o período da pesquisa, de abril de 2016 até dezembro de 2017, aconteceram seis avarias nos veículos que fazem o transporte dos agricultores e dos produtos. A maior causa desses transtornos foram as condições estradas do sítio Feijão, que fizeram com que os carros atolassem, depois de uma chuva, e problemas mecânicos.

Mapa 8- Mapa da zona de influência do Circuito Alimentar do Espaço Agroecológico do Bairro das Graças



Fonte: elaboração própria, 2018.

4.7 ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO

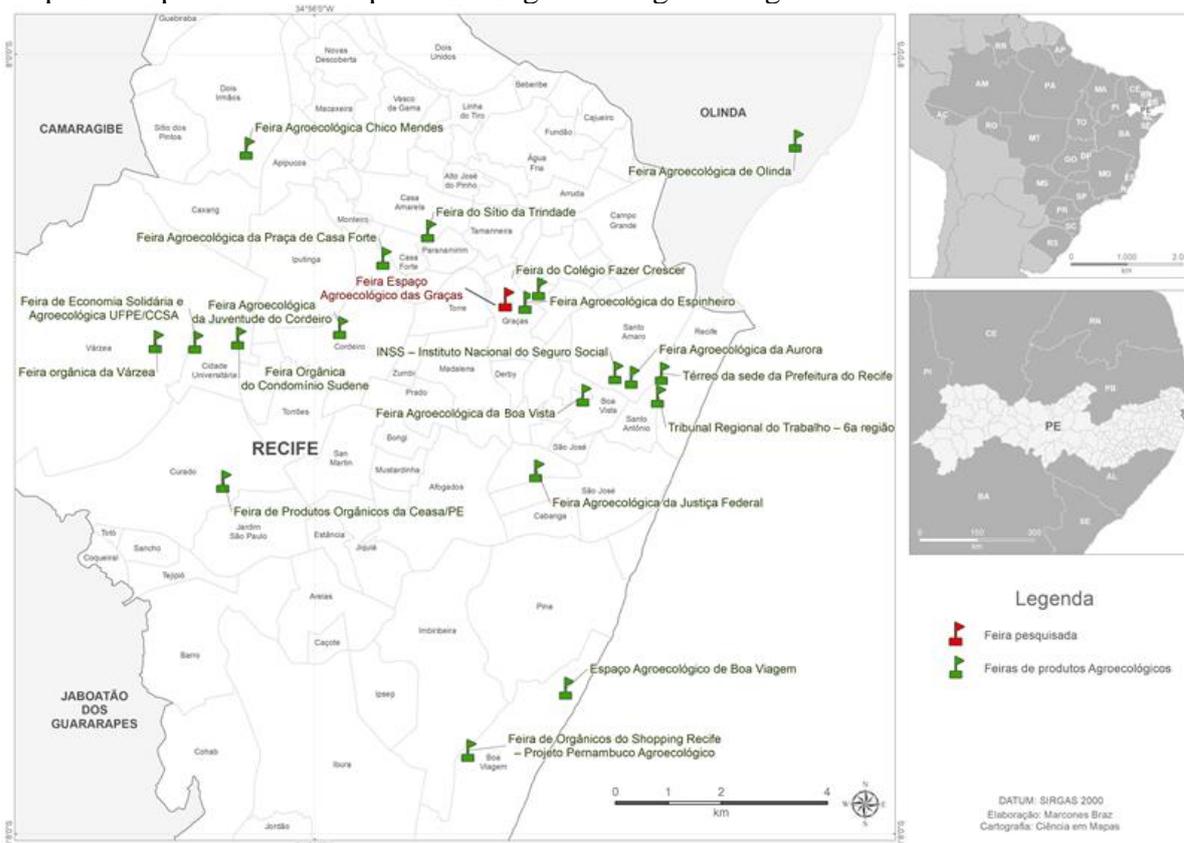
Como identificamos no primeiro capítulo, são inúmeras as estratégias de comercialização utilizado por agricultores em Circuitos alimentares de proximidade. No caso do Recife, em específico, a principal estratégia geral de comercialização de produtos agroecológicos a partir da venda direta, ou com no máximo um intermediário, é através das feiras. Fator cultural marcante na maioria dos agricultores, a feira desempenha um importante papel como estratégia de comercialização. Ao mesmo tempo que possibilita acesso a preços justos, permite a interação direta com o consumidor final.

Grande parte dos agricultores que frequentam o Espaço agroecológico do bairro das Graças em algum momento participaram de outras feiras. Dos vinte e três agricultores entrevistados, onze participaram de feiras, juntamente com os familiares. Adeildo Barbosa, durante cinco anos, acompanhou os familiares na feira livre da cidade de Orobó:

Eu por exemplo vendi durante muito tempo na feira de Orobó, eu ajudava a vender verdura e farinha também. Na época se plantava muita mandioca e a gente mesmo fazia a farinha e vendia na feira. Quando eu era menino mesmo eu vendia era picolé. Mas depois eu fui vender coisas que davam um retorno melhor, como verduras. Particpei lá da feira bem uns cinco anos ainda. (Adeildo Barbosa, agricultor e atual coordenador do Espaço Agroecológico do bairro das Graças, 2016).

O Espaço Agroecológico é a primeira feira de produtos orgânicos/agroecológicos do Recife, portanto ela é o modelo pioneiro dessa estratégia de comercialização. Atualmente, na região metropolitana do Recife, existem vinte feiras, como mostram o mapa 9 e o quadro 8 que afirmam comercializar produtos agroecológicos.

Mapa 9- Mapa das feiras de produtos Orgânicos/Agroecológicos do Recife



Fonte: elaboração própria, 2018.

Quadro 8- Feiras de produtos Orgânicos/Agroecológicos no Recife

FEIRA	LOCAL	HORÁRIO
Feira agroecológica Chico Mendes	Praça Farias Neves	Sextas feiras das 5h às 10h
Espaço Agroecológico do Bairro das Graças	Praça Jules Rimet – Boa Viagem	Sábados das 5h às 10h
Feira de produtos orgânicos da CEASA/PE	Ceasa/PE	Quartas feiras das 5h às 12h
Feira da Economia Solidária - CCSA	Campus da UFPE – Centro de Ciências Sociais Aplicadas	Quartas feiras das 5h às 10h
Feira do Sítio da Trindade	Sítio da trindade – Estrada do Arraial, 3129	Sábado das 5h às 11h
Feira Agroecológica da Aurora	Rua da Aurora, s/n	Quartas feiras das 14h às 20h

Feira agroecológica da Boa Vista	Rua Gervásio Pires, na esquina da rua do Riachuelo	Terças feiras das 4h às 9 horas
Feira Orgânica do Espinheiro	Pátio da Igreja Matriz do Espinheiro	Sextas feiras das 6h às 12h
Feira Agroecológica do Recife Antigo	Praça Tiradentes – Recife Antigo	Sextas feiras 11h às 17h
Feira Agroecológica da Juventude do Cordeiro	Parque de exposições do Cordeiro – av. Caxangá	Sextas feiras das 5h às 11h
Feira orgânica da SUDENE	Praça Ministro João Gonçalves de Souza, s/n – engenho do meio	Sextas feiras das 13h às 17h
Feira do Colégio Fazer Crescer	Av. Santos Dummont - Rosarinho	Quintas e sábados – 5h às 12h
Feira do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social	Avenida Mário Melo, no 343 – santo amaro	Quintas feiras – 6h às 10h
Espaço Agroecológico de Setúbal	Av. Mal. Juarez Távora	Quartas feiras – 7h às 12h
Feira do TRT	Av. Cais do Apolo, 739 – bairro do recife	Quartas feiras – 7h às 12h
Feira orgânica da várzea	Av. Afonso Olindense - Várzea	Sextas feiras – 6h às 11h
Feira orgânica do Shopping Recife	Rua padre Carapuceiro, 777	Sábados 5h às 10h
Feira orgânica de Olinda	Rua do Bonfim - Carmo	Sábados 5h às 12h
Feira orgânica de Casa Forte	Praça da Vitória Régia (Casa Forte)	Sábados das 5h às 11h

Fonte: elaboração própria, 2018.

No entanto, novas estratégias são adotadas pelos agricultores para acessar um mercado com preços justos através da venda direta. Uma dessas estratégias é a encomenda de produtos durante a semana. Muitos consumidores fazem encomendas aos agricultores que fazem entrega em domicílio ou na própria feira, como é o caso de Miguel Barbosa:

A gente fornece, além da feira, várias encomendas que fazem pra a gente durante a semana. Se for o caso da encomenda for coisa grande, a gente mesmo trás durante a semana. Já aconteci de a gente entregar um carro inteiro com verduras. O cliente acertou com a gente com antecedência, e a gente mesmo alugou um carrinho e levou lá, mas na maioria das vezes a gente separa a encomenda, e o cliente vai buscar na própria feira, ele combina um horário e vem buscar. (Miguel Barbosa, agricultor e atual membro do Espaço Agroecológico do bairro das Graças, 2017).

Essas encomendas, em alguns casos, são feitas através de “cestas”, onde semanalmente os agricultores fazem entrega das encomendas, que geralmente não excedem os 10 kg, em domicílio. Existem também os casos esporádicos, onde o consumidor que não tem regularidade, faz contato pelas redes sociais, e realiza o pagamento com antecedência, via depósito bancário.

Outra estratégia de comercialização é a venda direta para restaurantes, como eu caso da associação Terra Viva de Chã Grande, que fornece alimentos para três restaurantes do Recife. As entregas em dois desses restaurantes são duas vezes por semana, e em um, a entrega é semanal. Nessa modalidade de venda, o restaurante faz contato diretamente com o produtor, que é responsável por realizar a entrega. Sebastião Luiz (figura 50), que desde 2011 realiza entregas para os restaurantes, afirma que inicialmente os donos dos restaurantes eram clientes do Espaço Agroecológico antes de possuírem restaurantes:

A gente começou a vender aqui mesmo na feira, e teve uns clientes que abriram um restaurante de produtos orgânicos, e eles faziam sempre sempre encomendas com a gente aqui da feira. Sempre fizeram encomenda comigo, então eles conhecem né, o meu produto, a qualidade das verduras. Então eles foram aumentando a quantidade das encomendas. Depois foram aparecendo outras pessoas interessadas em comprar em quantidade. Mais dois clientes pediram encomendas mais de uma vez por semana, e um agricultor sozinho não tem como mandar todos os produtos, então é através da associação que os agricultores participam. (Sebastião Luiz, agricultor e atual membro do Espaço Agroecológico do bairro das Graças, 2017).

A comercialização na propriedade, apesar das vendas serem esporádicas e em volume muito reduzido, é feita por praticamente todos os agricultores da feira, que vendem para os vizinhos uma pequena parte da produção. Mas apenas Lenir Ferreira no Sítio Inhamã, organiza de forma sistemática as vendas em casa. Isso deriva também das constantes visitas que recebe em cursos de agroecologia e em excursões.

João e Luzia Custódio são agricultores dos que mais possuem estratégias simultâneas de comercialização, participando de quatro circuitos de comércio. Atualmente participa de duas feiras do Espaço Agroecológico (Graças e Sto. Amaro), realiza entregas do PAA através da

AGROFLOR e realiza venda dos produtos na propriedade. Para João Custódio, a produção, desde que haja acesso ao mercado justo, sempre se manterá estável, no sistema agroecológico:

Em casa eu só vendo mesmo verdura, o povo aqui quando falta verdura vem tudo pra cá, mas eu apuro nem cinquenta real por semana, se for apurar mesmo. É assim, Marcones, a produção sempre tem, quando a gente trabalha sem veneno e sem adubo, sempre tem retorno, o que anima mais a gente é quando pinga um dinheiro. A gente vai vendo onde dá pra vender, porque ruim é trabalhar de graça pro atravessador comer tudo pra ele. O governo demora que só a “bixiga” pra pagar, mas pelo menos sai né. A feira é o melhor. Tem a feira da quarta [de Santo Amaro] que é mais fraquinha, mas tá dando pra ir, e tem a feira boa que é a do sábado [das Graças]. (João Custódio, agricultor e atual membro do Espaço Agroecológico do bairro das Graças, 2017).

Figura 50- Sebastião Luiz, um dos agricultores que possuem outras estratégias de comercialização.



Fonte: acervo Centro Sabiá, 2016.

Portanto, é possível concluir que, culturalmente, a principal estratégia de comercialização é a feira. As demais estratégias mostradas na tabela 10, funcionam como apoio,

não havendo perspectiva de alguma vir a superar, em grau de importância, a venda direta através da feira.

Tabela 10- Estratégias de comercialização utilizadas pelos agricultores do Espaço Agroecológico do bairro das Graças.

Modalidade de Comercialização	Número de famílias participantes	Associações
Entrega em domicílio	4	Terra Viva
Venda na propriedade	18	Terra Viva, Terra e Vida, AMA-terra e AGROFLOR
Vendas para restaurantes	6	Terra Viva
Ecoturismo	1	Terra e Vida – Abreu e Lima
Outras feiras	5	Terra Viva, Terra e Vida, AMA-terra e AGROFLOR
Programas governamentais	7	AGROFLOR

Fonte: elaboração própria, 2018.

4.8 CARACTERIZAÇÃO DOS CONSUMIDORES

Uma das principais características da feira é o envolvimento dos consumidores não apenas no processo de comercialização, mas muitas vezes engajados na forma de produção dos agricultores. Assim, este subcapítulo pretende caracterizar os consumidores que frequentam o Espaço Agroecológico, identificando as razões que os levam a frequentar a feira. Para isso, foram feitas setenta e cinco entrevistas aos consumidores, utilizando questionário pré-estruturado.

De acordo com a pesquisa, 68% (ao todo 51 mulheres entrevistadas) das pessoas que frequentam a feira são do sexo feminino, e desse montante, 41% (vinte e uma mulheres) tem idade superior aos 60 anos, como mostra a tabela 11:

Tabela 11- Distribuição etária dos consumidores da feira

Faixa etária	Homens	Mulheres
0 ~ 18 anos	2	1

18 ~ 35 anos	6	12
35 ~ 60 anos	9	17
Mais que 60 anos	7	21
Total	24	51

Fonte: elaboração própria, 2018.

Alguns fatores contribuem para esses dados. Mais da metade dos consumidores entrevistados (totalizando 52%) são moradores do bairro das Graças. Assim, é importante notar que o percentual de mulheres é superior ao de homens nesse bairro, tendo 57% dos residentes sendo do sexo feminino e 43%, masculino (IBGE, 2010). Além disso, 19% (3.746 pessoas) da população residente nas Graças possui idade superior aos sessenta anos.

Outro indicativo importante é o grau de escolaridade dos consumidores, consideravelmente mais elevada do que os agricultores, como retrata a tabela 12:

Tabela 12- Escolaridade dos consumidores do Espaço Agroecológico do bairro das Graças

Grau de instrução	Homens	Mulheres
Nunca estudaram	--	--
Ensino Fundamental	2	--
Ensino Médio	6	13
Ensino Superior	11	26
Pós-graduação	5	12
Total	24	51

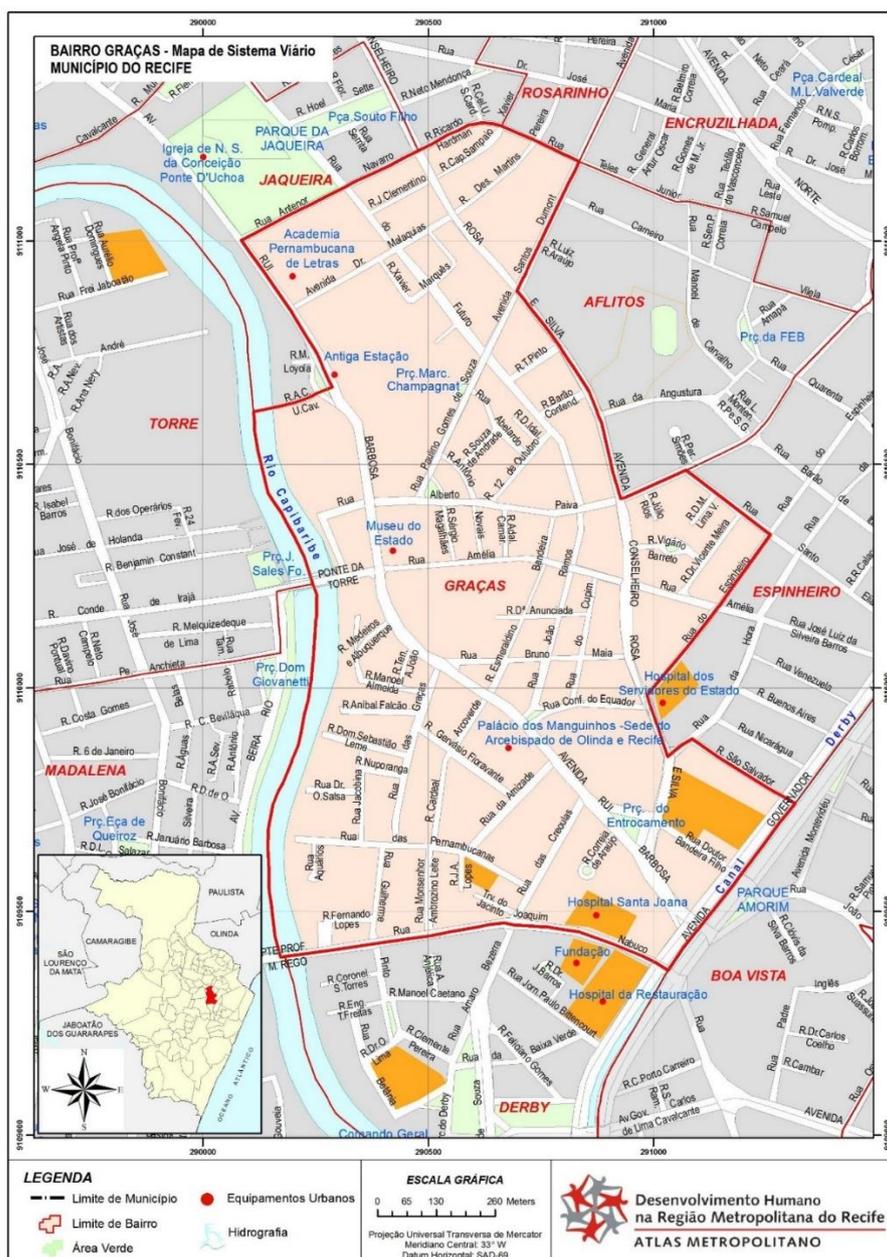
Fonte: elaboração própria, 2018.

Cerca de 72%) dos consumidores entrevistados (54 pessoas de 75) possuem ensino superior, ou pós-graduação, sendo nulo o número de analfabetos entre os consumidores.

Esses dados refletem diretamente na resposta da pergunta: “Por que você compra alimentos no Espaço Agroecológico?”. A resposta foi praticamente unânime: 94% dos entrevistados (71 pessoas) responderam que o principal motivo é a preocupação em manter uma vida saudável. Para Guedes et al. (2015) a maior parte dos consumidores de produtos sem agrotóxico possui um alto nível de escolaridade (como é o caso do Espaço Agroecológico). Ao passo que no caso específico do bairro das Graças (mapa 10), isso se soma à uma elevada média etária.

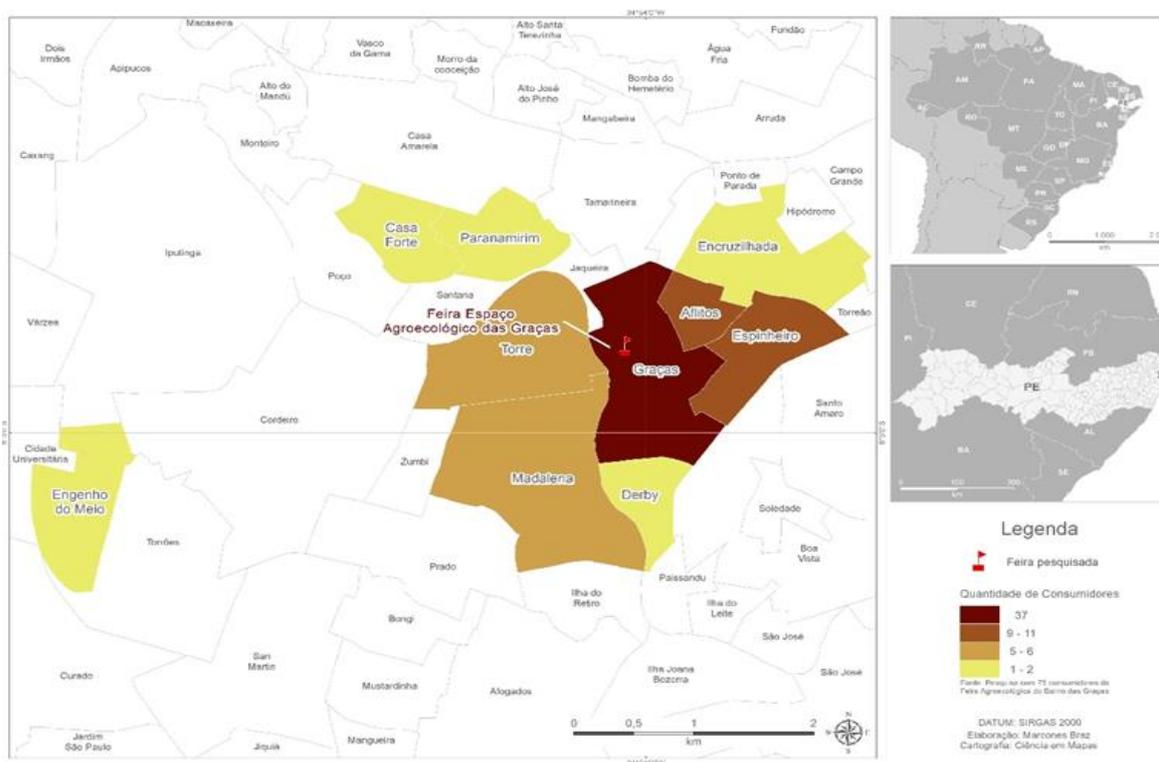
Grande parte dos consumidores residem em bairros circunvizinhos ao bairro que se localiza a feira, como mostra o mapa 11, sendo onze pessoas residentes no bairro do Espinheiro, nove no bairro dos Aflitos, seis no bairro da Torre, cinco no bairro da Madalena, dois no bairro da Encruzilhada, um no bairro do Derby, um no bairro de Parnamirim e um no bairro de casa forte. Esses bairros possuem dados semelhantes ao bairro das Graças, possuindo uma alta *renda per capita*, e uma elevada média de idade. Um único consumidor reside num bairro relativamente longínquo, o Engenho do Meio (7, 5 km de distância).

Mapa 10- Mapa do Bairro das Graças, Recife - PE



Fonte: Recife, 2010.

Mapa 11- Mapeamento dos bairros de origem dos consumidores do Espaço Agroecológico do bairro das Graças



Fonte: elaboração própria, 2018.

Outro motivo que leva à regularidade dos consumidores são as relações de confiança com os produtores. Por isso, 68% dos entrevistados preferem a feira como canal de comercialização, justamente pelo contato direto com os agricultores que produzem seu alimento. Apesar de existirem encomendas com entregas a domicílio pelos agricultores. Ainda não existem grupos de consumidores organizados como no caso das AMAP's da França, apesar de já existir entrega em domicílio de produtos agroecológicos.

A média de consumo em reais é relativamente alta, 25% dos consumidores entrevistados, como mostrado na tabela 13, afirmam gastar valores superiores a 100 R\$ em média por semana, 25% também afirma ter um gasto médio entre 60 e 100 R\$ por feira. 33% das pessoas entrevistadas afirmam gastar entre 30 e 60 R\$ e 17% gasta entre 10 e 30 R\$/semana.

Tabela 13- Média de consumo em Reais (R\$)

Faixa etária	Homens	Mulheres
Acima de 100 R\$	6	13
60 ~ 100 R\$	5	14
30 ~ 60 R\$	8	17

10~30 R\$	5	7
Total	24	51

Fonte: elaboração própria, 2018.

4.9 A RELAÇÃO PRODUTOR/CONSUMIDOR E A RECONEXÃO ENTRE O RURAL E O URBANO

Uma das principais características do Espaço Agroecológico do bairro das Graças, é a relação produtor-consumidor. Ao longo do texto e das falas dos agricultores nas entrevistas, fica evidente que não se trata de uma relação puramente econômica, de compra e venda. No próprio início da feira, dada a expulsão dos agricultores da praça da Jaqueira, existiu uma mobilização dos próprios consumidores, com a coleta de cem assinaturas para um abaixo assinado que viabilizasse a permanência da feira.

Perguntados sobre a preferência sobre os meios de acesso aos produtos agroecológicos, sessenta e seis consumidores (88% das 75 pessoas entrevistadas), preferem a feira em relação às outras estratégias de comercialização justamente pelo contato direto com os agricultores. De acordo com Pedro Custódio, as visitas dos consumidores são muito frequentes:

Não é muito raro os clientes virem aqui não, sempre aparece um que quer vir aqui no sítio, e vem mesmo. Hoje em dia é muito fácil, sabe, é só vir mesmo. Em duas horas de viagem eles já chegam aqui e pronto. É bom por um lado que a gente faz amizade mesmo e ainda vende as coisas direto do roçado e eles veem como é plantado as coisas. Na época do São João vem Seu Rinaldo pra cá com a mulher dele, ele é um homem muito rico que visita a gente e passa mais de dia aqui em casa as vezes. No S. João ele vem, tira os milhos com a gente, a mulher dele vem também e ajuda a preparar as canjicas e a pamonha. A gente fez muita amizade na feira, sabe. (Pedro Custódio, agricultor fundador do Espaço Agroecológico e atual membro, 2017).

Também o sítio de Lenir Ferreira também recebe com frequência estudantes universitários e consumidores:

Lá em casa tem muita visita mesmo, tanto de agricultores de outros lugares que vem pra cá fazer intercâmbio, quanto de gente que vem comprar mesmo. Quem vai pra a feira e é cliente e sabe o caminho, por ser perto do Recife até aqui em Abreu e Lima, eles vem mesmo. Já recebi encomendas de pastel de jaca e de açaí, pra consumo mesmo. Eu acho muito bom, que tem cliente que vem pra cá direto mesmo, que a gente acaba vendo mais do que gente da nossa própria família. (Lenir Ferreira, agricultora fundadora do Espaço Agroecológico e atual membro, 2017).

No ano de 1999, foi desenvolvida a experiência do “crédito solidário” entre os agricultores e consumidores, que tinha como objetivo a contribuição dos consumidores com os agricultores através da compra de créditos dos agricultores que iam sendo descontados à medida que as feiras iam acontecendo. Esta experiência ajudou vários agricultores a adquirir o material necessário para a comercialização de sua produção, por exemplo, barracas, grades para transportar os produtos e etc.

Sobre o contato direto com os consumidores, Adeildo Barbosa ressalta a importância do afeto na feira:

Eu particularmente vejo essa questão [do contato direto com os consumidores] muito importante porque a gente dialoga diretamente com o consumidor, porque tem consumidor que é mesmo que ser um irmão, que se preocupa com a gente que diz: olhe, essa semana eu não vou, eu vou viajar, então a gente ganha presente, dá presente. No natal tem agricultor que ganha presente de natal, diferente das feiras livres onde o feirante só vai vender, ali não conversa nada com o consumidor, a gente não. A gente fala dos problemas da gente, ele fala dos dele. Não é apenas vender e comprar, mas sim conversar, tirar dúvidas, ajudar em alguma coisa, pra mim é uma escola. A gente que é pessoas simples que vem da agricultura tem uma relação de igual com pessoas importantes que vem comprar aqui. Tem um cliente médico, juiz, professor, engenheiro, mas lá é apenas cliente, que tem uma relação muito boa conosco. (Adeildo Barbosa, agricultor e atual coordenador do Espaço Agroecológico, 2016).

Essa também é a sensação dos consumidores, das 75 pessoas entrevistadas, 73 acreditam que o contato com o produtor, além de trazer uma confiança à qualidade dos produtos, permite uma maior interação entre os envolvidos, criando laços de fraternidade e de respeito (imagem 51).

Figura 51- Rafael Justino respondendo perguntas de crianças – Maio de 2016



Fonte: acervo pessoal, 2016.

Além das interações de solidariedade, a venda direta permite o barateamento nos preços finais dos produtos agroecológicos. Em pesquisa realizada em 2015, onde Guedes et al. (2015), comparou o preço dos produtos do Espaço Agroecológico com os preços dos supermercados e de algumas feiras convencionais. A pesquisa apontou que a categoria supermercados foi em média 56% mais caro e as feiras convencionais 19%. Dito de outro modo, se o consumidor realizasse uma compra no valor de 100 reais nas feiras da Rede Espaço agroecológico, na referida data, ele/a iria gastar em média 119 reais nas feiras convencionais e 156 reais nos supermercados. O que representa um aumento de 34% em relação à pesquisa feita pelo Centro Sabiá em 2014, que apontou um aumento de 23%

Tais resultados demonstram que os alimentos orgânicos podem ser adquiridos por preços mais baixos ou ligeiramente mais caros que alimentos convencionais. Quando mais caros, a produção agroecológica de vegetais ausente de agrotóxicos, fertilizantes químicos, ou de hormônios sintéticos, antibióticos na produção de carne e leite garante qualidade nutricional para os alimentos. Mas a compra destes alimentos não trás benefícios apenas à saúde dos consumidores, ela fortalece um modelo agrícola baseado na sustentabilidade ambiental, na justiça social e na viabilidade econômica Altieri (2009). Sendo fundamental ao estado garantir a esse setor políticas públicas que permitam ampliar ainda mais as possibilidades de acesso a alimentos saudáveis e conseqüentemente a soberania e segurança alimentar e nutricional das pessoas.

4.10 ESPAÇO AGROECOLÓGICO – LUGAR E CULTURA

Uma das grandes características da feira do Espaço Agroecológico é a transformação e dinamização do Espaço público aos sábados. A rua Souza de Andrade possui uma extensão de 134 m, e é uma via de mão única que liga a Rua Abelardo à rua Antônio Novaes, no bairro das Graças. Devido ao fato de possuir grande número de Escolas, cursos e empresas nas proximidades, é uma rua que geralmente é utilizada como estacionamento, possuindo pouca circulação de pedestres (Figura 53). Aos sábados, porém o movimento começa cedo, os primeiros agricultores chegam ainda às 23h das noites de sexta-feira, estando todos com as barracas prontas às 3h da manhã. Mas, é a partir das 4h da manhã o movimento se intensifica, já havendo um número considerável de consumidores.

A hora de maior fluxo acontece entre às 5h e às 7h da manhã (Figura 54), havendo em média um fluxo simultâneo de 500 pessoas, que chega a encher a rua. De modo que a rua Souza de Andrade fica praticamente imperceptível, em relação aos dias de fluxo normal, durante a semana. Segundo Rafael Justino, a diferença é grande:

Uma vez eu vim ver a rua só de curiosidade, tava passando pertinho da rua da feira de carro, e não tinha nada o que eu resolver lá, mas bateu uma vontade de saber como era. A rua é como se fosse outro lugar. Tem 20 anos que vou no mesmo lugar todo sábado, mas o lugar é outro, em dia de semana. Tem Graça nenhuma, só tem a rua mesmo, e carro. Nem gente tem. Eu fiquei lá uns 5 minutos olhando e chega me deu uma tristeza, aí eu entendi que é a gente quem dá vida a ruinha, porque é uma rua normal, mas pra gente é a ruinha da feira. (Rafael Justino, agricultor, membro fundador do Espaço Agroecológico e atual membro, 2016)

Para Mascarenhas (1991) o lugar é fruto da afetividade que se tem ao local, a um determinado ponto do Espaço, que passa a ter, dependendo de quem observa, novos contornos e novas dimensões que estão no campo da afetividade, num processo que Yi-Fu-Tuan chama de “topofilia”. A rua Souza de Andrade, neste sentido, adquire um novo significado aos sábados, pois muito além de ser uma rua comum, é um território de Resistência (SANTOS, 2010), que é não apenas uma via, uma rua-suporte, que na maior parte do tempo serve como estacionamento, mas um lugar que é palco de eventos que estão gravados nas memórias das pessoas que frequentam semanalmente a feira. De acordo com Lenir Ferreira, a rua Souza de Andrade possui um significado especial:

Figura 52 – Rua Souza de Andrade, durante a semana. Foto tirada quarta feira, dia 14 de dezembro de 2016



Fonte: acervo pessoal

Figura 53 – Rua Souza de Andrade, durante a feira. Foto tirada nos mesmo lugar da imagem 52, sábado, dia 17 de dezembro de 2016



Fonte: acervo pessoal

A primeira feira na rua Souza de Andrade foi um desgosto muito grande, porque a gente foi expulso duas vezes, sabe Marcones. Quando botaram a gente pra lá a gente gostou não. A gente tinha começado a vender na Jaqueira, depois a gente veio pra essa outra pracinha, aí quando expulsaram a gente outra vez eu pensei em desistir, porque eu tinha vergonha de tudo isso. Quando botaram a gente pra rua Souza de Andrade, onde é a feira agora, eu não gostei, porque eu pensei logo: e vai ter movimento numa rua estranha dessa? Mas as vezes e vejo as fotos e vejo quantos momentos felizes passei lá, você me mostrou essas fotos velhas e eu comecei a lembrar de tudo, das coisas que aconteciam, dos clientes bons e dos chatos. Tanta situação, né meu filho? (Lenir Ferreira, agricultora, fundadora do Espaço Agroecológico e atual membro, 2017)

Nos fins da feira, os agricultores e consumidores interagem sempre num “forrozinho”. A tradição começou quando Severino José, que é conhecido como Biu Sanfoneiro, levou a sua sanfona para comemorar um aniversário da feira, e observou que as pessoas apreciavam a música. Então esporadicamente começou a levar o instrumento. Posteriormente alguns clientes, que percebendo o número de interrupções na música, quando o sanfoneiro parava a música para vender seus produtos, começaram a participar não como expectadores, mas passaram a tocar também (Figura 53 e 54). Desta forma, a musicalidade como manifestação cultural é uma característica central do Espaço Agroecológico do Bairro das Graças, que faz com que haja uma maior interação entre os consumidores e os agricultores.

Essa interação deixa evidente as várias dimensões de proximidade. Como destaca Marechal (2008), os circuitos alimentares de proximidade se referem à uma curta distância geográfica entre os locais de produção e comércio (com a quilometragem máxima 150 km, na França), ao passo que também remete à uma “proximidade” social (MUNDLER, 2013), dada a interação dos sujeitos que compõem o circuito alimentar.

Figura 54 – Típico forró depois da feira



Fonte: Davi Fantuzzi, 2016.

Figura 55 – Forró do final da feira



Fonte: acervo pessoal, 2016.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de todo o trabalho, fica muito claro que o Circuito Alimentar do Espaço Agroecológico do bairro das Graças representa não apenas uma estratégia de comercialização, visando atender à um nicho específico de mercado (em franca expansão), mas representa um espaço de resistência e luta, a porta de entrada para um universo muito maior de conexões sociais e econômicas. Os agricultores que participam do Espaço Agroecológico do bairro das Graças, que são em sua totalidade camponeses²⁹, buscam através da feira não apenas o acesso ao mercado justo, mas a manutenção de suas famílias e a permanência no campo, num processo denomina de busca por autonomia frente ao mercado polarizado.

Para isso, modificaram todo um sistema agrícola convencional voltado para o mercado e ao atendimento de interesses de atravessadores, e apostaram na agroecologia, mesmo sob questionamentos e até provocação dos vizinhos que desconheciam os métodos e práticas agroecológicas. A criação de um mercado próprio para esses produtos, que foi idealizado em conjunto pelos agricultores e pela assessoria técnica do centro Sabiá, veio tornar-se um Circuito Alimentar próprio, paralelo ao grande mercado.

A estratégia de comercialização foi a venda dos produtos em uma feira, que é um traço cultural do Nordeste, e que muitos dos agricultores participantes da feira, já o fizeram antes da criação do Espaço Agroecológico. Essa estratégia possibilitou o contato direto entre consumidores e agricultores, aumentando a interação entre eles, assim como possibilitou a criação de vínculos de solidariedade e de aumentou a confiança dos consumidores na qualidade dos alimentos e trouxe um sentimento responsabilidade social por parte deles. A venda direta eliminou a figura dos atravessadores, que são intermediários que tendem a comprar os alimentos do produtor a preços mais baratos e vendem ao consumidor final a preços mais caros. Uma das consequências disso, é o barateamento do preço dos alimentos agroecológicos que se tornam mais acessíveis aos consumidores, e com preços mais justos aos agricultores.

Além disso, o Espaço Agroecológico desenvolveu características autônomas de organização política interna, onde os próprios agricultores se reúnem trimestralmente em assembleias, que são reuniões gerais realizadas na casa de um dos agricultores, possuem um regimento interno, com as normas gerais que devem ser obedecidas pelos participantes, e uma

²⁹ Para Shanin (1980), o camponês camponeses se caracteriza como o habitante que vive ou possui suas raízes familiares na zona rural formas extensivas de ocupação autônoma (ou seja, trabalho familiar), pelo controle dos próprios meios de produção e economia de subsistência.

tabela de preços, que tem o objetivo de assegurar uma estabilidade aos agricultores e também aos consumidores.

Um dos maiores entraves do Circuito Alimentar é o processo de logística e transporte dos agricultores e dos alimentos. A viagem durante a madrugada, a grande quantidade de avarias dos carros, desgaste físico e o alto custo fazem com que essa dificuldade seja a maior enfrentada pelos agricultores

Portanto, o Espaço Agroecológico constitui um Circuito Alimentar de proximidade, visto que possui características de mercado autônomo, possui a rastreabilidade dos produtos, sendo um canal de comercialização mais justo do ponto de vista financeiro, possuindo não apenas proximidade geográfica (a local de produção mais distante da feira é a propriedade de João Custódio, que está a 127 km de distância da rua Souza de Andrade) mas da proximidade social entre os agricultores e consumidores, sendo um Espaço mais humanizado, no que se refere à interação entre as pessoas.

REFERÊNCIAS

- AGAPIO, Roberto. **Feira livre**. Disponível em: <http://www.robertoagapio.fot.br/texto01.htm>. Acesso em: 13 de outubro de 2013.
- AGENCE BIO. **La bio em France: des producteurs aux consommateurs**. Les carnets de l'Argence Bio. 2ª edição. Paris. 2016.
- ALMEIDA, P.; CORDEIRO, A. **Semente da paixão: estratégia comunitária de conservação de variedades locais no semiárido**. Rio de Janeiro: ASPTA, 2002.
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 2. ed. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000. 114 p.
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária; AS-PTA, 2002. 592 p.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009 117 p.
- AMORIM, L. O. do; PEREIRA, M. C. de B.; CURADO, F. F.; OLIVEIRA, L. C. L. de; VASCONCELOS, E. B. de. **O movimento dos pequenos agricultores e a luta em defesa das sementes crioulas no alto sertão sergipano, Brasil**. Revista de Geografia, Recife, v. 34, n. 1, p. 71-90, 2017.
- AMORIM, Lucas Oliveira do. **Plantando semente crioula, colhendo agroecologia: agrobiodiversidade e campesinato no Alto Sertão sergipano**. (Dissertação). Mestrado em em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2016.
- ANDRADE, Manuel Corrêa de. **A terra e o homem no Nordeste**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- ANDRADE, Manuel Correia. **Usinas e destilarias de Alagoas**. Maceió: Edufal, 1997.
- AOUN, S.E.A. Dinâmica das Fusões e Aquisições no Investimento Direto Estrangeiro: Especificidade Da Indústria De Alimentos e Bebidas No Brasil, 1996-2006. In: **Informações Econômicas**, São Paulo, v.38, n.3, mar. 2008.
- ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MEIO AMBIENTE DE GRAVATÁ. **Histórico Gravatá**. 2006.
- BANKS, J. **Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development**. An environment and planning, London, v. 35, p. 393-411, 2003.
- BAPTISTA, A, CRISTÓVÃO, A; RODRIGO, I.; TIBÉRIO, L. **Parcerias, ação coletiva e desenvolvimento de sistemas alimentares localizados: o projeto prove em Portugal**. Perspectivas Rurales. Nueva época, 23, pp. 12-31. Lisboa. 2013.
- BARBOSA, F. C. **A Feira de São Cristóvão como espaço de interconexão de universos sociais**. Niterói: EdUFF, 2000.

BARNIER, M. **Renforcer le lien entre agriculteurs et consommateurs: plan d'action pour développer les circuits courts.** Paris: Ministère de L'agriculture et de la Pêche, 2009.

BECKER, Cláudio e CARMEN Lozano Cabedo. **Como construir a Qualidade Agroalimentar: Análise de experiências brasileiras e espanholas.** Rev. De Economia Agrícola, 59 (2), pp.115-129.

BENETTI, M.D. **Globalização e Desnacionalização do Agronegócio Brasileiro no Pós-1990.** Documentos FEE, nº 61. Porto Alegre: FEE, 2004.

BERTI FILHO, E.; CIOCIOLA, A. I. **Parasitóides ou Predadores?** Vantagens e Desvantagens, p. 29-41. In: Parra, J. R. P.; Botelho, P. S. M.; Corrêa-Ferreira, B. S.; Bento, J. M. S. (Ed.). **Controle Biológico no Brasil: Parasitóides e predadores.** Manole, São Paulo. 635 p., 2002.

BETTI, P.; FENIMAN, E.; SCHNEIDER, T.; NIEDERLE, P. A. **O consumo politizado como resposta à crise socioambiental: as justificativas sociais da compra de produtos orgânicos em feiras-livres de Curitiba.** In: NIEDERLE, P.A.; ALMEIDA, L.; VEZANNI, F. M (orgs). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura.** Curitiba: Kairós, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRANCHER, P. **As faces da certificação de produtos orgânicos no Brasil: o caso do mercado da Região Metropolitana de Curitiba - PR.** XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Ribeirão Preto: 2005.

BRANDÃO, Carlos R. **Pesquisar-Participar.** In: BRANDÃO, Carlos R. (Org.). **Repensando a Pesquisa Participante.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRASIL. Lei n. 11.947, de 16 de jun. de 2009. **Sobre o atendimento da alimentação escolar.** Brasília, DF, jun. 2009.

BRAUDEL, Fernand. **O jogo das trocas.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Bricault, C. **La route des vins de Brome-Missisquoi: vers la construction d'une identité régionale.** (Memoire de maitrise), Université Laval. 203 p. 2007.

CABELLO, Norder, L. A. **Políticas de Assentamento e Localidade: os desafios da reconstituição do trabalho rural no Brasil,** PhD, Wageningen University, Wageningen. 2004.

CAMARGO, Clara R. **Sistemas participativos de garantia na agricultura orgânica brasileira: ação coletiva e construção de redes de conhecimento Agroecológico.** (Dissertação). Mestrado Ciência Ambiental. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

CARVALHO, M.S. Lugares e Paladares: Uma contribuição geográfica à diversidade do consumo alimentar no Brasil. **RA'E GA- O Espaço Geográfico em Análise,** Curitiba, n. 15, p. 95-111, Editora UFPR. 2008.

CASSOL, D. **Produção Agroecológica**. Entrevista concedida a Elaine Fabiane Gaiovicz, Valentina Bianco e Camila Casiraghi, Verê. 2013.

CHAFFOTTE, L. ; CHIFFOLEAU, Y. **Vente directe et circuits courts: évaluations, définitions, typologie**, Les cahiers de l'observatoire C.R.O.C, n°1, 8 p. 2007.

CHAFFOTTE, L.; CHIFFOLEAU, Y. **Circuits courts et vente directe: définition, typologie et évaluation**. *Cahiers de l'Observatoire CROC*, Montpellier, n. 1 et 2, p. 1-8, fév.-mar., 2007.

CHÉRON, G. **La rouche qui dit oui: qui sommes nous?** Disponível em: <https://laruchequiditoui.fr/fichiers/Qui-sommes-nous-WEB.pdf>. Acesso em 06 de setembro de 2014.

CHESNAIS, E. **La Ruche et les Amap se concurrencent sur le bio**. Le Figaro. P.1, 21 set. 2015.

CHIFFOLEAU, Y. **Circuits courts alimentaires, dynamiques relationnelles et lutte contre l'exclusion en agriculture**. *Économie rurale*(6), 88-101. 2013.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Interações espaciais**. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORREA, Roberto Lobato (Org.). *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 279-318.

COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. **Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável**. In: VELA, H. (Org.). *Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul*. Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, 2003. p.157-194.

COSTABEBER, J. A.; MOYANO, E. **Transição agroecológica e ação social coletiva. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. v.1, n.4,p.50-60, out./dez. 2000.

CRISTÓVÃO, Artur; TIBÉRIO, Luis. **Comprar Fresco, Comprar Local: Será que temos algo a aprender com a experiência americana?** *Cultura, Inovação e Território, o Agroalimentar e o Rural*, p. 27-34. Lisboa: SPER. 2009.

DANTAS, Geovany Pachelly Galdino. **Feira de Macaíba/RN: um estudo das modificações na dinâmica socioespacial (1960-2006)**. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 2007, 202 p.

DANTAS, Geovany PACHELLY Galdino. **Feiras Nordestinas (fairs in northeastern Brazil)**. *Mercator, Fortaleza*, v. 7, n. 13, p. p. 87 a 101, nov. 2008.

DAROLT, M.R. **Conexão Ecológica: novas relações entre agricultores e consumidores**. Londrina: IAPAR, 2012. 162 p.

DELGADO, Guilherme. C. **A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003**, in *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*/Luciana Jaccoud, organizadora. Frederico Barbosa da Silva [et al.]. Brasília: IPEA, 2005.

DINIZ FILHO, Luis Lopes. **Agricultura e Mercado no Brasil**: revendo as visões da geografia sobre os condicionantes da produção agrícola no capitalismo. Raega - O Espaço Geográfico em Análise, [S.l.], v. 23, nov. 2011.

ESPAÇO AGROECOLÓGICO. **Regimento Interno**. V.6, p. 2014.

ESPINDOLA, J. A. A.; GUERRA, J. G. M.; ALMEIDA, D. L. de. **Adubação verde**: estratégia para uma agricultura sustentável. Seropédica: Embrapa-CNPAB, 1997. 20 p.

EUROPA. **Les circuits courts se développent en France grâce aux fonds européens**. Disponível em : https://ec.europa.eu/france/news/20170412_decodeursue_circuits-courts_fr. Acesso em: 13 de outubro de 2017.

FEENSTRA R. **New evidence on the gains from trade**. Review of World Economics, 142p. London. 2006.

FEIDEN, A. **Conversão de sistemas de produção convencionais para sistemas de produção orgânicos**. In: CURSO introdutório à agroecologia. Seropédica: Embrapa Agrobiologia: UFRRJ: ANCA, 2000. 9 p.

FIGUEIREDO, M. A. B. **Agroecologia e campesinato**: reflexões sobre a contribuição dos sítios camponeses de moradores da Zona da Mata pernambucana para a conservação da agrobiodiversidade, a produção de alimentos e a resistência camponesa. In: MACIEL, C. A. A. et al. Abordagens geográficas do urbano e do agrário. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012. p. 115-138.

FIGUEIREDO, M. A. B.; LIMA, J. R. T. **Agroecologia**: conceitos e experiências. Recife: Bagaço, 2006. 256 p.

FIGUEIREDO, M. A. B.; MATTOS, J. L. S. FONSECA, F. D. **Agroecologia e diálogo de conhecimentos**: olhares de povos e comunidades tradicionais, movimentos sociais e academia. Recife: UFRPE, 2017.

FORMAN, Shepard. **Camponeses**: Sua Participação no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MELO, Mário Lacerda de. **Os agrestes – estudo dos espaços nordestinos do sistema gado-policultura de uso de recursos**. Recife, SUDENE – Coord Planej. Regional, 1980.

GALINDO, E.P.; SAMBUICHI, R.H.R.; OLIVEIRA, M.A.C. **Compras de produtos agroecológicos e orgânicos da agricultura familiar pelo Programa de Aquisição de Alimentos**. BRASIL, MDS. PAA: 10 anos de aquisição de alimentos. Brasília: MDS, 2014, p. 184-207.

GASC, M. **Les AMAP**: un partenariat entre consom'acteurs et producteurs. Paris: Observatoire du Management Alternatif. 2011.

GERRITSEN, P. R. W. Diversity at Stake: a farmers' perspective on biodiversity and conservation in western Mexico, Circle for Rural European Studies, Wageningen University, Wageningen. 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

GLIESSMAN, S. R.; MÉNDEZ, V. E. **Taller intensivo sobre investigación en agroecología**. Notas de curso. Pelotas: Embrapa, 2001. 39 p.

GODOY, Wilson Itamar; ANJOS, Flávio Sacco dos. **A importância das feiras livres ecológicas: um espaço de trocas e saberes da economia local**. Rev. Bras. Agroecologia, v.2, n.1, fev. 2007.

GONÇALVES, J.S. Agricultura Sob a Égide do Capital Financeiro: **Um Passo Rumo ao Aprofundamento do Desenvolvimento dos Agronegócios**. In: Informações Econômicas, São Paulo, V. 35, n. 4, abr, 2005.

GOODMAN, D. Rural Europe redux: reflexions on alternative agro-food networks and paradigm change. *Sociologia ruralis*, 44 (1), p.3-16, 2004.

GÖTSCH, E. **Homem e Natureza: cultura na agricultura**. Recife: Centro Sabiá, 1995.

GRISA, C.; SCHMITT, C.; MATTEI, L.; MALUF, R.; LEITE, S. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate**. *Retratos de Assentamentos*, v.13, p. 137-170, 2011.

GRISA, C.; SCHMITT, C.; MATTEI, L.; MALUF, R.; LEITE, S. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate**. *Retratos de Assentamentos*, v.13, p. 137-170, 2011.

GUEDES, R. E. F. F.; CARVALHO, D. M. SILVA R. M. F. SILVA, D. O. O. L. F. MONTEIRO, D. S. **A dinâmica das feiras agroecológicas do recife: uma abordagem do consumidor e produtor**. 53º Congresso da sociedade brasileira de economia e administração e sociologia rural. João Pessoa, 2015.

GUIVANT, J. S. **Os supermercados na oferta de alimentos orgânicos: apelando ao estilo de vida egotrip**. In: Ambiente & sociedade, Campinas, Unicamp, v. VI, n. 2, p. 63-82, 2003.

GUGLIELMO, R. **Um Novo Capítulo da Geografia: a Geografia do Consumo e da Distribuição**. In: GEORGE, Pierre et al. *A Geografia Ativa*. 4ª ed. São Paulo: Difel, 1975.

GUZMÁN, E. S. **Agroecologia e desarrollo rural sustentable**. In: CURSO INTENSIVO EM AGROECOLOGIA: PRINCÍPIOS E TÉCNICAS ECOLÓGICAS APLICADAS À AGRICULTURA, 11., 2002, Seropédica. Palestra... Seropédica: Embrapa Agrobiologia, 2002.

HARVEY, David. **O urbanismo e a cidade: um ensaio interpretativo**. In: A justiça social e a cidade. Prefácio e tradução Armando Corrêa da Silva. São Paulo: HUCITEC, 1981. p. 167-243.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. 15. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

IBGE. **Censo Agropecuário**. 1996.

IBGE. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro. 2000.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal**. 2004.

IDEC. Rota dos Orgânicos. **Revista do IDEC**, São Paulo, n. 162, p. 20-23, fev., 2012.

ISAGUIRRE-TORRES, K. R. **Os sistemas participativos de garantia: os sujeitos da ruralidade e seus sujeitos na sustentabilidade socioambiental**. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Curitiba: UFPR, 2012.

JESUS, E. L. de. **Histórico e filosofia da agricultura alternativa**. Proposta, Rio de Janeiro, FASE, n. 23, p. 34-50, 1985.

KLOPPENBURG, J. JR, HENDRICKSON, J., AND STEVENSON. **Coming in to the foodshed**. Agriculture and Human Values G.W. 1996.

KLUTH, B.; BOCCHI JR., U.; CENSKOWSKY, U. **Pesquisa sobre o comportamento e a percepção do consumidor de alimentos orgânicos no Brasil – 2010**. München: Organic Services/ Jundiaí: Vitalfood, 2010. 38 p.

Krischke, Paulo J.; TOMIELLO, Naira. **O comportamento de compra dos consumidores de alimentos orgânicos: um estudo exploratório**. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdespesquisa/article/viewFile/10757/10349>> Acesso em: 10 fev. 2015.

LANNCIANO, E ; SALLEILES, S. **Le développement des circuits courts alimentaires: un nouveau souffle entrepreneurial dans l'agriculture? Congrès International Francophone sur l'Entrepreneuriat et la PME**. Bordeaux. 2010.

LEITE, Francisco Barboza. **Feiras do sertão nordestino**. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Tipos e aspectos do Brasil. 10. ed. rev. e atual.. Rio de Janeiro: Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica, 1975. p. 176-178.

LONDRES, F. **Agrotóxicos no Brasil – um guia para ação em defesa da vida**. Rio de Janeiro: ANA e RBJA, 2011.

LUCCI, Pedro Henrique Gomide. **Geografia dos Alimentos no Espírito Santo**. Dissertação – UFES. Vitória. P.327. 2013.

LYSON, T. **Civic Agriculture: Reconnecting Farm, Food, and Community**. Tufts University Press. Medford, 2004.

MACIEL, L.R. **MIA de Alimentos: potencialidades e limites para a agricultura familiar.** Dissertação (Mestrado em Agronegócio) – Programa de Pós-Graduação em Agronegócio. Brasília (DF), 2008.

MAGNANTI, N.J. **Circuito Sul de Circulação de Alimentos da Rede Ecovida de Agroecologia.** *Agriculturas*, 5 (2):26-29. Jun. de 2008.

MALASSIS, L. **Agriculture et processus de developpement.** Essai d'orientation pedagogique. Paris, Unesco, 1973. 308 p.

MALUF, R. **Ações públicas locais de Apoio à Produção de Alimentos e à Segurança Alimentar.** *Polis papers* 4. Instituto Pólis, São Paulo, 1999.

MAMAOT. **Estratégia para a Valorização da Produção Agrícola Local.** Relatório Final do Grupo de Trabalho GEVPAL. Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território. Lisboa. 2013.

MAPAQ. **Ne laissez surtout pas au fruit du hasard la distribution de vos produits.** Disponível em: <https://www.mapaq.gouv.qc.ca/fr/Regions/centreduquebec/INPACQInfolettre/commercialisation/Pages/Nelaissezpasaufruitduhasarddistributionproduits.aspx>. Acesso em 13 de Junho de 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Editora Atlas, 1992.

MARECHAL, G. **Les circuits courts alimentaires: bien manger dans les territoires.** Paris: Ed. Educagri, 2008. 216 p.

MARFIL, José Antônio. **Rede Ecovida de Agroecologia.** Curitiba: AOPA, 2013.

MARGAIRAZ, Dominique. **Foires et marches dans la France préindustrielle.** – Paris: EHESS, 1988. Apud BARBOSA, F. C. A Feira de São Cristóvão como espaço de interconexão de universos sociais. Niterói: EdUFF, 2000.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MASCARENHAS, Gilmar. **O Lugar da Feira-livre na Grande Cidade Capitalista: Conflito, Mudança e Persistência (Rio de Janeiro: 1964-1989).** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Geografia, 1991.

MASCARENHAS, G. **Modernidade Urbana e Flexibilidade Tropical: as feiras livres na Cidade do Rio de Janeiro.** In *Revista GeoUerj*, 1997, nº 2, pp. 29-41.

MASCARENHAS, G; DOLZANI, M.C.S. Feira livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. **Revista Eletrônica Ateliê Geográfico**, UFG/IESA v. 2, n. 4, agosto/2008.

MASCARENHAS, Gilmar. **O Lugar da Feira Livre na Grande Cidade Capitalista: Conflito, Mudança e Persistência** (Rio de Janeiro: 1964-1989), dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da UFRJ, 1991.

MEDEIROS, Marlon Clovis. **A Geografia do mercado mundial de produtos agroalimentares e o papel do Brasil**. Raega - O Espaço Geográfico em Análise, [S.l.], v. 31, p. 260 - 279, fev. 2014.

MEDEIROS, M.C. **A Geografia Econômica do Setor Agroalimentar Brasileiro: Investimentos, Recursos Ociosos e Dinâmica Cíclica (1990-2007)**. FFLCH//USP (Tese de Doutorado em Geografia Humana). 2009.

MIRANDA, G. A. **Feira na cidade: limites e potencialidades de uma interface urbana nas feiras de Caruaru (PE) e Campina Grande (PB)**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife: 2009.

MIRELLES, L. R.; RUPP, L. C D. **Agricultura ecológica: princípios básicos**. Rio Grande do Sul: Centro Ecológico Ipê/MDA/SAF, 2005.

MONBAIG, Pierre. **Novos estudos de geografia humana brasileira**. São Paulo:Difusão Européia do Livro, 1957.

MORAES, Fernanda Correa de et al. Alfabetização Agroecológica Ambientalista e o Laboratório de Educação e Política Ambiental – Oca/ESALQ/USP. **Cadernos de Agroecologia**, [S.l.], v. 12, n. 1, Julho/2013

MOTT, Luis Roberto de Barros. **A feira de Brejo Grande: um estudo de uma instituição econômica num município sergipano do baixo São Francisco**. 1975. 348 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Campinas, Campinas/SP, 1975.

MUCHNIK, J., REQUIER-DESJARDINS, D., SAUTIER, D., & TOUZARD, J. M. **Systemes agroalimentaires localisees**. Economies et Sociétés AG, 29, 1465-1484. 2007.

MUNDLER, P. **Le prix des paniers est-il un frein a l'ouverture sociale des AMAP? Une analyse des prix dans sept AMAP de la Region Rhone-Alpes**. Économie rurale. Agricultures, alimentations, territoires(336), 3-19. Québec. 2013.

MUNDLER, P. **Le prix des paniers est-il un frein a l'ouverture sociale des AMAP? Une analyse des prix dans sept AMAP de la Region Rhone-Alpes**. Économie rurale. Agricultures, alimentations, territoires(336), 3-19. Québec. 2013.

MUNDLER, P. **Viabilite et perennite des "petites fermes"**. Enseignements tires de deux projets de recherche. Courrier de l'environnement de l'INRA, 61, 57-68. 2011.

Mundler, P. ; Ruiz, J. **Analyse des enjeux de la multifonctionnalité de l'agriculture québécoise dans les contextes d'agriculture dynamique et périurbaine.** Quebec et Trois-Rivieres: Université Laval et Université du Quebec. Trois-Rivieres. 2015.

MURDOCH, J. **Talking ecologically.** Journal of Environmental Policy & Planning. J. Environ. Policy. Plann. 2; 87-92 (2000). Cardiff University. Cardiff. 2000.

NORGAARD, R. B. **Base epistemológica da agroecologia.** In: ALTIERI, M. A. (Ed.). Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa. 2. ed. Rio de Janeiro: PTA-FASE, 1989. p. 42-48.

NORGAARD, R. B.; SIKOR, T. O. **Metodologia e prática da agroecologia.** In: ALTIERI, M. A. (Ed.). Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002. p. 53-84.

ODUM, E. P. **Ecologia.** Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 1988. ALTIERI, M. A. Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa. 2. ed. Rio de Janeiro: PTA- FASE, 1989. 240 p.

OLIVEIRA, A. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária,** Estudos Avançados 15 (43), São Paulo, 2001.

OLIVEIRA, F. **Vendas na internet no Brasil devem dobrar até 2021, indica Google.** Folha de S. Paulo. P.1, 17 out. 2016.

PAYS D'ANCENIS. **Les circuits courts alimentaires de proximité en pays d'ancenis.** Ancenis. Jan. 2015. 109 p.

PAYS DE LA LOIRE. **Charte: Circuits Alimentaires de proximité et de qualité.** Nantes. 2012. 16 p

PAZERA Jr., Eduardo. **A Feira de Itabaiana-PB: Permanência e Mudança.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003. (Tese) Doutorado em Geografia Humana. Disponível em: <<http://paginas.terra.com.br/educacao/geografia/>>. Acessado em: 29 jul 2017.

PEREIRA, Mônica Cox de Britto. Agroecologia na Formação Universitária: da ecologia à Agroecologia e do ecossistema ao agroecossistema. **Cadernos de Agroecologia**, v. 11, n. 1, 1-14p., 2016.

PEREIRA. Mônica Cox de Britto. **Revolução Verde.** In: CALDART. Roseli Salete; PEREIRA. Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 685-691p., 2012.

PEREZ-CASSARINO, J. **Agroecologia e mercados locais: o caminho através da economia popular solidária.** In: KÜSTER, A; MARTÍ, J. F; FICKERT, U (Orgs.). *Agricultura familiar, agroecologia e mercados no Norte e Nordeste do Brasil.* Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

PERIN, A. et al. **Produção de fitomassa, acúmulo de nutrientes e fixação biológica de nitrogênio por adubos verdes em cultivo isolado e consorciado.** Pesquisa Agropecuária Brasileira, Brasília, DF, v. 39, n. 1, p. 35-40, 2004.

PETERSEN, Paulo; DAL SOGLIO, Fábio Kessler e CAPORAL, Francisco Roberto. **A construção de uma Ciência a serviço do campesinato.** In: PETERSEN, Paulo (org). Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

PECQUEUR, B.; ZIMMERMAN, J. B. **Économie de proximités.** Paris, Hermès Sciences Publications; Lavoisier. Paris. 2004.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 372 p.

PLOEG, Jan Douwe van der. **O modo de produção camponês revisitado.** In: SCHNEIDER, Sérgio (Org.). *A diversidade da agricultura familiar.* Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 13-54.

POULAIN, Jean Pierre. **Sociologias da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar.** Florianópolis: Ed. UFSC, 2006.

PRADELLE, Michèle de la. **Les Vendredis de Carpentras.** Faire son Marché, en Provence ou Ailleurs. Paris: Fayard, 1996.

REDIN, E; SILVEIRA, P.R.C. **Agricultura Familiar e Ruralidade.** Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. 2010.

REDLINGSHOFER, B. **Comment analyser les circuits courts de proximité du point de vue de leur durabilité ?** Premiers éléments de réponses. Papier presente a 14emes Journees Sciences du Muscle et Technologies des Viandes, Caen. 2012.

ROCHA, E. B. **Agroecologia e desenvolvimento Rural: Perspectiva do Sistema agroflorestal e, Bom Jardim – Pernambuco.** (Dissertação). Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2006.

ROVER, O. **Agroecologia, mercado e inovação social: o caso da Rede Ecovida de Agroecologia.** Revista de Ciências Sociais UNISINOS, jan.-abr. 2011.

SABIÁ – **A experiência com comercialização agroecológica SDS/PDA/PPG7 – Brasília: MMA, 2006. 68 p.**

SANTOS, L.C.R.; FONSECA, M.F. **Construindo a certificação participativa em rede no Brasil: cartilha para subsidiar as oficinas locais.** Florianópolis: Grupo de Trabalho de Certificação Participativa do GAO, 2004. 44p.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova.** São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Thiago A. **Agroecologia como Prática social: Feiras Agroecológicas e Insubordinação Camponesa na Paraíba.** Dissertação de Mestrado, São Paulo. Programa de Pós Graduação em Geografia da Humana, 2010.

SARAIVA, A.; MARTINS, D. **Analfabetismo na zona rural é o dobro da média nacional, segundo IBGE**. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/2919908/analfabetismo-na-zona-rural-e-o-dobro-da-media-nacional-segundo-ibge>> Acesso em: 25 de fevereiro de 2018.

SARAIVA, Elisa Braga; SILVA, Ana Paula Ferreira da; SOUSA, Anete Araújo de; CERQUEIRA, Gabrielle Fernandes; CHAGAS, Carolina Martins dos Santos; TORAL, Natacha. **Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar**. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 927-936, abr. 2013.

SCARABELOT, M; SCHNEIDER, S. **As cadeias agroalimentares curtas e desenvolvimento local** – um estudo de caso no município de Nova Veneza/SC. *Faz Ciência*, v.14, n.19, p. 101-130, jan./jun. 2012.

SCHMITT, Claudia Job; PETERSEN, Paulo Frederico. **Transição agroecológica: revisitando o conceito a partir das experiências desenvolvidas por camponeses e agricultores familiares no Semi Árido brasileiro e em ambientes de agricultura modernizada no Sul do Brasil**. *Revista Brasileira de Agroecologia*, [S.l.], v. 4, n. 2, dec. 2009.

SCHMITT, C. J. **Aquisição de alimentos da agricultura familiar: integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional Brasília: Revista de Política Agrícola**, Ano XIV, n. 2, Abril/Maio/Jun. 2005.

SCHNEIDER, S. **Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção**. *Saúde Soc.* 2017;

SENDIM, Alfredo Cunhal. **Reflexões sobre o futuro da PAC pós – 2013**. *Pessoas e Lugares*, 4, p. 18-19. Lisboa. 2012.

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações**. O velho e o novo em uma discussão marxista. CEBRAP. São Paulo: Brasileira de Ciências, nº. 26, 1980.

SOUZA, Elza Coelho. **Feira de gado**. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Tipos e aspectos do Brasil*. 10. ed. rev. Ed. atual. Rio de Janeiro: Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica, 1975.

SPITZER, Theodore Morrow; BAUM, Hillary. **Public markets and community revitalization**. (Tradução livre de Gustavo Miranda) Washington: ULI – The Urban Land Institute and Project for Public Spaces, Inc.,1995, 120p.

SUZUKI, L.E.A.S. & ALVES, M.C. **Fitomassa de plantas de cobertura em diferentes sucessões de culturas e sistemas de cultivo**. *Bragantia*, 65:121-127, 2006.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. (Tradução de Livia de Oliveira). Londrina: Eduel, 2012.

VASCONCELLOS, F. **Metade dos acidentes de trânsito ocorre de sexta a domingo.** Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/metade-dos-acidentes-de-transito-ocorre-de-sexta-domingo-8637537>> Acesso em 31 de janeiro de 2018.

VERONA, Luiz Augusto Ferreira et al. O Perfil dos Consumidores de Produtos Orgânicos da Feira de Chapecó: Costume e Aspirações. **Cadernos de Agroecologia**, [S.l.], v. 4, n. 1, dec. 2009.

VOGT, S.P.C. **A construção social do mercado institucional de alimentos:** estudo de caso do Programa de Aquisição de Alimentos na Região Celeiro-RS. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Santa Maria (RS), 2009.

WEZEL, A. et al. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agronomy for Sustainable Development**. v.29. n. 4. Germany: Springer Verlag, 2009.